

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS  
INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS  
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS SOCIAIS  
PROGRAMA DE MESTRADO EM ANTROPOLOGIA SOCIAL

FAMÍLIA E HISTÓRIA:  
ESTUDO DE UM CASO E DE UMA QUESTÃO

JOSÉ LUIZ DOS SANTOS

ORIENTADORA:  
DRA. VERENA MARTINEZ-ALIER

DISSERTAÇÃO DE MESTRADO  
CAMPINAS, AGOSTO DE 1976

UNICAMP  
BIBLIOTECA CENTRAL



## Índice do Mapa e dos Gráficos

<u>Mapa</u>	indicando a cronologia da formação de povoações no Caminho de Goiás	Pag. 5
<u>Gráfico 1</u>	Membros da família Junqueira envolvidos na migração e suas relações de parentesco.	Pag. 50
<u>Gráfico 2</u>	Migrantes e destinações da migração	Pag. 53
<u>Gráfico 3</u>	Filhos de Francisco Antonio Junqueira e Genoveva Clara Diniz Junqueira e suas relações matrimoniais.	Pag. 66
<u>Gráfico 4</u>	Filhos de Luiz Antonio de Souza Diniz e Ana Claudina Diniz Junqueira e relações matrimoniais	Pag. 67
<u>Gráfico 5</u>	Filhos de Francisco Diniz Junqueira e relações matrimoniais	Pag. 68
<u>Gráfico 6</u>	Filhos de José Antonio Diniz Junqueira e Carlota de Souza Diniz e relações matrimoniais	Pag. 69
<u>Gráfico 7</u>	Filhos de João José de Carvalho e Helena Fausta Diniz Junqueira e relações matrimoniais	Pag. 70
<u>Gráfico 8</u>	Relações de parentesco do Coronel Joaquim da Cunha Diniz Junqueira na família Junqueira	Pag. 71
<u>Gráfico 9</u>	Junqueiras incluídos entre os principais fazendeiros - Ribeirão Preto 1923	Pag. 72
<u>Gráfico 10</u>	Ribeirão Preto - Apossadores e descendência	Pag. 84
<u>Gráfico 11</u>	Casamento entre parentes	Pag. 87
<u>Gráfico 12</u>	Casamento entre parentes	Pag. 87
<u>Gráfico 13</u>	Casamento entre parentes	Pag. 89
<u>Gráfico 14</u>	Não-divisão da herança através do casamento	Pag. 89
<u>Gráfico 15</u>	Transmissão de sobrenome via materna	Pag. 97
<u>Gráfico 16</u>	A família extensa de EGO	Pag. 106

## INTRODUÇÃO

O resultado final que se previa para este trabalho guarda uma certa distância do que é aqui apresentado.

A proposta inicial era realizar um estudo sobre padrões de herança e casamento de famílias de classe dominante numa perspectiva histórica.

O Município de Ribeirão Preto foi escolhido por sua história relativamente recente que se esperava houvesse documentos para entender, e por se ter julgado que o estudo de uma família extensa de classe dominante de um município que alcançou posição de realce no estado pudesse valorizar a relevância do caso.

A primeira expectativa confirmou-se e isso se verificou no levantamento de dados. Quanto à segunda fica ao juízo dos leitores.

Embora se tenha estudado uma família de Ribeirão Preto, não se fez, porém, um estudo de padrões de herança e casamento.

O próprio processo da pesquisa explica essa reformulação. Esse processo desvendou, por exemplo, a pouca utilidade dos inventários que já haviam sido então custosamente levantados, na medida em que o interesse analítico foi se dirigindo para uma preocupação não prevista.

A questão que chamava a atenção no processo de levantamento de dados era o que possibilitava que um sobrenome, no caso Junqueira, permanecesse por várias gerações identificável e capaz de identificar um con

junto de parentes.

Pois se o parentesco se faz por um princípio de bilateralidade, como seria possível essa permanência?

Constatou-se então, e daí a inutilidade dos inventários, que a questão estava num plano bem diverso daquele da família conjugal, e que se deveria entender a família, x ou y, da classe dominante e identificável ao longo de várias gerações, como um conjunto de parentes mais em plo de cuja natureza decidiu-se indagar.

Assim, o objetivo do trabalho ficou configurado como uma investigação sobre o sentido histórico da família extensa, uma família extensa particular, visto que de algum modo contínua, mas não excepcional como podem bem mostrar os múltiplos exemplos análogos encontráveis na História do Brasil. Trata-se, claro está, de um estudo sobre a classe dominante, e não se tenta fazer extrapolações para outros setores e que desconheçam isso.

Para atingir o objetivo apontado, estudou-se a história local e a história dos Junqueiras ligados a Ribeirão Preto.

Foram constatadas algumas analogias entre esses dois objetivos de investigação, e como tais analogias parecessem relevantes, a apresentação dos dados foi estruturada levando-as em conta.

O trabalho tem a pretensão de localizar princípios estruturais ligados a questão da família num caso específico, pretensão assumida e defendida ao longo de suas páginas.

## CAPÍTULO PRIMEIRO

### RIBEIRÃO PRETO

O objetivo deste capítulo é dar um panorama compreensível da história de Ribeirão Preto. Esse panorama enfatiza as fases da história local que ocorrem entre a década de 1840, quando se iniciaram as tentativas para criação de um núcleo de povoação naquelas terras e a década de 1920, quando a cafeicultura já atingira o apogeu no município.

Ribeirão Preto surgiu na região atravessada pelo Caminho de Goiás.(1) Este foi uma rota, estabelecida no século XVII, ligando São Paulo a Goiás. Esse caminho foi uma importante via de penetração e fixação populacionais.

Há dificuldades em recompor precisamente (2) o traçado colonial desse caminho. Não parece haver dúvida, porém, que seguia por território paulista bordejando as fronteiras meridionais de Minas Gerais com São Paulo num sentido grosso modo leste-oeste. Como pontos de passagem e povoados mais antigos desse caminho devem ser citados Mogi-Mirim e Franca.

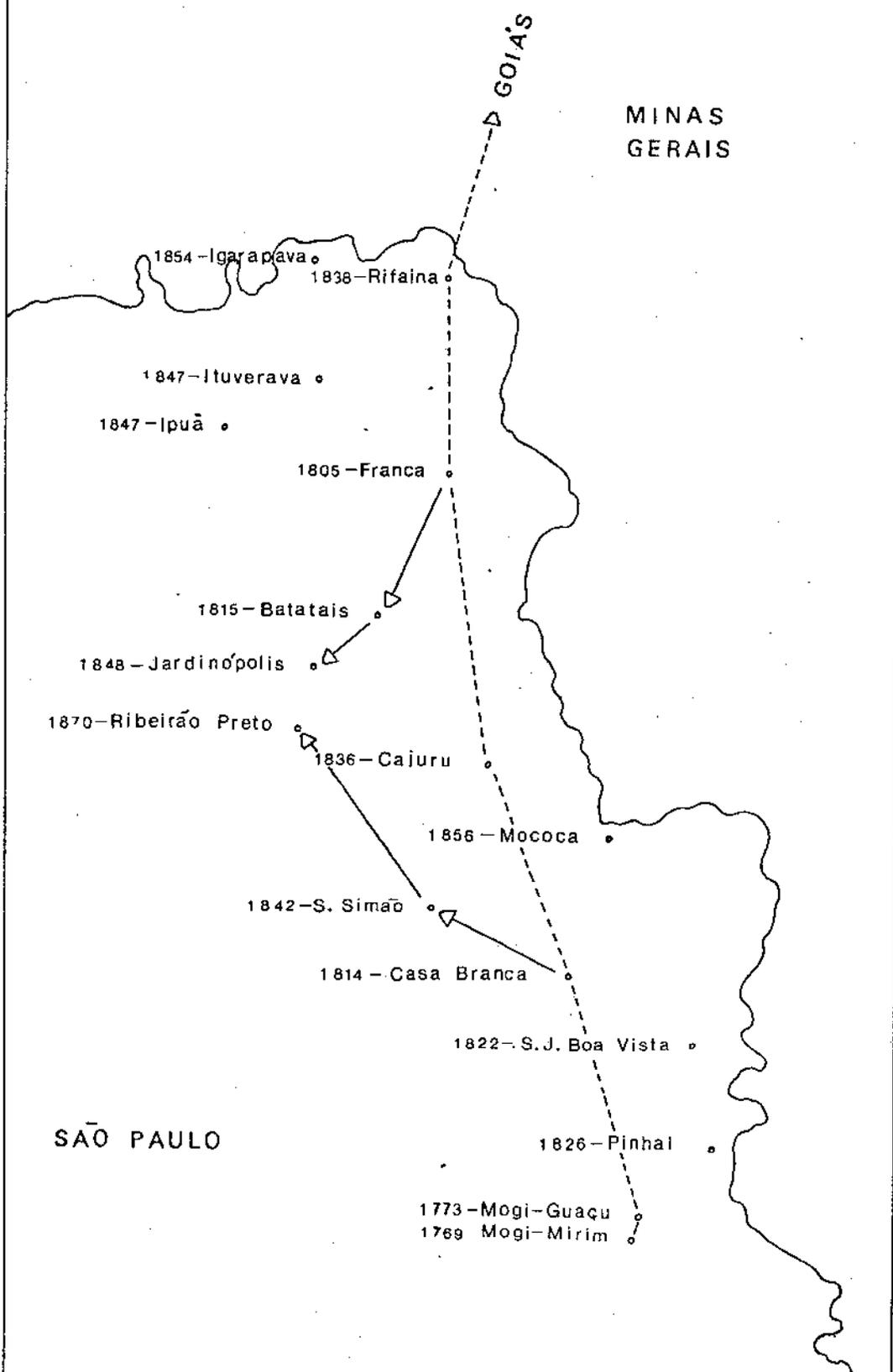
Esses dois municípios citados foram dois importantes polos dispersores de população no século XIX. Mogi-Mirim existia como cidade desde 1769 e Franca foi elevada à categoria de vila em 1809. Essas duas localidades foram as pioneiras no ganho de estatuto jurídico na região atravessada pelo Caminho de Goiás. Se seguirmos os sucessivos desmembramentos de territórios havidos por Franca e Mogi-Mirim através da ereção de novas vilas, notaremos que a partir de cada um desses po-

los o povoamento dirigia-se para o território que hoje constitui Ribeirão Preto. A criação dessas vilas esteve, nessa região específica, invariavelmente relacionada com a constituição de paróquias. O mapa em anexo foi elaborado para demonstrar a afirmação feita acima, tomando a criação de paróquias como ponto de referência (3). Nesse mapa, percebe-se que em 1815 surge a paróquia de Batataes, desmembrada de Franca, e em 1848 a de Jardinópolis desmembrada de Batataes. A partir de Mogi-Mirim os desmembramentos são, sucessivamente os de Mogi-Guaçu (1773), Casa Branca (1814), São Simão (1842). A paróquia de Ribeirão Preto surgiu em 1870, desmembrada de São Simão e territorialmente contígua a Jardinópolis. Os documentos novecentistas a respeito da história local desses povoamentos deixam claro que populações pecuaristas originárias do sul de Minas Gerais concorreram de modo crucial para a ocupação humana e econômica da região. No início do século XIX, existiam ao longo do caminho de Goiás, invernadas utilizadas por donos de gado do sul de Minas e que serviram de base para a fixação de fazendas de criação. O surgimento de vilas esteve aí relacionado fortemente com esses interesses e com a população a eles vinculada (4).

Vários fatores concorreram para que se constituíssem essa rota de migração do sul de Minas para a região do caminho de Goiás. A pressão populacional oriunda do sul mineiro parece vincular-se diretamente ao fracionamento das propriedades territoriais que lá se havia verificado em decorrência do crescimento populacional e das partilhas por herança. Por outro lado, o desenvolvimento da cafeicultura no Vale do Paraíba contribuiu duplamente para a ocupação por mineiros da região de que ora se está tratando. Em primeiro lugar, o surgimento da economia do café fez com que os interesses econômicos instalados na Vila de São Paulo se dirigissem para o Vale do Paraíba. Em segundo lugar, a necessidade de garantir terras para a expansão da cafeicultura foi reconhecidamente

MAPA INDICANDO A CRONOLOGIA DA FORMAÇÃO DE POVOAÇÕES  
NA REGIÃO DO CAMINHO DE GOIÁS

Indicador: Ano de sacramentação das paróquias (menos Mogi-Mirim :  
elevação a vila)



uma alavanca para a modificação da legislação sobre propriedade territorial no Brasil, que teve início no período do Reino Unido e adquiriu suas linhas mestras no Primeiro Reinado. Vale dizer, a região ficou como que vazia dos interesses econômicos que haviam pressionado a sua ocupação num primeiro momento, ao mesmo tempo que os novos dispositivos legais referentes à posse da terra abriam enormes possibilidades de garantir território na região. Assim, nas palavras de Monbeig: '... quando em 1830 os brasileiros começaram a plantar café, a situação mudou: à medida que o movimento de expansão se intensificou, a terra se tornava uma riqueza cada vez mais cobiçada. O governo imperial julgou então necessário tornar obrigatório o registro dos títulos de propriedade, com a condição de que as terras fossem realmente habitadas e parcialmente cultivadas. Concedia-se um prazo para a regularização das situações irregulares; o momento era propício para quem quisesse instalar-se nas terras não ocupadas e fazer-se reconhecer como proprietário legítimo. Na mesma época, certo número de habitantes de Minas Gerais emigrou para São Paulo ...' (5)

A migração de mineiros fez-se não só para esta região. Na mesma época, por exemplo, migrantes de origem mineira dirigiam-se para a região situada entre os rios Paranapanema e do Peixe. (6)

Repetidas vezes encontram-se colocações que afirmam, ou permitem inferir, que o surgimento de Ribeirão Preto e de outros municípios da chamada alta Mogiana foi uma consequência da cafeicultura. Pode-se, como visto acima, traçar uma relação indireta entre o início da cafeicultura no Brasil e o processo de constituição de localidades nessa região. É porém mister frisar que quando a economia cafeicultora envolve efetivamente essa parte do estado de São Paulo, lá já estavam instaladas vilas e municípios, com população crescente e vida econômica ativa.

Em 1838, quando foi publicado o Censo do Marechal Muller, toda a região a que nos referimos estava incluída nas vilas de Mogi-Mirim e Franca. Ribeirão Preto que então sequer existia como freguesia, viria a se desmembrar no território da então vesta Mogi-Mirim. Esta contava em 1838 com 2.457 fogos e 9.677 habitantes (dos quais 1.389 escravos), e o censo registrava a existência de 37 fazendas de criação, 5 serrarias e 35 engenhos de açúcar, afirmando que 'em muitos destes distilam-se aguardante e plantam café.'

Em 1874, às vésperas de sua incorporação efetiva na economia do café, Ribeirão Preto contava com 5.552 habitantes (8).

O território do atual município de Ribeirão Preto foi incorporado ao processo de ocupação humana e econômica que se verificava na região atravessada pelo Caminho de Goiás nas primeiras décadas do século XX. A ocupação dessas terras foi feita, ao que tudo indica, na base do apossamento. O dístico do brasão de Ribeirão Preto (10) (Bandeirantium Ager: Campo dos Bandeirantes) não encontra fundamento em nenhuma informação histórica conhecida, não havendo indícios de que tais terras tenham sido rota comum ou pouso ou núcleo de bandeirantes. Tampouco Ribeirão Preto surgiu como consequência imediata do bandeirismo. A fundação da vila esteve vinculada a esse movimento migratório indicado .

(11)

Em meados do século XIX o território do atual município de Ribeirão Preto era constituído de diversas fazendas, cada uma delas com diversos proprietários. Ao conjunto de diversos proprietários de uma fazenda dava-se o nome de condomínio. Os condomínios resultavam das divisões processadas em decorrência da herança e da venda de parcelas. -

Através da compra de parcelas ocorriam tentativas de recomposição da unidade original. A grande maioria dessas terras era inculta, muitos condôminos eram proprietários de partes ideais de terras ou de um valor em reis de terras, sem especificar o tamanho ou localização. Apesar do fracionamento existiam porém proprietários de grandes extensões. Em meados do século XIX estes eram Vicente José dos Reis, José Mateus dos Reis, os filhos de Luiz Antonio de Souza Diniz e Maria Francisca da Encarnação Junqueira, e, em Sertãozinho, os irmãos Pontes (13).

Um erro recorrente sobre a história de Ribeirão Preto é a afirmação de que suas terras faziam parte de uma sesmaria do Padre Manoel Pompeu de Arruda, que a vendeu em 1820 para o Capitão João Pedro Diniz Junqueira.

Apesar de estudiosos locais terem mostrado que a citada sesmaria ficava na área de Batatais (14) cerca de 500 km distante de Ribeirão Preto, o erro continua a ser repetido em trabalhos recentes, tais como a Monografia do IBGE (15) e a tese de doutorado de Gifun (16).

A fonte dessa informação é uma monografia escrita em 1923 por Guião, um intelectual politicamente ligado ao Coronel J.C. Diniz Junqueira, então chefe político local, ligação à que pode-se ao menos desconfiar o erro de informação histórica. (17)

Os mais antigos registros documentais conhecidos sobre Ribeirão Preto datam da década de 1840 e dizem respeito à tentativa de moradores de constituir na área um patrimônio de Santo. Assim, em 1845, o proprietário da maior parte da Fazenda das Palmeiras doou terras no valor de 40 mil réis, 'com a condição porém de no dito lugar levantar uma capela com o nome de Capela de São Sebastião das Palmeiras'. Nessa época essas estavam sob jurisdição de Casa Branca, inicialmente sede do termo que

as envolvia, e logo (1850) sede de termos reunidos englobando o termo de São Simão este com jurisdição sobre as terras em questão. (18).

Em todos os registros novecentistas sobre ereção de vilas no Caminho - de Goiás, o processo começa com um movimento de constituição de patrimônio de santo. Um grupo de proprietários doava terras para um santo e requeria das autoridades religiosas o reconhecimento da doação. Estas, após concluir da viabilidade e legalidade da doação, aprovavam a constituição do patrimônio, faziam-no registrar legalmente e nomeavam para ele um fabriqueiro. O fabriqueiro devia zelar pelos bens do santo e tratar de garantir que as terras do patrimônio tivessem uma renda su- ficiente para manter a capela que se mandava construir e o pároco por ela responsável. O patrimônio de santo era invariavelmente o núcleo em torno do qual se expandia a vila. Após o desenvolvimento de um pequeno núcleo em torno da capela, seguia-se a luta pelo seu reconhecimento co- mo unidade no sistema local e político, na condição de termo, vila, etc (19).

Que a relação entre a criação de um patrimônio de santo e a formação - de uma povoação era conhecida daqueles que deram início a Ribeirão Preto, demonstra-o claramente uma escritura de doação de terras para a cons- tituição de um patrimônio de santo dedicado a São Sebastião, na Fazenda das Palmeiras em Ribeirão Preto. Os doadores justificavam sua doação perante as autoridades religiosas em termos das dificuldades que enfren- tavam para conseguir socorros espirituais, visto a distância em que ficavam as capelas mais próximas de suas residências. Mas não deixam de - informar no mesmo documento que '... o ponto dedicado para ela (capela) tem proporções para nele se criar uma povoação, pois tem boa aguada, é alto, é arejado, sendo campo, e tendo nas suas vizinhanças boas e grandes matas de culturas...' (20) Mais adiante, quando se discutir o caso específico de Ribeirão Preto serão feitas algumas sugestões sobre a na-

tureza dos interesses que animavam a criação desses patrimônios.

A Fazenda das Palmeiras pertencia então quase que integralmente a José Mateus dos Reis, que a recebera por herança de seu pai Mateus José dos Reis. Diversas outras fazendas adjacentes à das Palmeiras pertenciam na mesma época em sua maior parte a Vicente José dos Reis: Fazendas do Retiro, Barra do Retiro, Laureano e Ribeirão Preto. (21)

A tentativa do condômino principal da Fazenda Palmeiras foi reforçada por outras doações feitas entre 1845 e 1852. Assim em 1852, no espaço de poucos dias foram feitas 7 doações para serem acrescentadas às já efetuadas visando a criação do patrimônio de São Sebastião das Palmeiras. (22) O estudioso desse processo mostra que 'apesar da insegurança jurídica das posses legadas, quiseram os doadores imediatamente converter em realidade os seus desejos ...' (23) e nesse sentido oficiaram às autoridades religiosas com o fim de ver o patrimônio de santo regularizado.

A última referência que se tem a respeito dessa tentativa data de 1853, e consiste de um Ofício ao Bispo de São Paulo pedindo-lhe que aceitasse as doações. Entretanto, o patrimônio de São Sebastião das Palmeiras não chegou a ser consolidado. O autor de História da Fundação de Ribeirão Preto, explica isso dizendo que '... as formalidades eclesiásticas ... arrefeceram o entusiasmo... levando os interessados a cogitar da constituição do Patrimônio de São Sebastião em outro local cujas terras não estivessem judicialmente sujeitas a dúvidas.' (24)

A referência às dúvidas é explicitada pelo autor como dizendo respeito a terras doadas por João Alves da Silva Primo na fazenda Barra do Re-

tiro e que se destinavam ao aumento do Patrimônio de São Sebastião na -  
fazenda das Palmeiras.

As dúvidas advinham do fato de que José Teixeira Jr. se julgava proprie-  
tário dessas terras (25) José Teixeira Jr adquirira os direitos nas ter-  
ras da Fazenda Barra do Retiro através do casamento com uma das herdei-  
ras de Vicente José dos Reis, seu proprietário original, e da compra de  
parcelas de outros herdeiros. Como as terras não estavam demarcadas, a -  
confusão era possível. José Teixeira Jr. vivia em Casa Branca, onde foi  
subdelegado em 1849, coletor em 1851, e promotor público interino em -  
1856. (26)

Encontra-se em outra fonte a informação de que Teixeira Jr. moveu em-  
bargo judicial contra a constituição do patrimônio. (27) Segundo essa  
fonte, as autoridades eclesiásticas autorizaram a constituição do patri-  
mônio e chegou a ser ordenada a demarcação do local para a capela. O  
embargo judicial foi julgado em 1853 em Casa Branca, com a presença do  
Juiz da Comarca de Franca, que tinha jurisdição sobre todo o território.  
O embargo foi derrotado de modo que nada obstava a constituição do patri-  
mônio.

É possível que esta luta jurídica fosse expressão de fortes interesses  
cuja natureza apenas se pode vislumbrar. Um dos indícios disso é que o  
advogado de Casa Branca que defendera os doadores, o Bacharel Lúcio Go-  
mes dos Santos, foi vítima de perseguições políticas. Logo após o julga-  
mento, foi acusado de liberal com pretensões de suplantar o partido con-  
servador então instalado em Casa Branca, e no mesmo ano foi processado co-  
mo estelionatário, acusado de vender animais que não eram de sua proprie-  
dade. Na falta de informações adequadas sobre a conjuntura política local

e da Província de São Paulo na época, cabe apenas registrar esse in dício, não havendo condições de uma interpretação. (28)

Em 1853, ocorre nova tentativa de constituir um patrimônio de Santo - na área. Desta feita, a iniciativa parte de condôminos da Fazenda do Retiro. Entre 16 de março de 1853 e 19 de abril de 1853 foram feitas 4 doações para constituir um patrimônio de santo dedicado a São Se-  
bastião nessa fazenda. Um dos doadores, José Borges da Costa era então o maior proprietário dessa fazenda de 4.632 alqueires, que fora originalmente de Vicente José dos Reis, então já falecido. José Borges da -  
Costa casou com a viúva de um dos filhos de Vicente José dos Reis (Ma-  
nuel dos Reis Araújo) e comprou parte da qual a viúva de Vicente José dos Reis era proprietária. (vide gráfico 10).

José Borges da Costa já havia então por duas vezes pedido às autoridades (em 1852 e 1853) a divisão judicial dessa fazenda. (29)

Logo após o registro legal dessas doações, os doadores fizeram compras de terras na Fazenda de Barra do Retiro (entre 21 de abril e 1º de -  
maio de 1853) e pretenderam que as doações que haviam feito fossem -  
transferidas para esse novo local. A Fazenda Barra do Retiro, com 263 alqueires, a menor das fazendas da área, era quase toda de propriedade de Antonio José Teixeira Jr. como foi mencionado, e os doadores de ter-  
ras para o patrimônio compraram justamente a parte que não pertencia a Teixeira Jr.. Como havia dúvidas sobre os direitos de propriedade e -  
como as compras foram feitas em partes ideais sem localização, Tei-  
xeira Jr. tomou mais uma vez medidas judiciais contra a tentativa de cria-  
ção de patrimônio na região, argumentando que suas terras estavam sen-  
do invadidas a 'título de capela' (30)

O desenvolvimento das providências judiciais, deixou claro que a única maneira de garantir a não-invasão de suas terras na Fazenda Barra do Retiro era providenciar a sua divisão judicial.

A divisão judicial foi finalmente efetuada em 1856, envolvendo simultaneamente as Fazendas do Retiro e da Barra do Retiro. Com a divisão judicial das fazendas, demarcou-se uma área de 64 alqueires na Barra do Retiro, fruto das doações, e que foi juridicamente reconhecida como o Patrimônio de São Sebastião do Ribeirão Preto, córrego que dividia as duas fazendas e em cuja margem o patrimônio foi demarcado (31)

Essa sucinta descrição do processo de formação do patrimônio, demonstra relação bastante próxima que existiu entre essa iniciativa e a legislação da propriedade da terra. De tal modo que se pode entender a mudança final de localização como uma manobra para forçar a divisão jurídica dessas duas fazendas confrontantes.

A data do reconhecimento jurídico desse patrimônio, 19 de junho de 1856, é considerada a data oficial da fundação de Ribeirão Preto (32).

O reconhecimento, feito pelo Juiz de Casa Branca, foi acompanhado da nomeação pela mesma autoridade de seu primeiro fabriqueiro, Manoel de Nazareth Azevedo.

O fabriqueiro providenciou a legalização definitiva do patrimônio e, supõe-se que também a construção de uma pequena capela. Em 1859, o Bispo de São Paulo nomeou novo fabriqueiro, Manoel Fernandes do Nascimento, e este procurou ampliar os arruamentos do núcleo de povoação. Essa povoação já havia crescido bastante e gerado interesses em seus terrenos em 1867, quando Manoel Fernandes do Nascimento foi assassinado a mando de -

'um rico negociante local' descontente com o traçado de uma rua, a qual atravessaria o seu quintal. (33)

O aumento de interesse na povoação emergente manifestou-se também de modo menos trágico. Assim, em 1866 uma comissão de mais de 30 pessoas, que extrapolavam os doadores de terras ao patrimônio, dizendo representar '.... para mais de quatro mil almas ....' enviou uma petição ao Bispo de São Paulo, pedindo que fosse nomeado um cura para a capela. (34) A nomeação do cura implicava em que o Patrimônio de Santo, constituído judicialmente, fosse reconhecido e aceito pela Igreja Católica. Na falta de resposta à petição encaminhada, Francisco Maximiano Junqueira, '.... morador na Capela de São Sebastião de Ribeirão Preto....' e um dos signatários da petição anterior, enviou nova petição ao Bispo pedindo urgência nas providências. (35).

Em resposta a esse interesse, as autoridades eclesiásticas deram início ao processo de reconhecimento do Patrimônio de São Sebastião de Ribeirão Preto. Nos autos desse processo, Francisco Maximiano Junqueira representou a parte interessada (36). É bem interessante isto, já que as terras de que Francisco Maximiano era proprietário ficavam fora do âmbito das fazendas que foram envolvidas na formação do patrimônio. Assim, o resultado das providências que levaram ao surgimento de Ribeirão Preto passara, em poucos anos a ter como representante um proprietário de terras que não estivera inicialmente envolvido no processo. Em janeiro de 1868 (37) o processo de reconhecimento eclesiástico fora concluído.

A diversificação de interesses envolvendo o povoado manifesta-se também nos ofícios que se seguiram ao reconhecimento eclesiástico e nos quais se tentava influir na escolha do padre a ser designado para a ca-

pela local (38).

A escolha do cura ocorreu finalmente em 1869. O pároco escolhido providenciou as últimas providências para que a capela fosse canonicamente constituída, ganhando divisas e um lugar na organização eclesiástica.

A constituição canônica da capela terminou em julho de 1870 (39)

Em abril de 1871, a freguesia de Ribeirão Preto é elevada a Município, desmembrando-se de São Simão da qual então fazia parte.

Entre 1856, data da criação do patrimônio de São Sebastião do Ribeirão Preto, e 1871, quando Ribeirão Preto é elevada a Município, o núcleo de povoamento de Ribeirão Preto consolidou-se e sofreu algumas alterações importantes na sua composição social.

Sabe-se pela investigação feita por Osmani Emboaba que a população que lutou pelo reconhecimento de patrimônio de santo era constituída basicamente de condôminos, isto é, proprietários em comum de fazendas fracionadas por processos de transmissão de herança e venda de direitos - em parcelas herdadas ou compradas. O interesse desses condôminos expressava-se nos documentos como sendo de natureza religiosa, já que afirmavam a necessidade de que eles e seus familiares fossem atendidos espiritualmente, o que se tornava dificultoso devido à distância das capelas mais próximas. O resultado imediato, porém, da luta pela formação de um patrimônio de santo que comportasse uma capela foi a regularização judicial dos direitos de propriedade da terra dos envolvidos na doação. Se for considerado também, como os próprios documentos permitem inferir, que a constituição de patrimônios era uma via conhecida na região para a formação de um povoado, é possível pensar que os condô

minos tinham interesses nesse próprio resultado. Da natureza desses interesses só se pode, na falta de informações documentais, levantar hipóteses. A da valorização das terras, é a mais plausível, e o aumento dos interesses em torno do núcleo de povoação que se verifica na década de 1860 é bem um indicador dessa plausibilidade. Finalmente, como em áreas pioneiras de algumas décadas após (40), a criação de um núcleo de povoação teve por resultado imediato a presença de negociantes no local e pode-se supor que, assim como os condôminos manifestavam a falta de serviços religiosos devido ao isolamento em que se situavam, esse mesmo argumento pudesse se aplicar a serviços de outra natureza.

Nesse ínterim, quer dizer de 1856, data da criação do patrimônio, até 1870, quando se inicia seu reconhecimento civil, a administração do núcleo de vila que ia se formando esteve a cargo dos responsáveis legais pelo patrimônio eclesiástico, os fabriqueiros como eram então chamados. A história desse período vamos encontrar registrada no livro de tomo da igreja matriz e em documentos eclesiásticos. Esses registros nos informam que os fabriqueiros ocuparam-se prioritariamente de tres assuntos: administração dos bens do patrimônio, através do arrendamento de suas terras; arruamento do núcleo de povoação; e luta para conseguir do bispo a designação de um cura permanente para a capela. (41)

Pudemos obter outras poucas informações sobre esse período. A população de Ribeirão Preto sofreu um aumento contínuo e gradativo; em 1869 num parecer a respeito da viabilidade de conceder o curato para a capela de Ribeirão Preto, o vigário de Cana Verde (atual Batatais) informava, opinando favoravelmente, que na área da capela existiam 'mais de tres mil almas'. (42).

Embora as informações sobre esse período sejam escassas, pode-se fazer algumas suposições comparando dados das décadas de 1850 a 1870. Os processos de regularização das propriedades de terra continuaram através de demarcações e divisões judiciais, que em certos casos, como no da Fazenda Sertãozinho, se arrastariam pelo século XX (43). Martinho Prado encontrou a área em 1877 com uma população dedicada a preparar os '... verdes para o gado, cuidando em plantar os generos alimentícios suficientes apenas à sua manutenção, (vivendo) na abastança sem trabalho' (44). O autor mostra também que se operava uma relativa desconcentração da propriedade da terra, tanto através da herança quanto através da venda de parcelas. Menciona assim Luís Antonio de Souza Diniz como tendo chegado a possuir 68.000 alqueires de terras em Ribeirão Preto (cuja área total era por ele calculada em 270.000). Um filho desse proprietário, Gabriel Junqueira, chegara a possuir 15.000 alqueires '...dos quais (os filhos) possuem ainda hoje 7.000....' O autor enfatiza que Gabriel '...resolveu então atrair a população para aqueles lados, rompendo ... com o erro de conservar enorme porção de terras e ofereceu-as a venda'(45) A desconcentração é relativa já que os fazendeiros que ele menciona continuam donos de extensões enormes. Mas é relativa também, na medida em que ele sugere a possibilidade de comprar terras, da '...maioria da população...' que '...manifesta completa hostilidade à cultura do café, e consideram os plantadores que ali tem comprado terras, como uns bárbaros que levam àquelas paragens a pobreza e a ruína aos seus antigos habitantes' e '..sentem-se constrangidos, apertados como dizem, e almejam vender suas terras - afim de se refugiarem para o sertão, onde possam viver mais em liberdade, e onde não exista a maldita planta.'(46). O artigo sugere no fim 'aos lavradores da Provincia que amam o trabalho, e em seus sonhos almejam levantar fortunas ... uma peregrinação àqueles lugares.' (47)

Para os donos de pequenas parcelas, vender sua propriedade para comprar terras mais para o sertão, não era mais do que continuar o processo migratório que trouxera a eles ou a seus ancestrais de Minas Gerais e que os empurrava para as fronteiras econômicas da sociedade nacional. Para os que concentravam terras, porém, talvez o próprio processo de reconhecimento de um núcleo administrativo local, tenha sido um fator ponderável para que se fixassem na área, na medida em que esse processo fornecia-lhes uma instância para expressar os seus interesses.

Superada a etapa inicial do processo de reconhecimento do núcleo de povoação, com o reconhecimento jurídico do patrimônio de santo, Ribeirão Preto já começava a se configurar como centro de interesse de uma população que ia além dos formadores do patrimônio. A povoação adquiria uma dinâmica própria que sobrepujava os interesses imediatos dos doadores. Mas alguns deles permaneceram numa situação de destaque, enquanto agentes sociais concretos, na vida política do novo povoado. Na década de 70, com a consolidação do núcleo de povoação, iniciava-se também o processo que iria alijar os senhores de terras locais, enquanto categorias, por uma nova classe de proprietários de terras, que chegavam à região - no bojo de uma migração diferente da que formara Ribeirão Preto e ligada à expansão da cafeicultura.

Assim, em 1870 quando é considerada freguesia civil, Ribeirão Preto tem uma economia pecuarista, a terra em processo de divisão judicial e uma população, só na zona urbana, de 1.137 pessoas segundo o recenseamento mandado fazer naquele ano pela Comarca de Casa Branca ao qual estava : então subordinada (48).

Em 1871 Ribeirão Preto foi elevada a vila e autorizada a escolher uma

câmara municipal. Como até então a freguesia de Ribeirão Preto estivera subordinada à vila de São Simão, foi a câmara de São Simão que providenciou para que as eleições fossem realizadas. Isto foi feito em - 1873, e em 1874, instalava-se a Câmara Municipal de Ribeirão Preto.

A partir da instalação da câmara, aumenta o número de informações disponíveis sobre a localidade. No mesmo ano de 1874 são produzidas - tres informações censitárias. A primeira delas, uma informação da câmara ao Presidente da Província dizia que Ribeirão Preto contava '... com uma população de para mais de cinco, ou quase seis, mil habitantes, quase todos livres' (49). O vigário local enviou uma estatística ao presidente da província com dados um tanto mais baixos: 4.332 habitantes. Destes registrava 680 escravos e 8 estrangeiros. Finalmente o censo de população que deveria ter sido elaborado em 1872 e que foi - incluído no primeiro recenseamento geral do Brasil: por esses dados - Ribeirão Preto contava com uma população de 5.552 habitantes, dos - quais 887 escravos (51).

Quanto às atividades econômicas, um ofício da câmara de 1875 ao presidente da província, respondia a um pedido de informação dizendo que '... a exportação deste recente município consta de gado bovino, gado suino e aguardente...' (52).

Apenas tres anos após, respondendo a outro pedido de informação dizia a câmara que '... este município é exclusivamente próprio para o plantio do café, e que apesar de já ter milhões de pés de café plantados, teria um número muito mais superior se tivesse forças para cultivá-los... Que existe alguns criadores de gado, porém que esses estão passando para o plantio de café e quanto ao mais não há no município por ser ainda muito novo' (53)

Claro está que entre essas duas informações, a economia do café havia envolvido as terras do município.

A incorporação de Ribeirão Preto na economia cafeeira teve seus arautos em Luís Pereira Barreto e Martinico Prado que em 1876 e 1877 - escreveram artigos no jornal 'A Província de São Paulo', (54) exaltando as excelências das terras do município para o café, o baixo preço das terras da área e as perspectivas de alta produtividade. Tal propaganda indicava como que uma direção a seguir para a economia cafeeira em expansão a partir do chamado oeste velho paulista, ao mesmo tempo - que servia de alternativa para proprietários de cafezais decadentes do Vale do Paraíba.

É interessante pensar um pouco sobre esse processo de chegada da cafeeira cultura. A área de terra roxa (cujas vantagens Pereira Barreto exaltava em seus artigos) é razoavelmente grande no estado de São Paulo e não parece haver razão exclusivamente geográfica nenhuma que garantisse a relevância que Ribeirão Preto veio a ter como município produtor e centro de produção cafeeira, e que decorre da incorporação de suas terras na economia do café a partir da segunda metade da década de 1870. Um dos artigos de Martinico Prado fornece talvez uma pista para o entendimento das outras vantagens de Ribeirão Preto: o fato de que as terras do município estavam sendo demarcadas judicialmente é bastante ressaltada pelo autor que enfatiza a demarcação dos 68.000 alqueires de terras herdadas pelos filhos de Luiz Antonio de Souza Diniz e efetivada por seu filho Gabriel Junqueira; outra vantagem de Ribeirão Preto era que os proprietários de áreas grandes estavam dispostos a vender parte de suas terras para atrair gente (e facilitar o acesso ao mercado como ele sugere), enquanto que os proprietários de parcelas meno-

res (é o que se pode entender no contexto do artigo por '...maioria da população...') estavam dispostos a vender como que numa confissão de que sua atividade econômica estava ameaçada pelos investidores, que no caso eram cafeicultores. (55) O autor lamenta no mesmo artigo que os donos das terras em São Simão '... acham-se ainda possuídos de extremo amor pelas terras incultas, possuem milhares de alqueires, não querem vendê-los, antes desejariam comprar mais...' Segundo o autor, os proprietários de terras de São Simão estavam esperando um aumento no valor do alqueire, enganoso segundo ele, pois já havia chegado na sua opinião ao ápice, havendo casos de o alqueire ser vendido a 100 mil réis (56.) Adicionando a esses dados o de que Ribeirão Preto era um município instalado e em aumento de população, pode-se sugerir que a economia cafeicultora não encontra muitos impecilhos estruturais para sua instalação no município: o sistema de plantations podia se instalar em terras quase virgens de exploração agrícola, e as transações de terras eram facilitadas pelo reconhecimento jurídico que se processava.

Importa frisar também, ainda que as observações possam parecer óbvias, que não se opera então a introdução da planta do café. Esta já era cultivada. Ocorre sim a incorporação da área na economia cafeicultora, o que é diferente. Não é evidentemente, a planta em si que gera uma transformação local, na organização social, política e econômica relacionada a esse plantio. O censo do Mal Muller, de 1838, indicava a plantação de café no território de Casa Branca, como vimos. Desde 1834 havia a Câmara Municipal de Franca incentivado oficialmente o plantio do café no município, e nem por isso surgiu um núcleo cafeicultor independente do que vigorava no então Vale do Paraíba (57). Mesmo em Ribeirão Preto, já por volta de 1870, antes portanto da propagação da terra roxa, Gabriel Junqueira iniciava a plantação de cafezais em larga esca-

la na sua Fazenda Santa Maria. Mas é com a chegada dos investidores paulistas e fluminenses ligados à economia do café, que a cafeicultura passa a dominar amplamente a vida do município (58).

A primeira compra feita por esses investidores ocorreu em 1876, quando Cândido Barreto instalou-se em 2.000 hectares situados na atual Cravinhos, comprados por 36.000\$000 do 'caboclo Antonio Caetano, criador de porcos'. A partir dessa compra, Cândido e seu irmão Luis Pereira ampliam a aquisição de terras dedicadas à cafeicultura. Os irmãos Barreto estavam ligados aos interesses cafeicultores do Vale do Paraíba.

Outro grande comprador de terras em Ribeirão Preto, foi Henrique Dumont, também originário do Vale do Paraíba. Em 1880 comprou a Fazenda Lageado de José Bento Diniz Junqueira e esposa. Em 1890 compra a fazenda Albertina de Martinico Prado, que a havia adquirido em 1877. Em 1886, adquire mais 145,2 hectares (extensão pequena para a época) de Joaquim Antonio Teixeira e esposa. Com essas aquisições, Dumont constituiu uma grande propriedade contígua e vendeu-as em 1891 à Companhia Melhoramentos do Brasil. Esta por sua vez foi vendida em 1894 em Londres a um grupo inglês, que manteve o nome Dumont graças ao prestígio desse café no mercado internacional de então.

A família Prado, de São Paulo, iniciou suas aquisições em 1877 com a fazenda Albertina já citada. Em 1885 Martinico Prado comprou 15.000 hectares na Serra de Guataparã. E em 1889 Martinico e seu pai, Martinho e irmão Antônio compraram a Fazenda Eldorado, no atual Sertãozinho. A Fazenda Eldorado era então de Rodrigo Pereira Barreto, que a havia adquirido de Gabriel Junqueira. Fazenda Eldorado era o nome que dera à Fazenda Santa Maria na qual o café foi plantado em larga escala a par-

tir de 1870 como foi dito. Luiz de Queiroz Teles, da aristocracia do café do Vale do Paraíba, comprou em 1887 1.655 hectares constituindo a Fazenda Santo Antonio das Tabocas.

Além dos investidores tradicionalmente ligados à cafeicultura, um outro investidor iniciou suas atividades em Ribeirão Preto. Tratava-se de Francisco Schmidt, ex-colono e ex-comerciante nascido na Alemanha. Em 1890 em sociedade com Arthur Diederichsen, comerciante nascido em Santos, Francisco Schmidt adquiriu de João Franco de Moraes Otávio e esposa a Fazenda Monte Alegre por 600.000\$000. A compra foi financiada pelo Banco Construtor e Agrícola de São Paulo, e a inclusão de Arthur Diederichsen foi obviamente uma manobra para conseguir o financiamento. Tanto é assim que apenas duas semanas após a concretização da operação, Diederichsen vendia sua parcela a Schmidt por 300.000\$000. A fazenda Monte Alegre possuía já então cafezais em produção.

Bem sucedido em seus negócios com o café, Francisco Schmidt passou a comprar sucessivas fazendas em Ribeirão Preto e em outros municípios, de tal sorte que em princípios do século XX era o maior proprietário individual de cafezais e produtor de café, o que lhe valeu o título de "Rei do Café". Além desses investidores mencionados, outros seguem a mesma direção, deslocando capitais do Vale do Paraíba ou do oeste velho para a área de Ribeirão Preto. Grandes proprietários da própria região, lá já instalados antes da chegada da cafeicultura, mudam de atividade econômica, abandonando a pecuária como atividade principal e concentrando recursos no cultivo do café, de tal sorte que em princípios do século XX desconhecia-se a existência de grandes fazendas que não fossem prioritariamente cafeicultoras.

Convém ressaltar que a cafeicultura se introduz no município nos momentos finais de trabalho escravo no Brasil. Os dados estatísticos revelam um aumento no número absoluto de escravos no município, mas proporcionalmente à população total a população escrava sofreu uma pequena redução no município entre 1870 (884 escravos, 16,9% da população total) e 1884 (10.420 e 13,2%). Devemos lembrar que a passagem da pecuária para a cafeicultura em sistema de plantation exigiria, pela diferença de emprego de mão de obra nessas duas atividades, um aumento muito mais substancial do número de escravos, caso fosse baseada prioritariamente no trabalho escravo. Acresce a isso o debate então travado pelos cafeicultores, onde uma forte vertente apregoava as vantagens do trabalho assalariado. (59).

Em decorrência disso, a influência da abolição se fez sentir menos em Ribeirão Preto do que no Vale do Paraíba. A transição para o trabalho assalariado começa com a introdução da cafeicultura.

A cafeicultura instalou-se nas terras do município, nos primeiros anos da existência do mesmo. As décadas de 1870 e 1880 representam para Ribeirão Preto um período de transição em vários sentidos. Da pecuária para a cafeicultura, do trabalho escravo, para o trabalho assalariado, do Império para a República, de uma elite social para outra.

Foi visto como a luta pela constituição de um núcleo de povoação em Ribeirão Preto culminou com o reconhecimento civil do mesmo, em 1871 - quando Ribeirão Preto foi considerado e autorizado a escolher uma Câmara Municipal. Disto se ocupou a Câmara de São Simão como foi dito.

A eleição para a constituição da Câmara foi realizada no início de 1874

e em Julho do mesmo ano a Câmara foi instalada.

A primeira legislatura estendeu-se até 1877, e ocupou-se de organizar o arruamento da vila, de estabelecer as primeiras posturas municipais, de organizar as finanças da câmara, de definir locais para o funcionamento da câmara, cadeia, etc,.. Esse período também foi marcado por uma forte epidemia de varíola, em 1875. A câmara ocupou-se da questão, nomeando uma comissão para ajudar os doentes, outra para cuidar do enterro dos mortos; essas comissões providenciaram um hospital de isolamento para os variolosos e a nomeação de um vacinador para fazer frente à epidemia.

Essa primeira legislatura parece ter sido dominada pelo grupo chefiado por Bernardo Alves Pereira, vereador e, durante certo tempo, presidente da câmara municipal.

Bernardo Alves Pereira participara dos primeiros movimentos visando a consolidação do núcleo de povoamento, manifestando-se como interessado em petições às autoridades eclesiásticas para a consolidação do patrimônio de São Sebastião. Substituiu como fabriqueiro a Manuel Fernandes do Nascimento e assinou o auto de corpo de delito quando do assassinato deste, na condição de 'profissional por habilidade da arte da medicina'.

(61) Foi comerciante e proprietário de terras. Permaneceu solteiro, tendo reconhecido tres filhas, às quais deixou quando de sua morte (1891) - várias propriedades agrícolas em Ribeirão Preto, além de uma fazenda de criação em São José do Rio Preto e 3 casas na vila de Ribeirão Preto. - Sua filha mais velha foi casada com José Martiniano Junqueira, que foi fabriqueiro de São Simão, e um dos filhos de Luiz Antonio de Souza Diniz, ao qual já se fez referência.

O período dessa primeira legislatura foi marcado por várias disputas políticas. A primeira delas em 1875, envolveu diretamente dois importantes funcionários municipais, o secretário e o procurador da câmara. A questão pela qual se discutia era a cobrança de taxas e multas previstas pelas posturas municipais. O desenrolar das disputas entre os dois funcionários revelou a existência de um grupo de interesses formado pelo procurador, Valério Dias do Carmo, e pelos vereadores Máximo Arentes Marques e Antonio Gonçalves Vallim (62).

Em 1876 outra crise política eclodiu, se bem que não tenha sido registrada nos anais da câmara. No dia 3 de outubro daquele ano, durante as eleições provinciais, uma das urnas foi roubada ocorrendo então a morte de uma pessoa. A esse respeito escrevia a 2 de novembro do mesmo ano o Juiz da Comarca de Batatais (à qual o termo de Ribeirão Preto está então subordinado), em carta ao Presidente da Província, o conservador Sebastião José Pereira: '...é desanimador o estado daquela vila, os criminosos autores do atentado de 3 de outubro contam forte proteção a que não é estranha mais de uma autoridade...'. Na mesma missiva, acusava o subdelegado de pertencer ao grupo político responsável pelos acontecimentos. No dia 6 de novembro do mesmo ano o Juiz Municipal Carlos Antonio Rodrigues dos Santos, respondendo a ofício que o interrogava sobre o crime, informava ao presidente da província que '... pelo inquérito feito sobre o 1º suplente de delegado de polícia não se averiguou de criminoso algum... um segundo inquérito... está se processando perante o delegado de polícia tenente G.R. d'Almeida Barros, e com efeito neste já reconheceu alguns criminosos...'. No mesmo mes, o delegado de Polícia de Ribeirão Preto comunicava ao Presidente da Província os resultados de suas investigações, indicando como mandantes do crime a '...Bernardo Alves Pereira, vereador da Câmara sujeito mais rico do lugar e

que anda cercado de capangas e que (ilegível) de muita influência entre certa gente do lugar que sujeitam-se a seu mando para qualquer coisa — que ele lhes ordene é conhecido como mandante de outros assassinatos. É como aqui lhe chamam manda-chuva; é chefe do Partido Liberal desta terra... e a '...Antonio Bernardino Velloso de Almeida, empregado ou sócio do mesmo em uma loja de fazendas... primeiro suplente da Delegacia, muito interessado no patrocínio de tais criminosos...' (63)

Apesar de tudo isso se passar sob um governo provincial conservador, a força local de Bernardo Alves Pereira deve ter sido muito grande, pois os indícios de sua culpabilidade e as acusações de que foi alvo não resultaram em nada efetivo contra ele.

No início de 1877 as dissensões políticas voltam a abalar diretamente a câmara. Assim na ata de 26 de janeiro (64) daquele ano, vereadores Thomas de Aquino Pereira, Bernardo Alves Pereira, João Francisco de Oliveira e Moises Fernandes do Nascimento, extinguiram o mandato de Antonio — Gonçalves Vallim, então presidente da Câmara, sob a alegação de que este havia mudado para outro município e acusavam-no de ter organizado uma reunião ilegal da Câmara Municipal à qual haviam comparecido, Joaquim Mafra Terra, Antonio Joaquim da Silva, Máximo de Arantes Marques e Antonio Silverio Batista.

A denúncia acrescentava que tal reunião ilegal não dispunha dos livros regulares de registro, além de outras irregularidades, razões que desautorizavam todas as medidas tomadas então. Uma dessas medidas fora a demissão do secretário da câmara municipal.

Volta e meia no decorrer deste período, há denúncias e tentativas de remoção do secretário da câmara. Deve ser notado que nesse período não havia um local definido para as reuniões dos vereadores e que, assim sendo, cabia ao secretário da câmara a guarda dos livros oficiais. O acesso a esses livros era uma espécie de garantia de legitimidade por parte de um ou de outro grupo eventualmente em disputa, como pode ser notado pelo caso exposto acima. Decorre daí a importância atribuída nas lutas políticas pelo controle do cargo de secretário.

Desta última crise mencionada parece ter resultado a completa deserção do grupo hostil a Bernardo Alves Pereira da câmara, e este, com seu grupo, termina assim essa primeira legislatura tendo pleno domínio da situação. Da segunda legislatura, (1877-1880), eleita e instalada sob um governo conservador na província, não fez parte nenhum dos vereadores do grupo de Bernardo Alves Pereira, mas foi eleito seu sócio Antonio Bernardino Vellozo. Do grupo rival fora eleito Máximo de Arantes Marques. (65).

Na reunião de 26.06.78, os vereadores Antonio José Ferreira, Máximo de Arantes Marques e Manuel Soares de Castilho, retiram-se da reunião por desconhecerem a autoridade do Presidente da Câmara, Antonio Bernardino Vellozo. A situação política na província era então desfavorável aos liberais e a crise que se manifestava na câmara, ameaçava paralisar os trabalhos municipais. A saída para o impasse foi a nomeação de Antonio Bernardino Vellozo, para o bom emprego de Coletor de Rendas Gerais e Provinciais do Termo, o que o obrigava a abandonar a vereança. Isso foi comunicado em reunião de 9.07.78 sob a presidência de Luiz Herculanino de Souza Junqueira, suplente então convocado para assumir o lugar de Vellozo. (66).

A terceira legislatura (1881-1882) instalou-se e fora eleita sob um governo liberal na Província. Uma das primeiras medidas da nova câmara foi denunciar a anterior por desvio de verbas e graves irregularidades nas contas.

Data desta época a primeira referência à importância que a cafeicultura assumia para o município. Assim 'Saturnino José da Silva, negociante nesta Vila, (pedia) ser relevado de multa... alegando a quadra péssima que (atravessava) o município com a baixa do café ...', no que foi atendido. (68).

A quarta legislatura (1883-1886) foi eleita e instalada nas mesmas condições da anterior e contava com a participação de Antonio Bernardino Vellozo. Registre-se a participação de Cândido Perreira Barreto, cafeicultor importante e que fazia parte dos investidores provenientes do Vale do Paraíba, como foi visto (69).

A E. Ferro Mogiana atingiu Ribeirão Preto em outubro de 1883. Desde 1878, os vereadores haviam pedido ao governo da Província que providenciasse a extensão dos trilhos da Paulista, que já haviam atingido Porto Ferreira, até Ribeirão Preto.

Entretanto, numa decisão bastante discutida na época, as autoridades imperiais deram a concessão de atingir Ribeiro Preto à Mogiana. (70)

A Câmara procurou aumentar sua arrecadação criando impostos sobre o café exportado pelo município (71), a base de 10 mil réis por 15 quilos. Era, porém, muito difícil assegurar a realização da cobrança e a Câmara tentou várias alternativas.

Esse período de governos liberais na província não parece ter sido bem sucedido no trato com os interesses locais. Assim, em 1883 era assassinado o Delegado de Polícia de Ribeirão Preto, Miguel Soares Leite, nomeado pelo governo liberal. O subdelegado, Antonio Gonçalves Gomide, reportava então ao Presidente da Província a prisão '...do ex-cabo do corpo policial Arlindo d'Aguiar, o qual pelo inquérito procedido....resultou veementes indícios de sua culpabilidade..' e pedia que '.... em vista da oposição a V. Excia. (fosse) e destacamento ... existente rendido por outro, que não esteja tão relacionado com os paisanos e que ofereça garantia individual.(72)

Em 1884, os vereadores republicanos e conservadores reunidos em sessão protestavam contra as nomeações feitas pelo governo provincial para suplente de juiz municipal; afirmavam que não queriam '...para si ou para seus correligionários a honra de na quadra atual exercer cargos judiciais....' e sugeriam que fossem indicados os '...distintos liberais - Dr. Henrique Dumont, Com. Joaquim Vieira de Souza e Tenente Coronel Joaquim de Souza Mello..' Os 'distintos liberais' eram todos cafeicultores (73).

Joaquim de Souza Melo foi um dos vereadores à última legislatura do Período Imperial (1887-1890) ao lado de pelo menos dois outros fazendeiros importantes; João Franco de Moraes Otávio e Manoel da Cunha Diniz - Junqueira. (74)

Em 1888, a Câmara decidia oficiar ao Presidente da Província para que '.... todos os fazendeiros de café tenham a faculdade, e desde já, de estabelecer em qualquer ponto de sua fazenda agrícola, casa de negócios - de fazendas, molhados, armazéns e mais generos do país necessários para abastecimento de sua colônia e de quem os precisar, pagando imposto pa-

ra a Câmara Municipal dez por cento menos do que pagam os negociantes...' (75)

Ainda nesse ano, tentava-se efetivar a cobrança do imposto sobre o café exportado. (76). Várias tentativas haviam sido feitas sem que a postura municipal a respeito do assunto tivesse sido eficazmente cumprida.

Assim, o procurador da câmara pedia que esta '...solicitasse das Diretorias das Estradas de Ferro Mogiana e Fluvial Paulista a fim d'aquelas ordenarem aos chefes das respectivas estações deste município as informações, desde 1884 até o corrente ano, sobre o despacho do café exportado por este Município afim de providenciar sobre a cobrança do respectivo imposto..'. Esse ofício foi encaminhado à comissão de justiça da câmara. (77).

Embora o desenvolvimento da cafeicultura no município não tenha contribuído de maneira direta e proporcional para o aumento das rendas municipais, foi o responsável direto por um extraordinário aumento da população e da importância econômica do município.

Em 1900, a população de Ribeirão Preto atingia 59.195 habitantes.

Em 1886, como foi visto, essa população era de 10.420 habitantes. Deve ser ainda acrescentado que Sertãozinho fôra desmembrado de Ribeirão Preto em 1896, o mesmo ocorrendo em 1897 com Cravinhos. Em 1900 - nestes municípios viviam 10.940 e 30.050 habitantes respectivamente. Desse modo, a população no mesmo território passara de 10.000 para 100.000 habitantes em cerca de 15 anos (78).

Em 1902 Ribeirão Preto possuía 256 fazendas das quais 149 eram consideradas grandes (79) todas elas dedicadas à cafeicultura como atividade principal. Registrava-se ainda 9 fazendas de cana e 15 de criação. As fazendas de café empregavam então 13.415 pessoas, e existiam na área do município 22.611.286 cafeeiros maiores de 4 anos e 4.666.394 menores de 4 anos.

Uma relação das principais fazendas e fazendeiros de Ribeirão Preto — publicada em 1913 permite perceber que boa parte dos proprietários — deixava a direção das fazendas sob administradores durante o ano todo ou parte dele, não residindo no município. (80). Assim, o coronel — Joaquim da Cunha Bueno, proprietário da Fazenda Buenópolis, com 1.500.000 cafeeiros residia '... num belo palacete à Rua Florêncio de Abreu..' em São Paulo. Antonio Vicente Ferraz Sampaio residia na Fazenda São Sebastião do Lageado, com 250.000 cafeeiros, apenas na época da colheita, passando o resto do ano em São Paulo. Barbosa — Ferraz Junior, proprietário da Fazenda Boa Vista com 150.000 pés de café, passava parte do ano nessa fazenda e parte em outra propriedade em Piracicaba. João Carlos Leite Penteado, proprietário das Fazendas Aurora e Matão, com um total de 584.000 pés de café, residia '... no seu palacete à Rua Brigadeiro Tobias... em São Paulo..'. Silveira do Val, proprietária da Fazenda Santa Tereza com 1.047.000 pés de café, residia '... em São Paulo e (passava) alguns meses no Rio todos os anos..'. .

Outras fazendas eram de sociedades, e apenas um dos seus sócios residia nelas. Esse era o caso da Fazenda Guataparã, com 1.800.000 cafeeiros, de propriedade da firma D. Albertina Prado e Filhos, da qual Alves de Lima, residente na fazenda, fazia parte. A Fazenda Santo Antô

rio da Boa Vista com 150.000 cafeeiros, era de propriedade de Antonio Queiroz Telles e seus filhos; Antonio Queiroz Telles passava 6 meses na fazenda e 6 meses em Campinas, e a fazenda era administrada por Antonio Queiros Telles Jr. A Fazenda Santa Lídia, com 235.000 pés de café, era de propriedade de Raul Pacheco e Chaves e Fernando Pacheco e Chaves; o primeiro residia em São Paulo durante 9 meses por ano.

Havia ainda a Fazenda Dumont, com 4.500.000 cafeeiros, propriedade de uma firma inglesa, a Dumont Coffee Co.

O mais importante proprietário residente era Francisco Schmidt, que na publicação que vem sido citada, constava como proprietário de 16 fazendas em Ribeirão Preto; a principal delas era a Fazenda Monte Alegre a qual tinha então cerca de 1 milhão de cafeeiros. Manoel Maximiano Junqueira, proprietário das fazendas Santa Amélia (503.000 pés de café) Pau D'Alho (100 mil pés) e Nova Junqueira (100 mil pés) também residia no município. Outros proprietários residentes arrolados eram: Coronel Rodrigo Monteiro Diniz Junqueira (Fazenda Santa Olímpia - 320.000 cafeeiros), Francisco Maximiano Junqueira (Fazenda da Serra, 274.000 cafeeiros; Bachadão, 200 mil; Capão da Cruz, 100 mil), Antonio Furquim Pereira (Fazenda Boa Vista da Permuta, 200 mil cafeeiros), Luiz Eduardo Nogueira (Fazenda Santa Olímpia, 68.000 cafeeiros), Arthur Diederichson (Fazendas Jandaia e Ibiápina, 550.000 pés de café), Coronel Joaquim da Cunha Diniz Junqueira (Fazenda Boa Vista, 650.000 pés de café). (81).

Milhares de colonos residiam e trabalhavam nessas fazendas. A maior parte deles era constituída por imigrantes estrangeiros, italianos, -

principalmente. Em 1915, o vice-consul italiano calculava em 80.000 o número de italianos vivendo na região atendida pelo vice-consulado de Hibeirão Preto (82), engajados principalmente na atividade agrícola.

O número de colonos empregado por um fazendeiro era, pelo menos em uma fonte, critério explícito de importância. Assim, o recenseamento do município feito a mando da Câmara Municipal em 1912, indicava que '... o maior dos proprietários rurais era o Coronel Francisco Schmidt que nas suas 15 fazendas tinha 4.535 almas e 746 fogos. Cia. Dumont (parte situada neste município), 3.143 almas e 556 fogos. Companhia Guataparã, 2.390 almas e 418 fogos. D. Francisca Silveira do Val, 1.143 almas e 198 fogos. Coronel Manuel Maximiano Junqueira, - 1051 almas e 171 fogos. Coronel Joaquim da Cunha Diniz Junqueira, - 1.025 almas e 159 fogos. Procópio de Araujo Carvalho, 1.016 almas e 153 fogos..' (83).

A relação apresentada nessa estatística, entre fazendeiros e colonos, realizou-se com várias crises. Gifun refere-se a vários pequenos (84) conflitos e menciona uma greve em 1905 na Fazenda de Antônio da Silva Vasconcellos. No mesmo ano, uma publicação italiana denunciava - que '... um dos mais importantes e influentes fazendeiros de Hibeirão Preto, no mes de fevereiro p.p., violando o pacto estabelecido anteriormente reduziu o pagamento dos colonos em 10 mil réis... por cada milheiro de cafeeiro cultivado e de 100 mil réis por cada alqueire colhido. O exemplo foi seguido por grande parte dos fazendeiros da região...' (85) Em 1913, uma greve de grandes proporções foi levada a efeito pelos colonos. A primeira manifestação de descontenta-

mento com os preços estabelecidos os contratos de trabalho surgiu - na Fazenda Dumont, e logo outra greve ocorria na fazenda do Cel. Francisco Schmidt. Schmidt era então considerado '...o maior proprietário de fazendas de café em todo mundo...' (86)

O consul italiano tentou intervir junto ao Patronato Agrícola a favor dos colonos, e este deu razão aos fazendeiros. Os fazendeiros reunidos na residência de Francisco Schmidt tomaram uma posição comum para enfrentar as reivindicações dos colonos, decidindo entre outras coisas, que não seriam feitas alterações nos contratos firmados. (87).

Francisco Schmidt era o líder de uma das facções políticas locais. - Seu período de predomínio político parece ter sido a década de 1890. É o que se pode concluir de matéria publicada em 1901 pelo jornal A Voz Pública. (88), que tratava das próximas eleições municipais - marcadas para dezembro daquele ano. Colocando-se francamente ao lado da oposição, o jornal informava que o partido governista era chefiado por Francisco Schmidt e o partido oposicionista por Joaquim da Cunha Diniz Junqueira, sendo que a facção política dominante imperava então a 2 anos (89).

A apuração dessa eleição foi efetuada no mesmo ano, dando por resultado '... a vitória do Partido chefiado pelo Coronel Joaquim da Cunha - Diniz Junqueira, que, desde então até sua morte em 1932 foi o grande chefe do Partido Republicano Paulista' (90).

O período de 12 anos a que faz referência A Voz Pública, coincide com os primeiros anos posteriores ao fim do Imperio. Como foi visto parágrafos atrás nesse período houve um grande aumento na população local.

Há outros indícios que dão conta da expansão de Ribeirão Preto.

A República foi comemorada pela Câmara local no dia seguinte à sua - proclamação no Rio de Janeiro. A Câmara Municipal, '... perante gran- de massa de povo reunida...' aderiu à República e aclamou o '... go- verno provisório do General Deodoro e o Cidadão Bocayuva..' Hasteou- se '... em frente à Câmara a Bandeira da República, que se fez ao som de vivas e da Marselhesa..' (91).

São da década de 1890 as primeiras notícias de uma imprensa local. O primeiro jornal de que se tem informação, A Folha do Povo, data de 1892. (92). Nesse mesmo ano foi criada a Comarca de Ribeirão Preto.

O Completo Almanak do Estado de São Paulo para 1895, registra um nú- mero notável de estabelecimentos comerciais e industriais para esse município agrícola de história tão recente. (94).

Nessa mesma década foi estabelecido o serviço de iluminação elétrica. Após várias tentativas, que datam de 1893, esse serviço foi final- mente inaugurado em 1899. Em 1900 foi inaugurada a rede de esgotos do perímetro urbano. (95).

As relações entre os dois coronéis tornaram-se agudas (96) quando da campanha presidencial de 1909. Agindo contra a vontade do PRP e sob orientação de Herculano de Freitas e de Francisco Glicério, J.C. Diniz Junqueira apoiou Hermes da Fonseca contra Ruy Barbosa. Com isso foi - destituído da presidência do Diretorio local do PRP, mas Hermes da Fonseca ganhou em Ribeirão Preto, o que não ocorreu em nenhum outro -

município paulista. No mesmo ano, a facção de J.C. Diniz Junqueira conquistou 7 das 10 cadeiras da Câmara Municipal. (97).

Cada uma dessas facções tinha um veículo de imprensa: Diário da Manhã, da facção Schmidt, e A Cidade da facção Junqueira. Durante vários anos o desentendimento se expressou principalmente por esses meios.

Em 1915, numa última reaproximação, os dois coronéis apoiaram a candidatura de Francisco Glicério para o senado, e reconciliaram-se publicamente prometendo mútua colaboração na política municipal.

Em 1918, um confronto final entre os dois coronéis ocorreu, em torno da eleição especial para preencher uma vaga no Senado. Walker relaciona os acontecimentos que se desenrolaram então, com a primeira guerra mundial e com o forte sentimento anti-germânico que havia em Ribeirão Preto. O candidato oficial do PAP era o Conde Valois de Castro, acusado de germanófilo pela imprensa local, inclusive pelo Diário da Manhã. Schmidt contudo apoiou Valois de Castro, enquanto Junqueira apoiava o candidato de oposição Luiz Pereira Barreto. Valois de Castro ganhou a eleição em plano estadual mas perdeu-a localmente por ampla margem.

Segundo Walker, o resultado desse confronto foi o isolamento de Schmidt e a integração de muitos de seus companheiros de oposição no campo adversário.

Numa tentativa final de brigar pelo poder local, Schmidt apoiou em 1920 a candidatura de Álvaro de Carvalho para a Presidência do Estado

de São Paulo, contra a candidatura oficial de Washington Luiz, apoiado por J.C. Diniz Junqueira. No mesmo ano foram desclassificados judicialmente todos os eleitores das terras da Cia. Agrícola Francisco Schmidt sob a alegação de graves irregularidades. Schmidt retirou-se a partir daí da política local e mudou para São Paulo.

A partir de 1920, é pleno o domínio político do coronel J.C. Diniz Junqueira.

As primeiras décadas do século XX marcaram o apogeu da cafeicultura em Ribeirão Preto. O número de cafeeiros plantados manteve-se por volta de 30 milhões até 1930, e começou a decair consideravelmente a partir dessa data. Assim, em 1940, esse número atingia 13 milhões.

Essas décadas foram marcadas por um expressivo aumento do setor de serviços. Walker mostra, por exemplo, que em 1913 o município contava com 8 escolas primárias e secundárias, enquanto no fim da década de 20 já contava com uma escola de farmácia e odontologia, 4 instituições técnicas de nível médio, cinco escolas secundárias e 52 primárias. Para avaliar ainda melhor esse crescimento, acrescenta-se que em 1895, Ribeirão Preto contava apenas com 3 escolas, todas particulares, e apenas naquele ano a Câmara resolveu '... fornecer uma casa ... para nela funcionar um grupo escolar, fornecendo também a competente mobília...' o qual foi inaugurado no mesmo ano. (99).

Em 1920 a população de Ribeirão Preto atingia a cifra de 68.838 habitantes (100). O início da década de 20 foi marcada por vários acontecimentos importantes para a vida do município, como a construção da Companhia Metalúrgica Brasileira, a inauguração da Estrada de Rodagem São —

Paulo-Ribeirão Preto.

A principal crise enfrentada pelo grupo político dominante local nesse período foi em 1925, quando a Direção Estadual do PHP selecionou diretamente os candidatos a deputado estadual, sem consultar os diretórios regionais. Em protesto, J.C. Diniz Junqueira pediu demissão do cargo de Presidente do Diretório Local, no que foi acompanhado por chefes políticos de várias outras localidades paulistas. (101). A eleição foi boicotada no plano local e apenas 25 eleitores votaram. Essas divergências foram superadas apenas em 1927 quando Fábio de Sá Barreto, ex-prefeito municipal, foi candidato para uma vaga na Câmara Federal.

A partir de meados da década de 1920 surgiram em Ribeirão Preto, assim como em outros municípios, sinais de que outras forças políticas estavam sendo organizadas. (102). Em 1926, surgia o Partido Facista, que teria pouca expressão local. Mais importante que ele, o Partido Democrático também surgiu em 1926. Nenhum deles porém conseguiu abalar a força do PHP nessa década.

A década de 1930 pode ser considerada um marco de grandes transformações operadas no município, que resultaram na substituição da elite local por uma nova classe de proprietários, em grande parte fruto de ascensão social recente. Alteram-se as regras do jogo político local. (103). A cafeicultura cedeu lugar à agro-indústria e aos investimentos urbanos. Essas transformações resultaram tanto de processos específicos quanto de processos mais amplos. Esse período que se abre em 1930 escapa, porém às preocupações deste trabalho.

CAPÍTULO PRIMEIRO

NOTAS

1 Ribeirão Preto localiza-se entre os Rios Pardo e Mogi-Cuaçú. É incluído no chamado Oeste Novo de São Paulo, expressão construída a partir do percurso da cafeicultura pelo Estado de São Paulo. Como ocorre em todo o Estado, costuma ser referido como fazenda parte da zona que leva o nome da ferrovia que o serve: Zona Mogiana.

2 Leite, Mário: Paulistas e Mineiros, Plantadores de Cidades.

3 Lauriano, J.L., Paróquias da Arquidiocese de Ribeirão Preto desde 1903 até 1971. Enciclopédia dos Municípios Brasileiros, vols. XXVIII/XXX.

4 Oliveira, G.J.S. Uma Vez, Casa Branca... Rocha, O; - Sarretos de Outrora, Massaro, P.H.; Epopeia de um Povo; Tambellini, J.M. A Freguesia de Batatas; Franco, M.; Almanak da França - 1902. Informações específicas sobre o surgimento de Ribeirão Preto podem ser encontradas em: Furlan, A.; Documentário Histórico de Santosvinha; - Santos, P. T. Ribeirão Preto Histórico para a História - Costa, O.E.; História da Fundação de Ribeirão Preto. V. nota bibliográfica. O Livro do Tombo - da Matriz de Ribeirão Preto, pag. 2, atribui a mineiros a ocupação inicial da área.

5 Monbeig, P.; Novos Estudos de Geografia Humana Brasileira pag. 109. Leite, M., em Paulistas e Mineiros, Plantadores de Cidades, coleciona evidências dessa migração, que podem servir de pistas para pesquisas.

6 Monbeig, P., Pionneurs et Planteurs de São Paulo. À pag. 116 desse trabalho, Monbeig afirma que a migração mineira era anterior a 1930, e que ela acelerou-se a partir de 1850, sendo reforçada por acontecimentos como a Revolução de 1842 e a Guerra do Paraguai de 1864/1870. Observa ainda que a migração dirigiu-se tanto para as áreas do café, como para áreas não atingidas até então pela cafeicultura.

7 V. por exemplo, França, A A Marcha do Café e as Frentes Pioneiras; Milliet, S.; Roteiro do Café, pag. 51. Ferreira, J. L.; História de São Paulo, pag. 205. Também em trabalhos de divulgação são encontradas informações análogas; v. por exemplo Bruno, H.S. 'Intradição' in Riedel, D. (Org.) O Planalto e os Cafezais - São Paulo, pag. 33.

8 Muller, D.P.; Ensaio de um Quadro Estatístico da Província de São Paulo V. .pags. 58/131/139/153/161.

9 Costa, O.E.; op. cit. pag. 17

10 Miranda, J.P.; Ribeirão Preto de Ontem e de Hoje, - pag. 3

11 Santos, P.T.; op. cit. Emboaba, O.C.; op. cit. Prado Jr., M. "Municípios de São Simão e Ribeirão Preto". Guião, J.R., A Cidade e Município de Ribeirão Preto.

12 Costa, O.E.; op. cit., estudou inventários e divisões judiciais de terras com o objetivo de reconstituir a situação das fazendas da área onde surgiu Ribeirão Preto, em meados do século XIX. O autor transcreve em seu livro as partes principais desses documentos.

13 Sertãozinho desmembrou-se de Ribeirão Preto como município em 1896. Para informações sobre as terras onde se situa o município V. Furlan, A., op. cit.

14 Ribeirão Preto - São Paulo Coleção de Monografias nº 501, pag. 2; Gifun, F.V.; Ribeirão Preto - 1880-1914: The Rise of a Coffee County; pag. 10; Quem se preocupou com a questão foi Santos, P.T., op. cit. pags. 7-8 Costa, O.E. op. cit. pags. 17/18 menciona a questão e concorda com Santos, P.T.

15 Ribeirão Preto - São Paulo - Coleção de Monografias nº 501, pag. 2.

16 Gifun, F.V.; Ribeirão Preto, 1880-1914: The Rise of A Coffee County, pag. 10. Erro curioso visto que o autor cita Costa, O. E. op. cit., e até agradece esse autor pela estadia em Ribeirão Preto e pelas informações sobre a documentação e a história locais que forneceu. Pag. vi.

17 Guião, J.R. op. cit., pags. 6-8

18 A unidade do sistema jurídico era a Comarca. Até 1872, Ribeirão Preto esteve subordinado à Comarca de Mogi-Mirim. Termo era a divisão menor de uma Comarca; eram termos as freguesias, núcleos de povoações ou mesmo vilas. A comarca porém só se instalava em uma vila. Sede de termos reunidos parece ter o seguinte sentido; o de um termo mais importante, que servia de sede para julgamentos de questões atinentes a vários termos. Essas informações foram extraídas da leitura de documentos transcritos Costa, O.E., op. cit.

19 Na condição de vila ou município, uma localidade adquire expressão política, devendo instalar uma Câmara Municipal.

20 Documento encaminhado por José Borges da Costa, Manuel de Nazaré Azevedo, Antonio Soares Castilho e outros ao Vigário Jeremias José Nogueira. Transcrito por Santos, P.T., op. cit. pag. 6.

21 José Mateus dos Reis e Vicente José dos Reis eram irmãos. V. gráfico 10.

22 Entre 12, 13 e 14 de março de 1852 são feitas as doações por José Alves da Silva e Pulcina Maria de Jesus; Mateus José dos Reis e Maria Silveira Soares Ferreira; Luiz Gonçalves Barbosa e Antonia Maria de Jesus; Miguel Bezerra dos Reis e Francelina Maria Teodora; Antonio Bezerra Cavalcanti e Bárbara Maria Gertrudes; Alexandre Antunes -

Maciel; Mariano Pedrosa e Maria Lourenço do Nascimento. Os documentos de doação estão transcritos em Costa, O.E., pags. 39/41, menos o do último casal, que se extraviou, e do qual faz referência Santos, P.T., - op. cit.

23 Costa, O.E., op. cit. pag. 42

24 Idem, pag. 48

25 Idem, pag. 46/47, nota 118

26 Idem, pag. 20/21, notas 32 /33, onde o autor cita também as fontes documentais de onde extraiu as informações.

27 Oliveira, G.J.S., op. cit. pags. 52/54. Este livro é uma versão romanceada da história de Casa Branca, calcada em extenso levantamento de documentos e jornais locais. A informação a que se refere foi confirmada pessoalmente com o autor desse livro, mas não foi possível ter acesso aos documentos. Guião, J.R., pag. 7/9 também faz referência a embargos movidos por Teixeira Jr. contra a tentativa dos condôminos da Fazenda das Palmeiras.

28 Oliveira, G.J.S., idem

29 Costa, O.E., op. cit, pags. 48/50 onde se historia o processo e são transcritos documentos.

30 Idem, pag. 51

31 idem, pags. 65/77. Nas pags. 69/70 vem o documento pelo qual se faz o pagamento do quinhão de São Sebastião, extraído - pelo autor dos Autos de Divisão da Fazenda Barra do Retiro, pags. 21 e 22. Assim fica-se sabendo que os 64 alqueires eram constituídos de - '...seis alqueires de cultura de primeira sorte que a oito mil réis - cada alqueire importam em quarenta e oito mil réis cada alqueire importam em quarenta e oito mil réis; oito ditos de segunda sorte a seis - mil réis, quarenta e oito mil réis; trinta e cinco tres quartas e meia e tres pratos, de terceira sorte, a quatro mil réis, cento e quarenta e tres mil oitocentos e trinta e tres réis; e quinze ditos de - quarta sorte, a dois mil réis, trinta mil réis.' A maior parte das terras era, pois, de qualidade inferior. A cidade de Ribeirão Preto pagá até hoje aforamento a São Sebastião.

32 O trabalho de Emboaba da Costa que vem sido citado foi escrito com o objetivo imediato de demonstrar que a data de fundação da cidade deveria ser considerada a data do reconhecimento jurídico do Patrimônio de São Sebastião. Plínio Travassos dos Santos tinha opinião diferente que manifestou em conferências, o texto das quais não foi possível localizar.

33 Lauriano, J.L.; Subsídios para a História Religiosa de Ribeirão Preto, pag. 12.

34 Costa, op. cit. pag. 92

- 35 idem, pag. 93
- 36 idem, pag. 94/103
- 37 idem, pag. 104
- 38 Assim, em 28 de setembro de 1869, 42 moradores locais oficiavam ao Vigário Capitular manifestando sua vontade de que o Padre Angelo José Philidory Torres fosse escolhido (como de fato foi). Havia outro candidato, o padre Miguel Martins da Silva, pároco de São Simão. Muitos dos que assinaram, apontaram a profissão - entre eles 6 comerciantes. Costa, O.E., op. cit. pag. 106.
- 39 Costa, O.E., op. cit. pag. 112
- 40 Moribeig, P.; Pionneurs et Planteurs de São Paulo
- 41 Lauriano, J.L.; Subsídios, pags. 9/15
- 42 idem, pag. 15
- 43 Costa, O.E.; op. cit. pags. 19/36. Furlan, A.; op. cit. pags. 94/100
- 44 Prado Jr., M.; pag. 347
- 45 idem, pag. 344
- 46 idem, pag. 347
- 47 idem, pag. 349
- 48 Gifun, F.V., Ribeirão Preto 1880-1914
- 49 Arquivo Público do Estado - nº ordem 1190 Lata 395. Carta de Agradecimento da Câmara ao Presidente da Província. 13 julho de 1874.
- 50 idem - idem. Estatística dos Habitantes da Freguesia de Ribeirão Preto com declaração do sexo, condição, estado e nacionalidade. 1874.
- 51 Camargo, J.F.; Crescimento da População do Estado de São Paulo;
- 52 Arquivo Público do Estado - nº ordem 1.190 Lata 200 - Ofício da Câmara Municipal de Ribeirão Preto ao Presidente da Província, respondendo a pedido de informação. 13.4.1875.
- 53 idem - idem 20.12.1877
- 54 Prado M., 'Os Municípios de São Simão e Ribeirão — Preto'. Os artigos de Pereira Barreto não foram consultados. Foram publicados no mesmo Jornal com o título de 'Terra Roxa'. A eles fazem referência o artigo de Martinho Prado; Furlan, A. Sertãozinho e Gifun, F.V., - op. cit. dos quais se extraiu a informação de que Pereira Barreto -

exaltava as qualidades da terra roxa para o plantio do café.

- 55 Prado Jr., M. op. cit. pag. 347
- 56 idem, pag. 336
- 57 Postura municipal de 21.07.1834. Chiachiri, J. Vila Franca do Imperador, pag. 37
- 58 A respeito da chegada dos cafeicultores paulistas e fluminenses ver: Furlan, A., op. cit., Prado, A.A. Crônica de Outrora Gifun, F.V. op. cit. Dumont, Villares, Quem deu Asas ao Homem.
- 59 A abolição não está sequer registrada documental-  
mente na história de Ribeirão Preto.
- 60 Camargo, J.B.S., Aspectos Históricos da Câmara Municipal de Ribeirão Preto, pags. 5/9. Nas pags. 10/12, a relação de ve  
readores das primeiras legislaturas, as correspondentes ao Império.
- 61 Costa, O.E. cit. pag. 92, nota 256. V. também pag.  
87, nota 238.
- 62 Atas da Câmara Municipal de Ribeirão Preto (ACMRP).  
18.11.75 e cópia entre as atas de 18.11.75 e 29.01.76 in Santos, P.T.,  
op. cit., pags. 143-144
- 63 Arquivo Público do Estado - nº de ordem 1190 lata  
395 - Do Juiz Municipal de Órfãos Carlos Antonio Rodrigues dos Santos  
ao Presidente da Província, 6.11.1876. Do Delegado de Polícia Gaspar  
Ribeiro de Almeida Barros ao Presidente da Província sobre os inquéri-  
tos relativos a um crime eleitoral, 25.11.1876. nº de ordem 2.569 Lata  
134 - do Delegado de Polícia Gaspar Ribeiro de Almeida Barros ao Presi-  
dente da Província, novembro de 1876. Do Juiz da Comarca de Batatais  
ao Presidente da Província, 2.11.1876
- 64 ACMRP, 26.1.1877, in Santos, P.T., pag. 146
- 65 Camargo, J.B.S., op. cit. pag. 10. Tentou-se tra-  
çar alguma relação entre esses grupos e os que se opunham no começo do  
século XX, mas nada foi possível constatar.
- 66 ACMRP, 9.7.1878. in Santos, P.T., pag. 147
- 67 Camargo, J.B.S., pag. 12, Santos, P.T., pag. 148  
26.2.1881
- 68 ACMRP, 5.8.1882, in Camargo, J.B.S., op. cit., pag.  
61
- 69 Camargo, J.B.S., pag. 12

70 *idem*, pags. 73 a 79, onde se transcreve as atas - nas partes relativas à chegada da ferrovia no município. O trajeto pela Companhia Paulista ficaria mais curto. Ver, Prado, Jr, M. 'Estrada do Guassú'; Matos, O.N., o Café e as Ferrovias.

71 ACMFP, 6.3.1885, *in* Camargo, J.B.S., *op. cit.*, pag. 62

72 Arquivo Público do Estado, nº ordem 1190 Lata 395 Do Delegado ao Presidente da Província. 28.9.1883.

73 ACMFP 20.3.1884, *in* Santos, P.T., pag. 150. Quanto aos partidos políticos locais há poucas informações. Boherer, G. C.A A., Da Monarquia à República, traz dados que permitem concluir que - Ribeirão Preto era fortemente conservador em 1881, pag. 94.

74 Camargo, J.B.S., pag. 12

75 ACMFP, 15.3.1888, *in* Camargo, J.B.S., pag. 62

76 ACMFP, 07.04.1888, *in* Camargo, J.B.S., pag. 62

77 ACMFP, 07.4.1888, *in* Camargo, J.B.S., pag. 62

78 Camargo, J.F.; Crescimento da População do Estado, págs. 35 e 52.

79 Brandão Sobrinho, J. Relatório Sobre a Situação Agrícola. O critério para ser considerada grande não é fornecido.

80 Lloyd, R., Impressões do Brasil no Século XX, pags. 350/353. Outras descrições de fazendas locais são encontradas no 'Brazil Magazine', 1911

81 Proprietários de terras de outros municípios residiam em Ribeirão Preto. Era o caso de Luiz Pereira Barreto que lá residiu entre 1906 e 1912. Ao deixar a cidade, para residir em São Paulo, foi registrado em ata da Câmara um voto de pesar "... pela (sua) saída e os desejos que têm todos de que ele volte para esta cidade" - ACMFP 16.06.1912 *in* Santos, P.T., *op.cit.*, pag. 124. AS relações entre fazendeiros e colonos são apresentadas em um romance de Miranda, J.P. V., intitulado 'Redenção

82 e que incluía ainda: Tambaú, São Simão, Cravinhos, Sertãozinho, Santa Cruz das Posses, Jardinópolis, São Joaquim, Ituverava, Igarapava, Brodowski, Batatais, Vila Bonfim, Cajuru, Nuporanga, Serrinha, Santa Rosa e Serra Azul. Em cada um desses municípios ou localidades haviam um correspondente do vice-consulado. Bianco, M.Z., 'Il Distretto del R.V. Consolato D'Italia in Ribeirão Preto'.

83 ACMFP, 15.7.1912, *in* Santos, P.T., *op. cit.* pag.154,

84 Gifun, F.V., *op. cit.* pags. 174/180

85 'Le Condizioni dell' Immigrazione Agricola' pag.

86 Lloyd, R., *op. cit.* pag. 350

87 Gifun, F., op. cit., pags. 178/180

88 A Voz Pública 06.12.1901

89 Na ata de 11.06.1930 a Câmara congratulava-se com o "... eminente chefe político Sr. Coronel Joaquim da Cunha Diniz Junqueira ... que, atendendo a reiterados pedidos... houve por bem - retirar a sua renúncia de Presidente do Diretório do Partido Republicano Paulista desse município. in Santos, P.T., pag.136.

90 Santos, P.T., op. cit., pag. 122

91 ACMRP, 16.11.1889, in Camargo, J.B.S., op. cit., pag. 89.

92 Esse número, com data de 06.Nov.1892, encontra-se parcialmente destruído nas secção de jornais do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo. No mesmo local, encontram-se exemplares dos seguintes outros jornais de Ribeirão Preto (o ano de fundação foi calculado a partir dos cabeçalhos): O Reporter de 1892; O Sétimo Distrito, de 1893; O Ribeirão Preto, de 1897; A Voz Pública, de 1900; O Comércio e Lavoura, de 1902, que substituiu O Reporter e voltava a ter esse mesmo nome no mesmo ano; O Ribeirão Preto, de 1902; O Debate de 1902 que substituiu A Voz Pública; O Operário, de 1904; novamente O Reporter, em 1907; A Cidade, de 1905; O Incentivo, de 1908; A Tarde, de 1920, do mesmo proprietário de O Debate. A imprensa também migrou de Minas para São Paulo: há vários números do Jornal São Paulo e Minas datados de 1895 e 1896, mas conservando a numeração de quando tinham o nome Gazeta de Uberaba. Há poucos números de cada jornal, o que impede uma investigação sistemática.

93 Miranda, J.P., Ribeirão Preto de Ontem e de Hoje

94 Thomson, C. (Org.) Completo Almanak, 1895, segundo essa fonte Ribeirão Preto tinha então: um açougue, 11 alfaiatarias, uma refinação de açúcar, 4 atacadistas, 2 bancos, 4 casas bancárias, duas bandas de música, um bilhar, dois cafés, um café torrado, doze fábricas de cerveja, uma fábrica de chapéu, três charutarias, seis clubes e associações, quatro cocheiras, três colégios particulares, uma confeitaria, sete engenhos de cana, onze lojas de fazendas e modas, duas lojas de ferragens e móveis, dois moinhos de fubá, dois depósitos de fumo, uma fundição de bronze, cinco hotéis, duas lojas maçônicas, uma loteria, uma loja de máquina de costura, três de máquinas para lavoura, seis de máquina para beneficiar café, uma fábrica de malas, duas de massas, oito modistas, vinte e quatro olarias, oito padarias, uma papelaria, onze restaurantes, uma fábrica de sabão, um depósito de sal, oito sapatarias, cinco selarias, quatro serrarias a vapor, oito fábricas de troleis e carroças, quatro tipografias, cento e trinta e um armazéns de secos e molhados. Contava ainda com: cento e vinte e um fazendeiros, treze advogados, doze médicos, sete farmacêuticos, seis caldeireiros, quatro barbeiros, três dentistas, três engenheiros, três ferreiros, três joalheiros, dois guarda-livros, dois solicitadores, dois fotografos, duas parceiras, um arquiteto.

95 ACMFP, 19.05.1893, 2.05.1895, 7.05.1898, 24.2.1900.  
 In Santos, P.T., op. cit. pag. 119 e 121.

96 Walker, T., From Coronelism to Populism, de onde  
 são extraídas as informações sobre a História Política do período.

97 ACMFP, 30.01.1911: o vereador Dr. Veiga Miranda  
 pediu a palavra e agradecendo, em seu nome e de seus companheiros re-  
 cem empossados, ao eleitorado a confiança a eles depositada, elegendo-  
 os para o cargo de vereadores, disse que, como representante da minoria  
 não vinham fazer oposição sistemática à Câmara, pois só tinham em men-  
 te a boa orientação do Município e neste terreno protestavam o seu -  
 franco apoio; a minoria era composta por Veiga Miranda, Renato Jardim e  
 Francisco Schmidt.

98 ACMFP, 21.02.1895, e 18.07.1895. Walker, T., op. cit.  
 pag. 51.

99 Walker, T., op. cit. pag. 51

100 Camargo, J.F., Crescimento da População do Estado  
de São Paulo.

101 Walker, T., op. cit., pags. 109 e 110

102 idem, pag. 111

103 O trabalho de Walker estuda essas mudanças no pla-  
 no do poder local, até 1960.

## CAPÍTULO SEGUNDO

### OS JUNQUEIRAS

Nas duas primeiras décadas do século XIX, vários casais aparentados através da família Junqueira, migraram para a região paulista do Caminho de Goiás, onde foram proprietários de fazendas dedicadas à pecuária (1).

Esses migrantes provinham do sul de Minas Gerais, onde seus pais eram proprietários de terras e, também, pecuaristas.

Os descendentes desses migrantes estiveram ligados à ocupação humana e econômica de uma ampla faixa de São Paulo, marcando sua presença como proprietários de terras principalmente na região balizada pelos atuais municípios de São Simão, Franca e Barretos.

Este capítulo tem dois objetivos: dar um conjunto de informações consideradas adequadas para entender a trajetória dessa família extensa e — mostrar, na base de um caso empírico, a operação de determinados processos estruturais de parentesco tidos como importantes e que serão analisados no capítulo terceiro.

Informações de tradição oral referidas em algumas fontes (2), sugerem — que a migração desses parentes para a região foi antecedida da utilização de terras da mesma para a invernada de seus rebanhos sediados no sul de Minas. Documentos em poder de seus descendentes indicam que em 1812, Francisco Antonio Junqueira, um dos migrantes, interessou-se por terras na área de Franca, que seriam por ele adquiridas para a forma-

ção da Fazenda Invernada (3). Outro documento que registra o interesse de membros dessa família por terras da região é a carta de venda (4) da sesmaria do Padre Pompeu, passada a João Pedro Diniz Junqueira em 1820. Informações indiretas adicionais permitem situar a época de migração desses casais nas duas primeiras décadas do século XIX (5). A informação de que utilizavam terras dessa região como invernada antes de nelas se estabelecerem, ainda que não possa ser suficientemente confirmada, é bastante coerente com o processo migratório mais geral do qual o movimento desses casais aparentados participa.

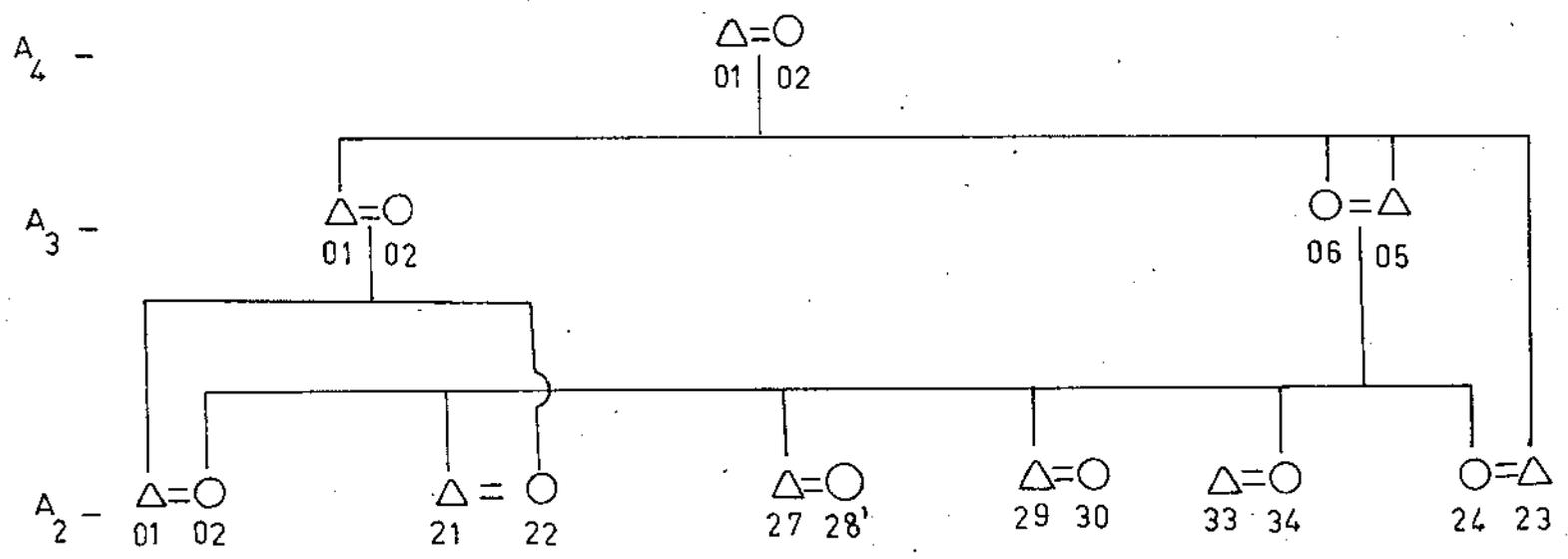
No gráfico 1 são apresentados os envolvidos nessa migração a que foi feita referência, e nele podem ser observadas as relações de parentes que os unem. As letras e números colocados lateralmente à apresentação gráfica servem para marcar a geração genealógica das pessoas referidas no gráfico. Abaixo do sinal indicado de cada pessoa no gráfico está um número de referência. Esses números de referência foram elaborados por geração genealógica, e tendo em vista um quadro geral de pessoas aparentadas através dessa família.

Todos os casais apresentados na linha A2 estiveram de algum modo relacionados à migração do sul de Minas para terras do Caminho de Goiás.

Pode ser notado que as relações que unem esses parentes são principalmente as de irmão, primo e cunhado. Observe-se também, que, nos seis casais envolvidos na migração há a participação de filhos de Gabriel de Souza Diniz e Maria Francisca da Encarnação Junqueira: 3 filhos e 3 filhas. Metade desses casais é formado por cônjuges aparentados:

MEMBROS DA FAMÍLIA JUNQUEIRA ENVOLVIDOS NA MIGRAÇÃO E SUAS RELAÇÕES DE PARENTESCO

GRÁFICO 1



A<sub>4</sub>-01- João Francisco Junqueira  
 A<sub>4</sub>-02-

A<sub>3</sub>-01- João Francisco Junqueira Filho  
 A<sub>3</sub>-02-

A<sub>3</sub>-05- Gabriel de Souza Diniz  
 A<sub>3</sub>-06- Maria Emerenciana da Encarnação Junqueira

A<sub>2</sub>-01- Francisco Antonio Junqueira  
 A<sub>2</sub>-02- Genoveva Clara Diniz Junqueira  
 A<sub>2</sub>-21- João Pedro Diniz Junqueira

A<sub>2</sub>-22- Helena Constança Junqueira  
 A<sub>2</sub>-23- Luiz Antonio de Souza Diniz  
 A<sub>2</sub>-24- Ana Claudina Diniz Junqueira  
 A<sub>2</sub>-27- Francisco Antonio Diniz Junqueira  
 A<sub>2</sub>-28'- Mariana Constança de Andrade  
 A<sub>2</sub>-29- José Antonio Diniz Junqueira  
 A<sub>2</sub>-30- Carlota de Souza Diniz  
 A<sub>2</sub>-33- João José de Carvalho  
 A<sub>2</sub>-34- Helena Fausta Diniz Junqueira

Francisco Antonio Junqueira, casado com sua prima, filha de Gabriel de Souza Diniz; João Pedro Diniz Junqueira, filho deste último, casado com sua prima, irmã daquele; e Luiz Antonio de Souza Diniz, casado com sua sobrinha, filha de seu irmão Gabriel. (6).

Não há dados sobre as razões específicas que levaram esses parentes a realizar a migração apontada. Apenas pode-se lembrar as condições gerais do movimento migratório envolvendo as duas regiões, condições às quais já se fez referência.

Maria Francisca da Encarnação Junqueira, mãe de vários desses migrantes eradescendente em primeira geração de João Francisco, um emigrante português de cuja freguesia de origem, Junqueira, origina-se o citado sobrenome.

Gabriel de Souza Diniz, casado com Maria Francisca, era também imigrante português e parece ter se incorporado à família Junqueira no sul de Minas, transmitindo este último sobrenome a todos os seus filhos. Consta que Maria Francisca recebera por herança uma fazenda em Lavras do Funil, no sul de Minas, fazenda denominada Santo Inácio. (7)

Como foi visto, uma das filhas desse casal, foi casada com um irmão de seu pai, Luiz Antonio de Souza Diniz, o qual teria sido chamado de Português especialmente para este casamento. (8).

Francisco Antonio Junqueira também participa da migração como se vê no gráfico. Era o filho mais velho de João Francisco Junqueira Filho, ir

mão de Maria Francisca. A respeito deste, sabe-se ter sido proprietário da Fazenda do Favacho no sul de Minas (Município de Cruzília).

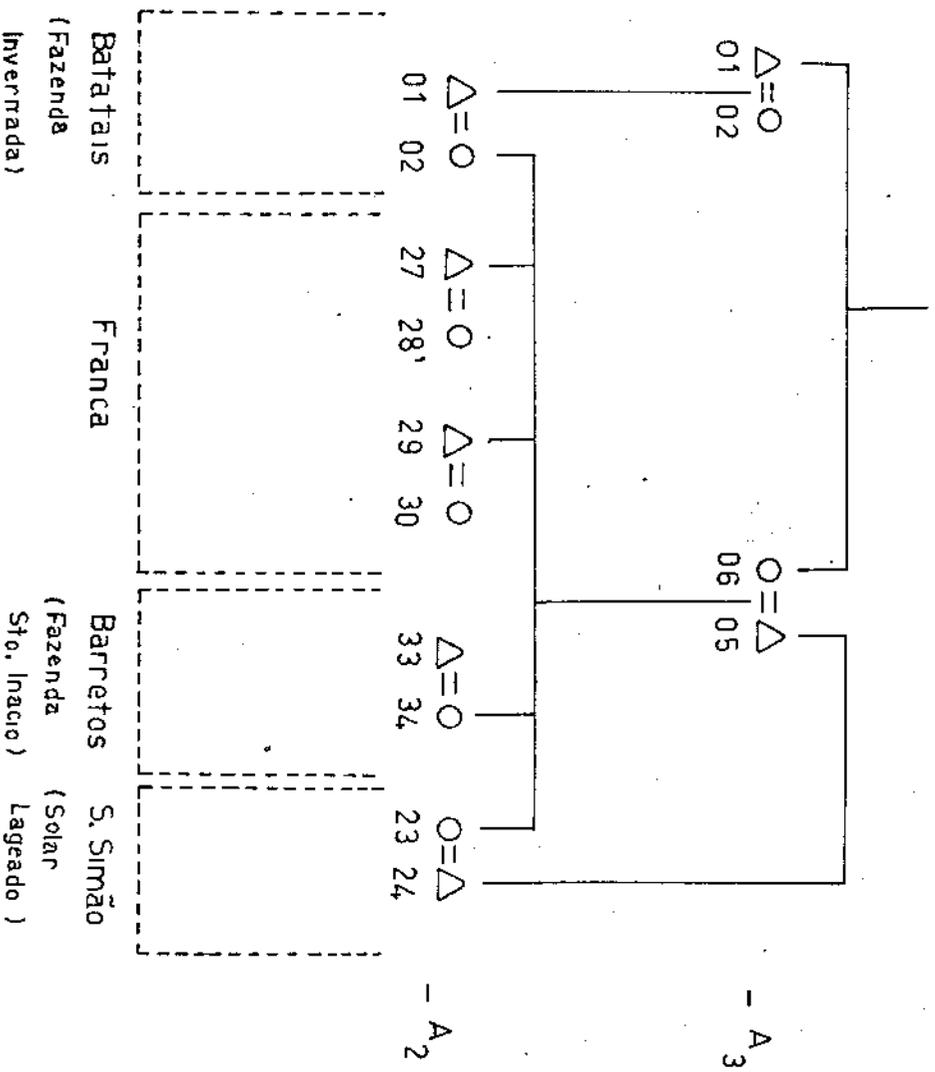
O gráfico 2 indica as áreas para as quais se dirigiram os migrantes. - Pode-se perceber que os casais dirigiram-se para 4 áreas distintas da região: Franca, Batatais, Barretos e São Simão, sendo que nestas 3 últimas adquiriram grandes estabelecimentos agrícolas que são referidos entre parênteses.

João Pedro Diniz Junqueira referido no gráfico 1, não o é no gráfico 2 porque, embora tendo estado envolvido na aquisição de terras na região, não se instalou nela (9). Tampouco se sabe o destino que deu às terras que comprou (10). Francisco Antonio Junqueira e Genoveva Clara Diniz Junqueira formaram a Fazenda Invernada em terras então jurisdicionadas a Franca e que viriam fazer parte do município de Batatais.

Francisco Antonio Diniz Junqueira e seu irmão José Antonio Diniz Junqueira, foram com as esposas, Mariana Constança de Andrade e Carlota de Souza Diniz (11) respectivamente, fazendeiros em terras adquiridas em Franca. João José de Carvalho e Helena Fausta Diniz Junqueira formaram a Fazenda Santo Inácio, em terras do atual município de Barretos.

Finalmente, Luiz Antonio de Souza Diniz e Ana Claudina Diniz Junqueira dirigiram-se para as terras então subordinadas a Casa Branca e que passariam sucessivamente a fazer parte de São Simão, Ribeirão Preto e Cravinhos onde foram proprietários do Solar Lageado, em terras da Sesmaria do Onça.

GRÁFICO 2  
MIGRANTES E DESTINAÇÕES DA MIGRAÇÃO



De todas as localidades mencionadas, Franca era a única a ter uma vila instalada na década de 1820. Não obstante sua Câmara Municipal - ter sido constituída apenas em 1824, desde 1805 a povoação existia como uma freguesia ativa. A povoação teve início em torno de uma capela mandada edificar por um fazendeiro em fins do século XVII. A - posição de seu povoado próximo ao Caminho de Goiás foi um fator que atraiu população para Franca. A população que constituiu Franca era '...resultado da imigração de aventureiros mineiros que estendendo-se das Minas de Santo Antonio do Rio Verde, hoje cidade de Campanha, vieram assentar morada nas terras francanas..' (12) A paróquia de Batatais foi estabelecida em 1815 e foi elevada a vila, desmembrando-se de Franca, em 1839. A paróquia de Casa Branca foi estabelecida - em 1814 e a sua elevação a vila ocorreu em 1841. A paróquia de São Simão data de 1842 e o município, constituído em terras outrora pertencentes a Casa Branca, surgiu em 1865: Nesta data, como foi visto, crescia a povoação de Ribeirão Preto, então subordinado a São Simão. Quanto a Barretos, embora o patrimônio de santo em que se originou, tenha sido doado em 1854 e a capela construída em 1856, apenas em 1874 ganhou a condição de freguesia reconhecida, e em 1885 a de vila. (13).

Fica assim evidente que a migração desses casais aparentados, além de se dar no bojo de um processo migratório mais geral, se faz de tal modo que eles e seus descendentes participam de várias localidades desde o seu início.

Em alguns casos, tal participação encontra-se registrada documentalmente. Assim é possível saber que Francisco Antonio Diniz Junqueira participou ativamente da vida política da vila de Franca e da nascente Batatais. Em 1825 foi nomeado capitão-mor pela Câmara Municipal de Franca, e sua participação está registrada em vários episódios históricos locais. (14).

Outro personagem da família Junqueira cuja participação na vida política local está registrada, nos documentos relativos a Batatais, foi Francisco Marcolino Diniz Junqueira, filho de Francisco Antonio Junqueira e conhecido por Capitão Chico (15). Ainda, mencionando apenas os instaladores e a primeira geração de seus descendentes, vários foram, como será retomado, os Junqueiras cuja participação na vida política da área de Ribeirão Preto está registrada.

Pelo que é possível perceber da correspondência (16) de alguns desses migrantes, os vários casais envolvidos mantinham relações entre si e o ponto de origem da migração. Essas relações assumiam, entre outras, a forma de casamento entre parentes.

Assim, por exemplo, Francisco Marcolino Diniz Junqueira, nascido na Fazenda Invernada em 1829, fez os estudos primários em um internato mineiro (em Campo Belo) e iniciou os estudos secundários no Rio de Janeiro. Quem cuidava da sua educação era um tio paterno, ao mesmo tempo cunhado, residente no sul de Minas Gerais (17).

Segundo o genealogista da família Junqueira, do sul de Minas era que

'... partiam as tropas para o sertão da província de São Paulo, para a Franca e Batatais, centros administrativos das fazendas dos Junqueiras...' (18). Tal afirmação, viés ideológico à parte, vem em um contexto que faz supor a existência de documentos comprobatórios, ainda que não sejam fornecidos. (19).

Os laços materiais que se pode supor uniam essas diferentes instalações e a área da qual a migração se originara em torno do nome Junqueira, eram as questões comuns de direitos em herança e partilha de terras, tão mais comuns quanto todos os casais envolvidos na migração para São Paulo tinham a participação de filhos de um mesmo casal (20). Na primeira geração descendente desses instaladores, ocorrem vários casamentos que envolvem parentes, como pode ser visto nos gráficos 3, 4, 5, 6 e 7. As letras e números que aparecem no corpo dos gráficos seguem os mesmos critérios dos gráficos já apresentados. O casamento entre parentes está assinalado por dupla numeração, já que nesses casos um mesmo personagem aparece duas vezes nos quadros genealógicos. Os casos em que casam parentes de gerações genealógicas diferentes podem ser observados nos gráficos pelo fato de que o segundo conjunto de números da dupla numeração, indica a outra linha genealógica onde também podem ser encontrados.

O gráfico 3 registra casamentos de seis filhos de Francisco Antonio Junqueira, proprietário da Fazenda Invernada em Batatais. Desses 6 casamentos, 4 são com parentes, 1 envolve de certo modo relações de afinidade e 2 não envolvem nenhuma forma de parentesco. Assim na linha A1, vê-se que um filho (01) de Francisco Antonio Junqueira, foi casado com a filha (04 na linha E) de uma de suas primas e residente

em Barretos; uma filha (10 na linha A1) foi casada com um irmão (05 na linha A2) de Francisco Antonio Junqueira; outra de suas filhas (08 na linha A1) foi casada com um filho (07 na linha A1) de um irmão de Francisco Antonio Junqueira, e outra (12 na linha A1) foi casada com um filho (11 na linha A1) de uma irmã de Francisco. O casamento de outra de suas filhas (06 na linha A1) envolve relações de tipo particular. 06 foi a segunda esposa de 05, sendo que a primeira (60' na linha A1) era prima da segunda, e desse primeiro matrimônio resultara uma filha (04 na linha E) que foi casada com um irmão (01 na linha A1) da segunda esposa de 05, como foi visto.

O gráfico 4 mostra os casamentos de sete filhos de Ana Cândida Diniz Junqueira e Luiz Antonio de Souza Diniz, proprietários do Solar Lageado em São Simão. Desses 7 casamentos, dois envolvem parentes de linhas genealógicas diferentes: assim, 25 na linha A1, foi casado com uma filha (02 na linha E) de uma e de suas primas (38 na linha A1); 32 foi casada com um primo (51 na linha A2) de sua mãe. Note-se que uma das filhas (30 na linha A1) foi casada sucessivamente com dois irmãos (29' e 29'').

O gráfico 5 registra os casamentos de 6 filhos de Francisco Antonio Diniz Junqueira, proprietário de terras em Franca. Dos 5 filhos e de seu primeiro matrimônio, 2 filhas (40 e 42 na linha A1) foram casadas com primos (45 e 47 na linha A2) de Francisco Antonio Diniz Junqueira. A filha (44 na linha A1) de seu segundo casamento, foi casada com um irmão (83 na linha A2) de sua segunda esposa.

Dos 6 casamentos de filhos de José Antonio Diniz Junqueira e Carlota de Souza Diniz, que estão apresentados no gráfico 6, apenas 1 envolvia

parente. Assim, um dos filhos (49 na linha A1) desse casal foi casado com a filha (06 na linha E) de uma de suas primas (60 na linha A1).

Finalmente, o gráfico 7 registra os casamentos dos filhos de João José de Carvalho e Helena Fausta Diniz Junqueira. Os casamentos envolvendo parentes já foram descritos quando se falou do gráfico 3. Note-se apenas que duas das filhas (60 e 64 na linha A1) foram casadas com irmãos (59 e 63 na linha A1 respectivamente).

Em todos esses casos envolvendo casamento entre parentes, as mulheres dirigiram-se para a instalação de origem do marido, e nunca o contrário.

As relações matrimoniais entre as diferentes instalações formadas pelos migrantes, reduzem-se em todos esses casos, aos laços que estão apresentados nos gráficos 3 e 7, envolvendo os filhos de Francisco Antonio Junqueira, de Batatais, e os filhos de João José de Carvalho, de Barretos. Essas relações matrimoniais entre as duas instalações inserem-se na reformulação das mesmas. Através do casamento 01/02 (linha A1 - Gráfico 3), 01 (Francisco Marcolino Diniz Junqueira) adquire interesses em propriedades rurais na área de Barretos. Todos os casamentos apresentados na linha A1 do gráfico 7, têm o sentido de fazer desaparecer a família Junqueira enquanto uma família identificável, na medida em que os filhos de João José de Carvalho e Helena Fausta Diniz Junqueira - dispersam-se em suas relações matrimoniais, sem manter o símbolo, o sobrenome (Junqueira ou qualquer outro) de identificação.

Essas relações matrimoniais envolvendo parentes situam-se num processo de definição das relações de parentesco: situam-se, por um lado, -

no campo da afirmação de relações de parentesco entre as várias instalações de migrantes e o ponto de origem da migração; situam-se por outro lado no limite dessas relações de parentesco geograficamente amplas. Que este limite fora atingido demonstra-o o fato de que a segunda geração descendente dos instaladores não se verificam casamentos envolvendo os diferentes pontos de instalação entre si e o ponto de origem da migração de seus avós. Continuaram porém a existir famílias Junqueira nas áreas de Franca, Batatais e Ribeirão Preto.

O espaço de uma geração foi, no caso, o espaço suficiente para que se tivesse processado os trâmites de transmissão de herança na região de origem e para que os instaladores e seus descendentes tivessem desenvolvido fortes interesses localizados nas novas instalações. Não só é desconhecida a existência de relações de casamento na segunda geração descendente, como acima dito, como é também desconhecida a existência de outras relações.

Tudo indica, pois, que alterada a base material de referência da família extensa, puderam desenvolver-se, com base em novas referências, - outras tantas famílias extensas. Este ponto será retomado.

Uma das famílias extensas que tem origem nesse processo migratório é que interessa mais de perto a este trabalho: a formada pelos descendentes de Luiz Antonio de Souza Diniz e Ana Claudina Diniz Junqueira.

Já foram vistas no gráfico 4 as relações de casamento da primeira geração descendente desses instaladores. Os Junqueiras de Ribeirão Preto foram os descendentes de 6 dos 7 casais formados por filhos de —

Luiz Antonio e Ana Claudina, já que uma filha dos mesmos (32 na linha A1) foi casada com um primo de sua mãe (51 na linha A2) tendo ido residir com ele no sul de Minas. Desses 6 casais, 4 eram formados — por filhos homens do casal instalador. Outro casal formado por Ana Claudina Diniz Junqueira (30 na linha A1), na verdade dois casais sucessivos formados com dois irmãos, não só permanece na área como também transmite o sobrenome Junqueira a toda a descendência. O mesmo — ocorre com o casal 27-28 da linha A1: Genoveva Clara Diniz Junqueira casada com Joaquim da Costa Monteiro.

Filhos de Luiz Antonio de Souza Diniz participaram do processo de surgimento de Freguesia do Ribeirão Preto e da incorporação de sua área à economia cafeeicultora.

Esses Junqueira não estiveram diretamente relacionados com as primeiras medidas visando a criação da povoação de Ribeirão Preto. As terras que lhes cabiam por herança, o solar Lageado, e que ainda não haviam sido judicialmente demarcadas então, não se encontravam entre aquelas envolvidas na formação do patrimônio de santo.

Nenhum dos descendentes de Luiz Antonio, por outro lado, adquiriu terras para doá-las ao santo. Alguns desses descendentes começam a ser mencionados nos documentos a partir do desencadeamento inicial de constituição do patrimônio.

Assim, em 1854, quando da divisão da Fazenda Barra do Retiro, José Antonio Teixeira Jr. indicou, e foram nomeados, os seguintes louvados divisores: (21) Silvino Pereira da Costa, e Joaquim Inácio Pereira Manso. O Capitão Gabriel de Souza Diniz Junqueira (21 na linha A1 — gráfico 4)

foi nomeado para servir de louvado divisor no caso do impedimento de algum dos anteriores. Como Joaquim Pereira Manso não compareceu às reuniões de 1856 que efetivaram a divisão, Gabriel de Souza Diniz Junqueira assinou os autos como louvado divisor. (22).

Em 1859, o tenente José Martiniano Junqueira (33 na linha A1 - gráfico 4) foi nomeado fabriqueiro de São Simão. (23).

Em 1866 foi encaminhada uma petição assinada por pessoas, entre as quais Francisco Maximiliano Diniz Junqueira (25 na linha A1 - gráfico 4), ao bispo de São Paulo, a qual pedia que fosse designado um cura para a capela de Ribeirão Preto. No ano seguinte, Francisco Maximiliano enviou um ofício às autoridades eclesiásticas, insistindo na petição anterior (24).

No mesmo ano, atendendo à petição, as autoridades eclesiásticas providenciam a vistoria e avaliação do patrimônio, providência necessária para a designação de um cura para a sua capela. Nos autos relativos a essa providência, Francisco Maximiliano assina representando a parte interessada. (25)

Em 1869, moradores do distrito de Ribeirão Preto oficiavam novamente às autoridades eclesiásticas pedindo a nomeação do padre Angelo Phildory Torres para a capela local, e entre as assinaturas estava a do 'tenente Francisco Maximiliano Diniz Junqueira'. No mesmo ano, os moradores insistiam com outro documento do mesmo teor, no qual estava, entre outras, a assinatura de Luis Antonio da Cunha Junqueira (filho do casal 29<sup>a</sup>/30 da linha A1 - gráfico 4). (26).

Assim, no processo de surgimento da freguesia de Ribeirão Preto, houve como foi visto, um crescente envolvimento de interesses do qual — participaram descendentes de Luis Antonio e Ana Claudina.

Segundo as informações de Martinho Prado (27), descendentes desse casal teriam tido uma participação na história local em ainda outro nível. Martinho Prado ressalta que Gabriel de Souza Diniz Junqueira havia iniciado na área as tentativas de produzir produtos agrícolas em larga escala para comercialização, tendo introduzido a plantação de algodão em suas terras por colonos americanos refugiados da guerra de secessão, tentativa que não deu resultado devido as dificuldades de comercialização e ocorrência de pragas. Atribui ao mesmo Gabriel a iniciativa de vender parte de suas terras atraindo assim mais gente para o lugar. Essa iniciativa levou à demarcação dos 60.000 alqueires herdados por Gabriel e seus irmãos de seus pais, e levada a cabo por ele, providência que se fazia necessária para facilitar a venda das terras e que se arrastou da década de 1850 à década de 1870. Iniciava a plantação de café antes da chegada dos investidores forasteiros, fazendo com o irmão Francisco Maximiano experiências quanto à altitude mais conveniente para o plantio, experiências das quais se aproveitava Martinho Prado para avaliar as terras adequadas para o café no município.

Parece que a decisão de vender as terras esteve ligada às dificuldades de comercialização, já que era um mecanismo para romper o isolamento do lugar. Assim, todas as medidas apontadas no parágrafo anterior estão relacionadas, e têm o efeito de facilitar o envolvimento das terras do município de Ribeirão Preto pela cafeicultura.

A partir de fins da década de 1870 quando intensifica-se a plantação - de cafezais nas terras do município, os vários Junqueiras proprietários de fazendas estiveram entre aqueles proprietários de terras locais que passaram a se dedicar à cafeicultura como atividade principal, relegando a pecuária a um plano secundário.

Vimos também no capítulo primeiro que vários Junqueiras participaram da vida política de Ribeirão Preto em suas primeiras décadas, mas sem porém que algum tivesse tido um destaque especial.

Assim, participaram da Câmara Municipal de Ribeirão Preto Luiz Herculano de Souza Junqueira, em 1878 na 2a. legislatura; Luiz Antonio da Cunha Junqueira, na 3a. legislatura de 1881 a 1882 e na 4a. legislatura de 1883 a 1886. Na 5a. legislatura, participa Manoel da Cunha Diniz - Junqueira, de 1887 a 1889. Luiz Herculano aparece no gráfico 4 ( 23 , na linha A1); Luiz Antonio da Cunha Junqueira e Manoel da Cunha Diniz - Junqueira foram filhos de Ana Osório Diniz Junqueira e Francisco Alves da Cunha (30 e 29' da linha 1, respectivamente, gráfico 4). (28)

Com a instalação da primeira câmara municipal do período republicano em Ribeirão Preto, 1890 a 1892, Joaquim da Cunha Diniz Junqueira, filho de Ana Osório Diniz Junqueira e seu segundo marido Emerenciano Alves da Cunha, foi eleito vereador. Esse foi único cargo público que ocupou , embora tivesse tido ativa participação na vida política local, tendo sido presidente do Diretório do Partido Republicano Paulista em Ribeirão Preto a partir de 1901 (29).

O Coronel Quinzinho, como era conhecido, nasceu, viveu e morreu em Ribeirão Preto, tendo sido o principal chefe político local durante a --

primeira república. Sua trajetória de vida apresenta, em linhas gerais, uma curiosa analogia com a história do próprio município e dos interesses que ele representou. (30).

Nasceu em 1860 quando Ribeirão Preto apenas principiava a se firmar - como uma freguesia cujo núcleo urbano apenas despontava.

Estreitamente vinculado aos interesses dos cafeicultores, liderou a política local no período em que Ribeirão Preto situava-se como centro produtor de café de grande importância no estado.

Começou a abandonar suas atividades políticas por volta de 1930, ao - que consta por motivo de doença, e faleceu em 1932, às vésperas do - término da Revolução Constitucionalista. Nesse período já a cafeicultura havia entrado em declínio na região, e esse período representaria um marco na decadência dos grupos sociais que ele representara politicamente. Pelo menos no que diz respeito a Ribeirão Preto, a morte dessa pessoa levou consigo o papel político que ela desempenhara; por coincidência ou não, o coronelismo morreu com o coronel. (31).

O gráfico 8 apresenta as relações genealógicas de Joaquim da Cunha Diniz Junqueira.

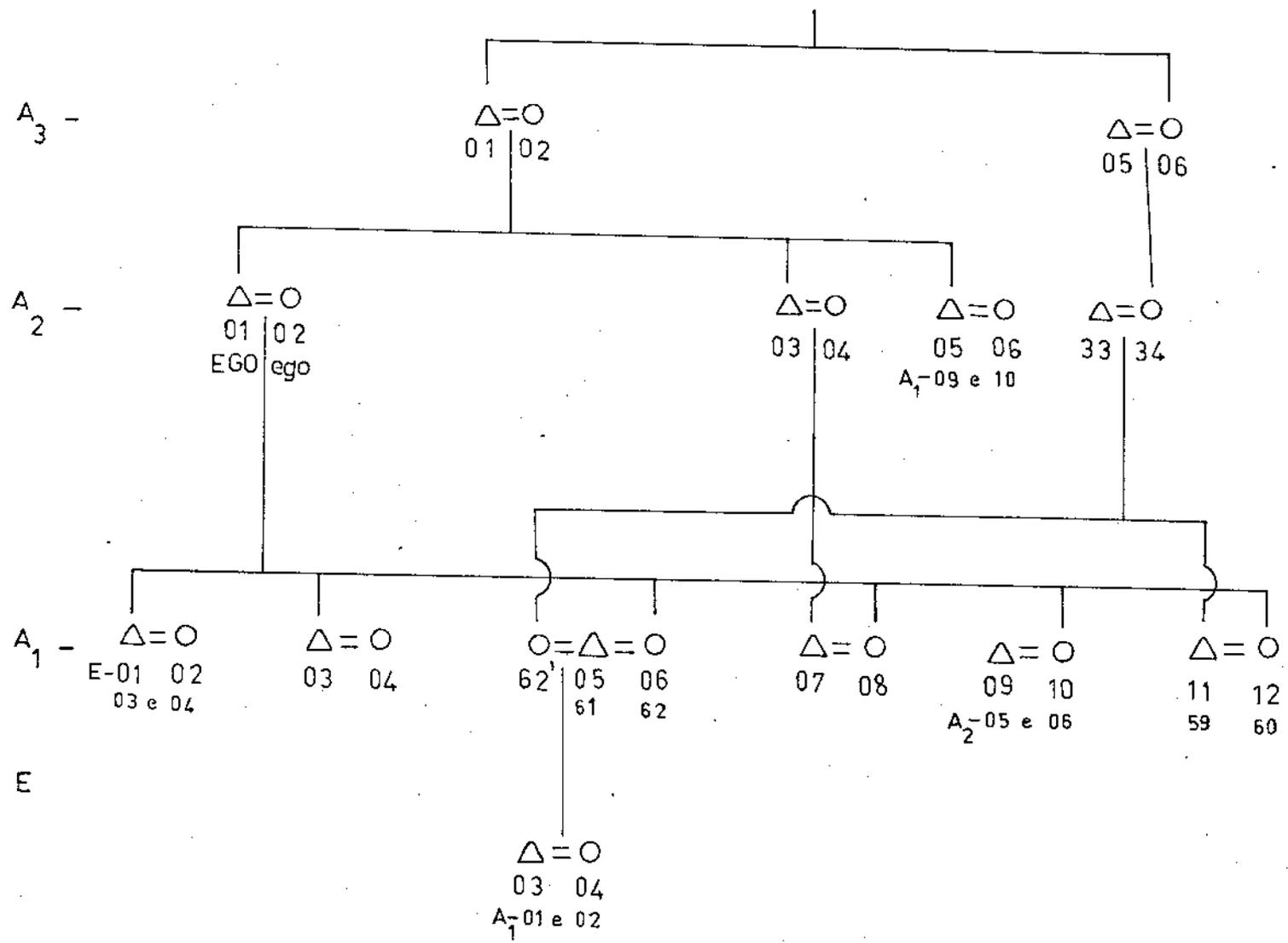
Como se vê, o Coronel Quinzinho era o último dos seis filhos de Ana Osório, sendo o segundo de seu casamento. Observe-se ainda que o coronel em questão recebera o sobrenome Junqueira através de tres gerações de mulheres, quer dizer, eram Junqueiras sua mãe, a mãe de - sua mãe, a mãe da mãe de sua mãe, e não os cônjuges das mesmas.

Joaquim da Cunha Diniz Junqueira foi casado com sua prima (na linha E do gráfico 8) Emerenciana Junqueira, filha de Francisco Maximiano Diniz Junqueira e Mariana de Andrade Junqueira, por sua vez parentes como já visto na descrição do gráfico 4. O coronel Quinzinho foi, entre todos os seus irmãos, o único a casar com parente.

Como já foi visto no capítulo primeiro o coronel embora grande proprietário de terras e cafezais não era o mais importante nessa categoria. Era largamente sobrepujado, por exemplo, por Francisco Schmidt, o 'Rei do Café', que como ele era um proprietário residente no local e que por algum tempo foi seu principal adversário político.

O coronel Quinzinho era não só um grande proprietário de terras e cafezais, como ainda tinha vários parentes entre os principais cafeicultores do município. Assim, em uma lista publicada em 1923 na qual se arrolavam os principais cafeicultores de Ribeirão Preto, encontravam-se 8 pessoas de sobrenome Junqueira, todas aparentadas como pode ser visto no gráfico 9. (32)

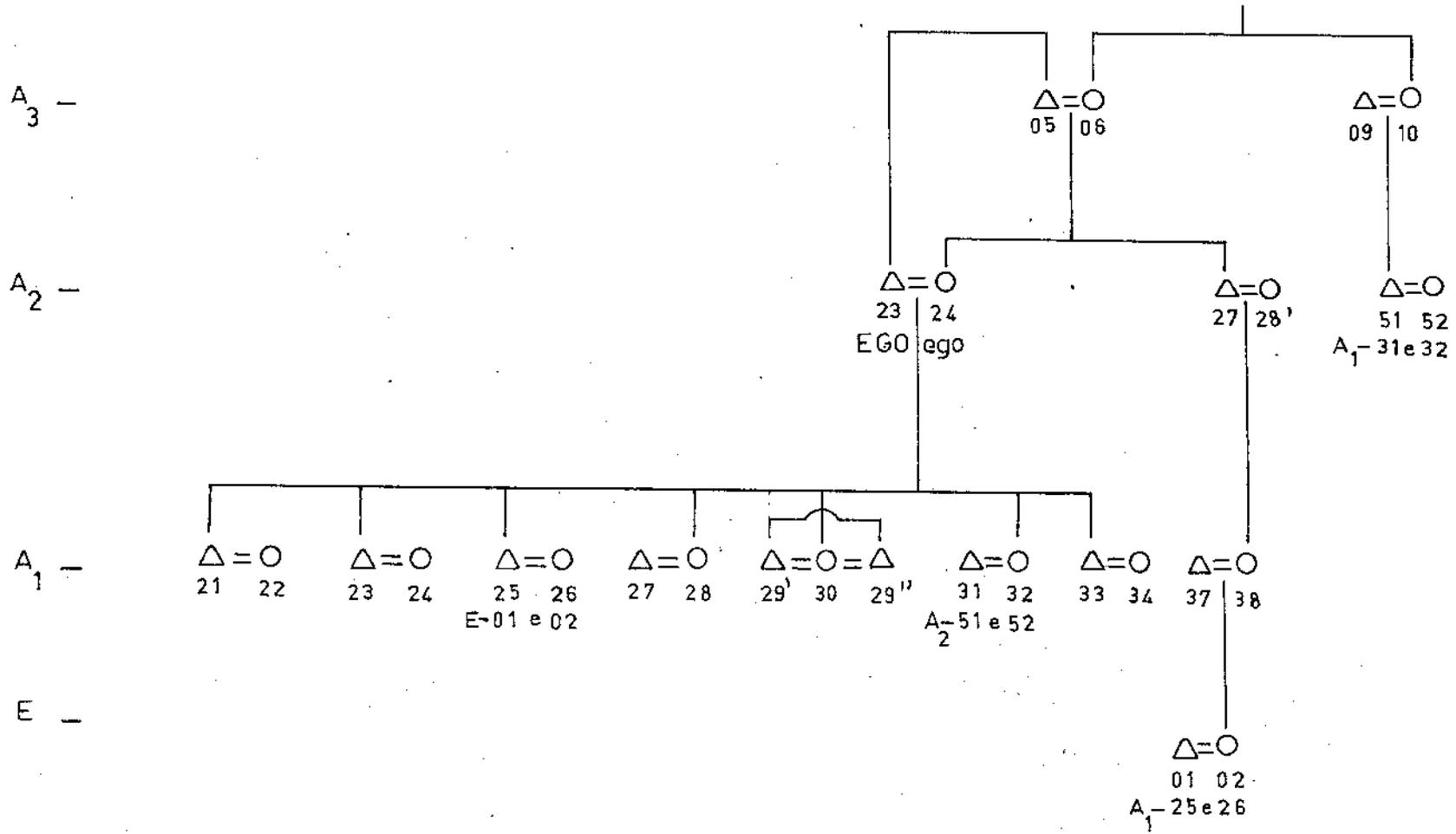
Desse modo, cerca de um século após a migração de um conjunto de parentes Junqueira para a região do Caminho de Goiás, continuava a existir uma família extensa Junqueira reconhecível em Ribeirão Preto. Descendentes locais daqueles migrantes eram, como eles, proprietários de terras, e o sobrenome Junqueira estava associado ao exercício do poder local.

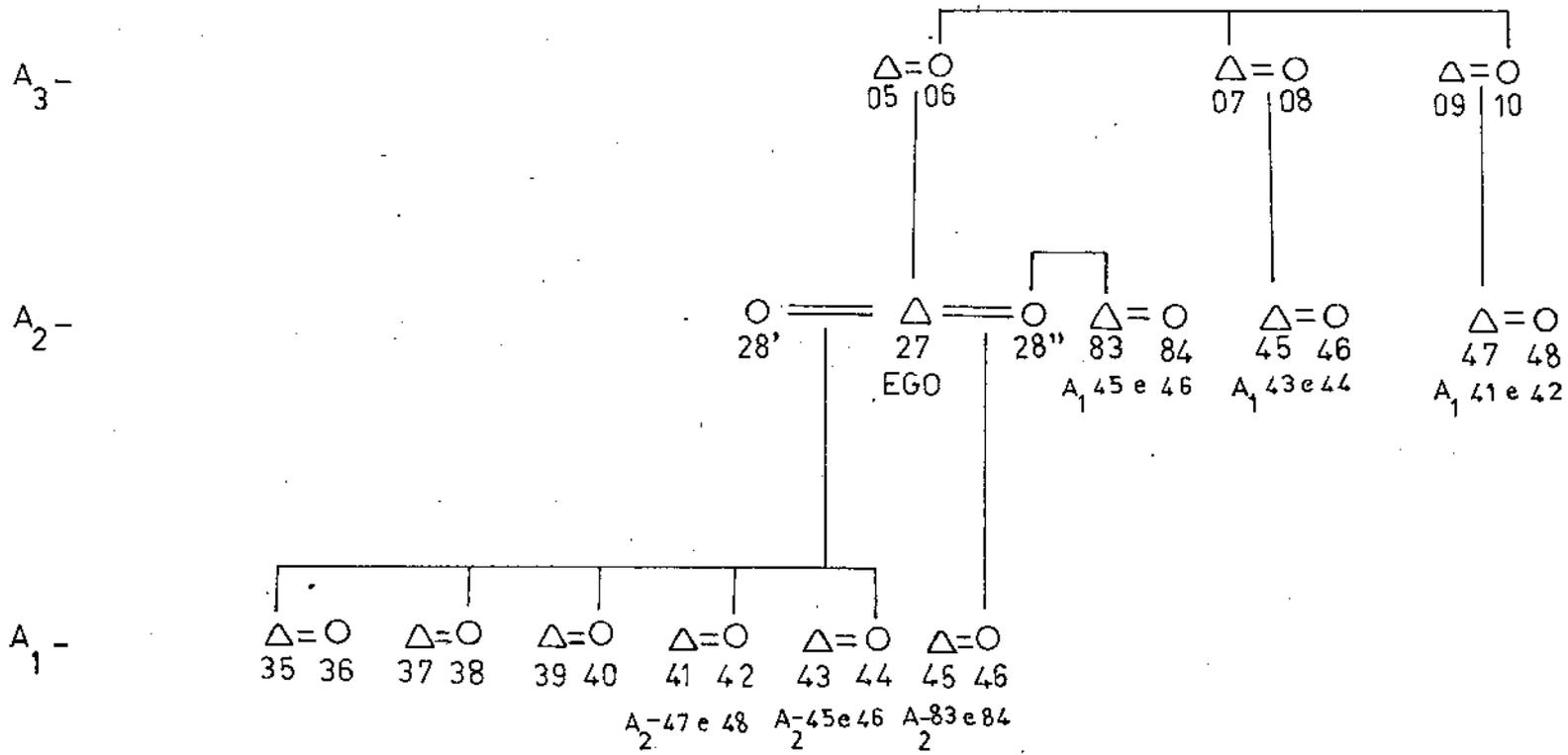


FRANCISCO ANTONIO JUNQUEIRA E SUAS RELAÇÕES MATRIMONIAIS  
 DINIZ JUNQUEIRA E SUAS RELAÇÕES MATRIMONIAIS  
 GENEVEVA CLARA FILHOS DE  
 GRÁFICO 3

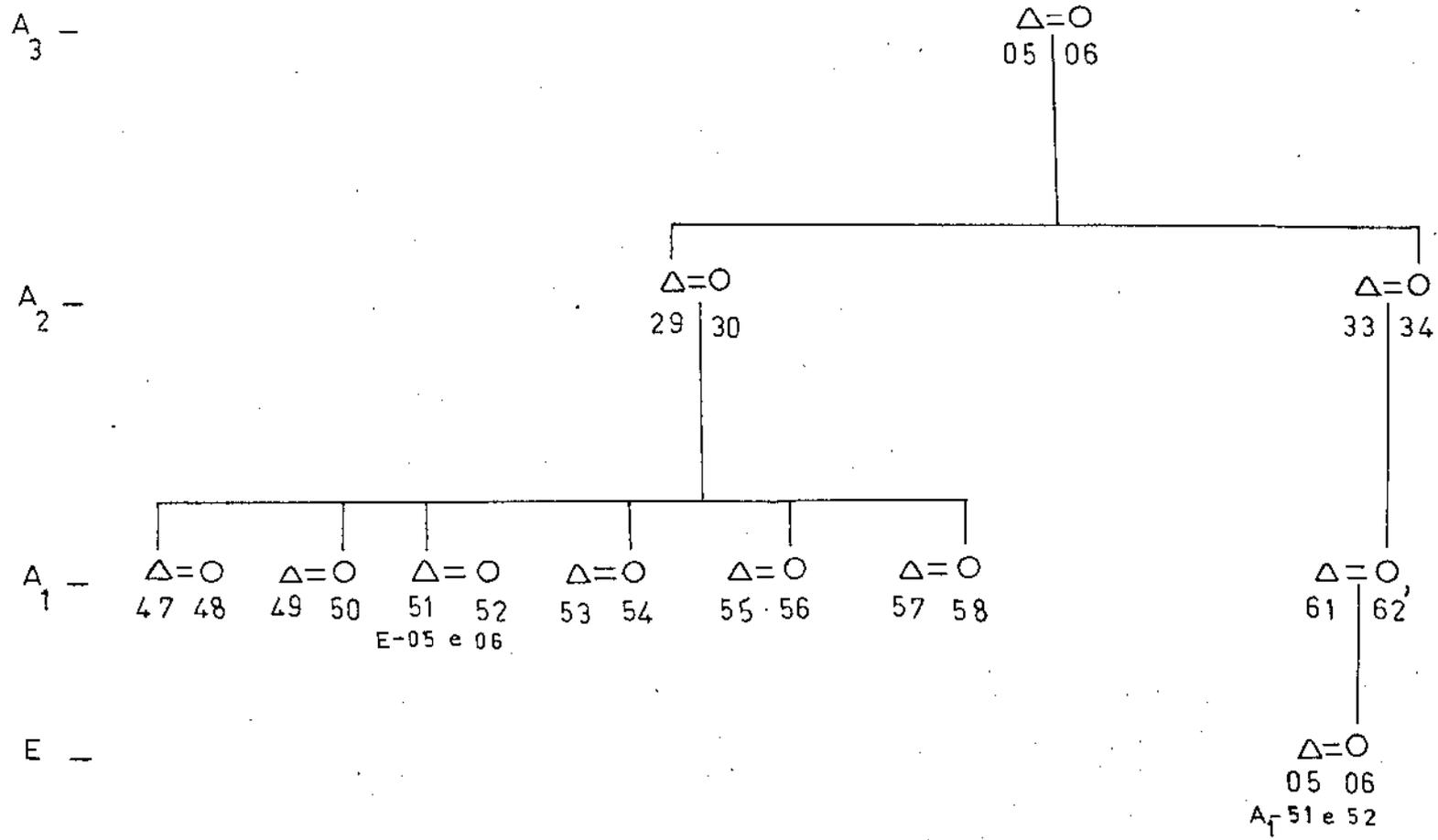
FILHOS DE LUIZ ANTONIO DE SOUZA DINIZ E ANA CLAY  
 DINA DINIZ JUNQUEIRA E RELAÇÕES MATRIMONIAIS

GRÁFICO 4





DINIZ JUNQUEIRA E RELAÇÕES MATRIMONIAIS  
GRÁFICO 5  
FILHOS DE FRANCISCO



JOSÉ ANTONIO DINIZ JUNQUEIRA E CARLOTA DE  
 SOUZA DINIZ E SUAS RELAÇÕES MATRIMONIAIS  
 GRÁFICO 6  
 FILHOS DE

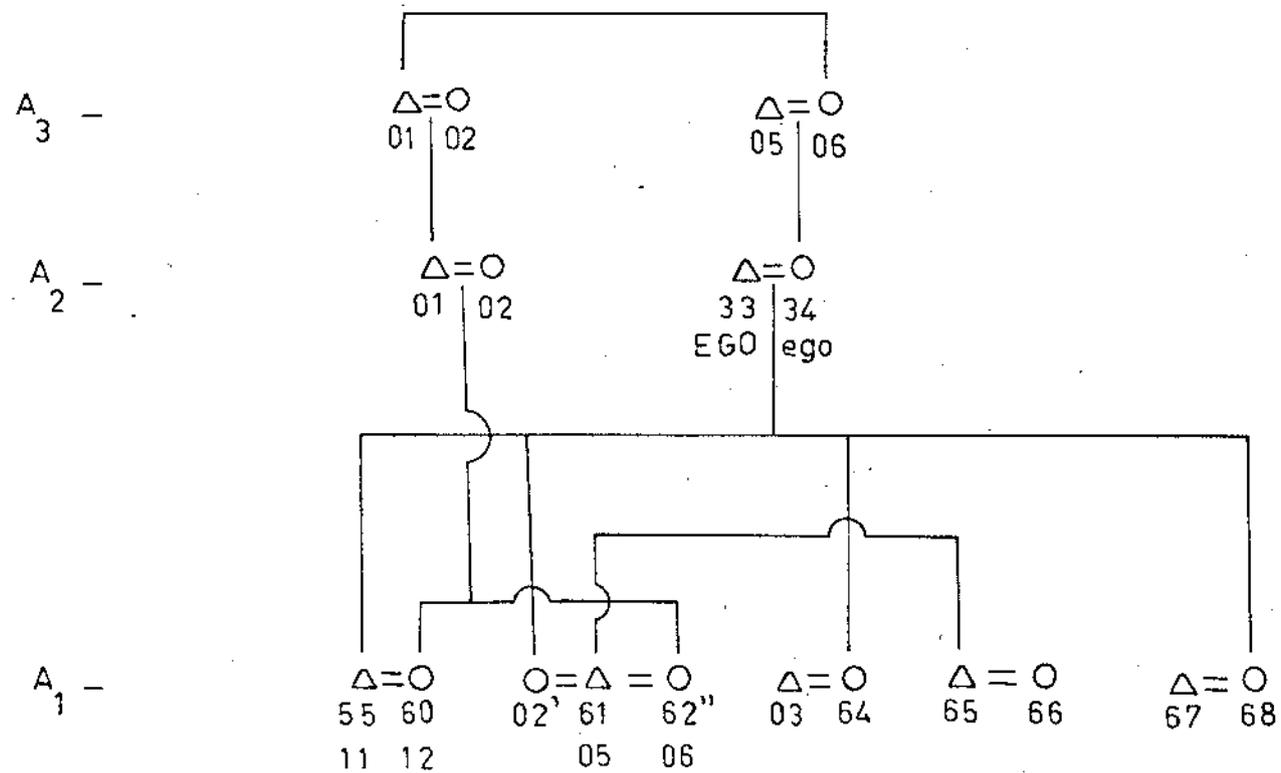
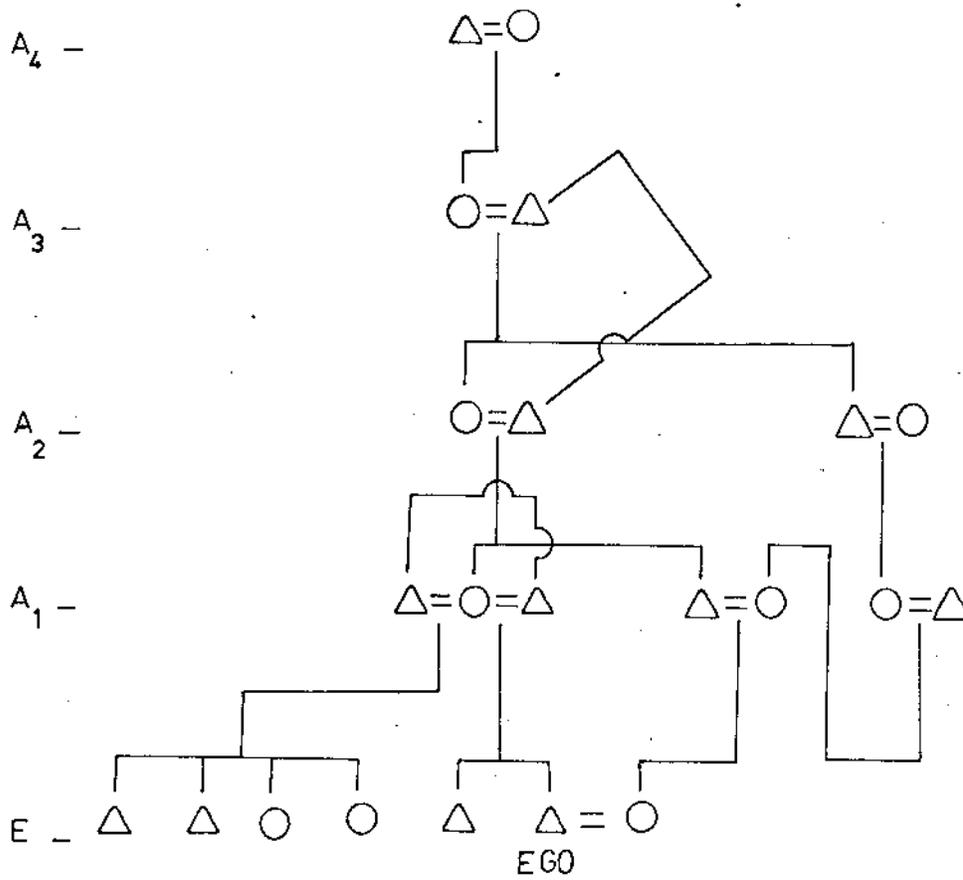
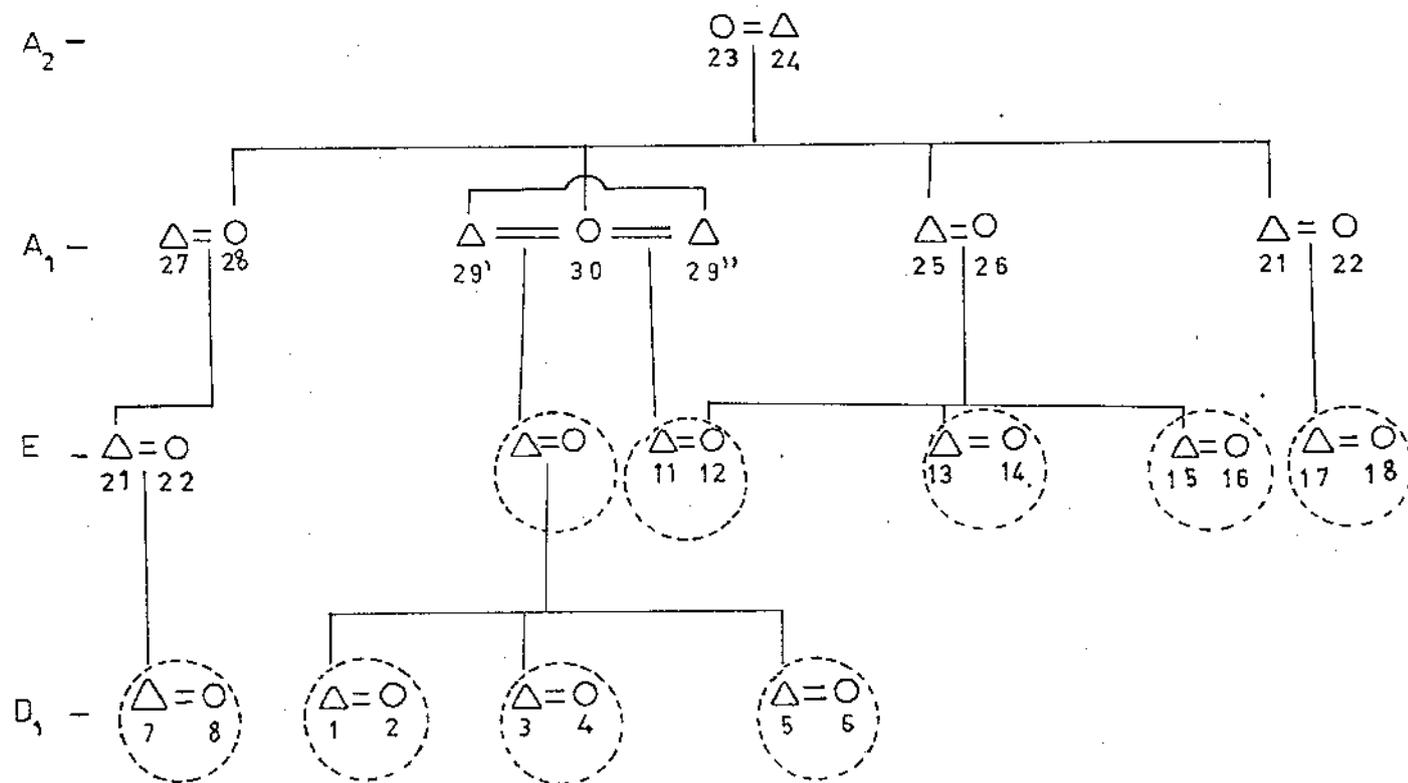


GRÁFICO 7  
 FILHOS DE  
 JOÃO JOSÉ DE CARVALHO E HELENA FAUSTA  
 DINIZ JUNQUEIRA E SUAS RELAÇÕES MATRIMONIAIS

GRÁFICO 8  
 RELAÇÕES DE PARENTESCO DO CEL.  
 JOAQUIM DA CUNHA DINIZ JUN-  
 QUEIRA NA FAMÍLIA JUNQUEIRA



- E1 Manuel da Cunha Diniz Junqueira
- E3 Luis Antonio da Cunha Junqueira
- E6 Inocencia Junqueira
- E8 Ana Teodora Junqueira
- E9 José Augusto Alves Junqueira
- E11 Joaquim da Cunha Diniz Junqueira
- E12 Emerenciana Junqueira



E-11- Joaquim da Cunha Diniz Junqueira

E-13- Francisco Maximiano Diniz Junqueira

E-15- Manoel Maximiano Diniz Junqueira

E-17- Gabriel Junqueira

E-20- Iria Alves Ferreira

D1-1- Augusto Junqueira

D1-3- Francisco da Cunha Junqueira

D1-5- José da Cunha Junqueira

JUNQUEIRAS INCLUIDOS ENTRE OS PRIN  
CIPAIS FAZENDEIROS - RIBEIRÃO PRETO 1923

GRÁFICO 9

## CAPÍTULO SEGUNDO

### NOTAS

1 V. Brotero, F.B., Memórias e Tradições da Família Junqueira, Leite, M. Paulistas e Mineiros, Plantadores de Cidade, Prado, A. A. Cronica de Outrora

2 Brotero, P.B., op. cit.; Prado, op. cit. pg.104.

3 Prado, A.A., op. cit. pg. 104

4 Transcrito em Guião, J.R. (org) O Município e a Cidade de Ribeirão Preto na Comemoração do I Centenário da Independência Nacional, pag. 6-8. Citado em Costa, O. Emboaba, História da Fundação de Ribeirão Preto; Santos, P.T., Ribeirão Preto Histórico para a História; Miranda, J. P. Ribeirão Preto de Ontem e de Hoje; Gifun, F. Ribeirão Preto 1880-1914: The Rise of a Coffee County.

5 Por exemplo, sabe-se que um desses migrantes, Francisco Antonio Diniz Junqueira foi nomeado capitão-mor, pela câmara municipal de Franca em 1824. V. Chiachiri, J. Vila Franca do Imperador, pags, 31|32

6 A principal fonte de referencia a para as relações genealógicas dos Junqueira é o livro de Brotero acima citado. Todas as informações encontradas sobre essas relações em outras fontes estavam concordes com esta. As entrevistas com descendentes de personagens Junqueira ligados à história de Ribeirão Preto encontraram-nos munidos com o supra-citado livro de genealogia. Pode ser objetado que um livro de genealogia não registra toda a população o com ascendência comum, já que a história e a ideologia encarregam-se de redefinir os registros que o genealogista vai buscar. Mas isso equivale também a dizer que o parentesco registrado em um livro de genealogia é aquele socialmente reconhecido. Como se espera que fique claro no desenrolar do trabalho, a objeção está longe de apontar um impecilho, já que ao que o trabalho interessa é justamente esse parentesco.

7 Brotero, op. cit., Prado, A.A., op. cit. 104. A Fazenda Santo Inácio foi partilhada em 1822

8 Brotero, op. cit., pag. 171

9 João Pedro Diniz Junqueira foi proprietário da Fazenda Traituba, localizada na Serra do mesmo nome no Sul de Minas, na qual foi construída uma enorme Casa Grande que serviria, segundo a tradição oral - que chegou até seus descendentes, para abrigar o Imperador D. Pedro I, amigo de João Pedro. O Imperador não pôde porém visitá-la, o que se atribui a razões políticas. V. Carta do Dr. Rodolfo Diniz Junqueira transcrita em Santos, P.T., op. cit. pag. 7/8

I

- 1 - Vicente José dos Reis
- 2 - Maria Silveira da Anunciação
- 3 - Mateus José dos Reis
- 4 - Honorina Maria Joana
- 5 - Manuel
- 7 - Francisco Gonçalves Manço
- 8 - Ana Rosa
- 9 - Antonio Bezerra Cavalcante
- 10 - Barbara Maria Gertrudes
- 11 - Antonio da Silva e Souza
- 12 - Antonia

II

- 4 - Maria do Nazaré
- 4a - Leonor Nogueira Terra
- 3 - José Borges da Costa
- 2 - Maria Felizarda
- 1 - Manuel dos Reis Araujo
- 5 - Mateus dos Reis Araujo
- 6 - Ana Maria Luiza
- 7 - Antonio José Teixeira Junior
- 8 - Claudina Maria
- 9 - José Mateus dos Reis
- 10 - Honorina Maria Joana

III

- 2 - Ana
- 4 - Maria
- 6 - Maria Teodora
- 7 - Manuel da Silva Souza
- 8 - Inacia Carolina Reis
- 9 - Antonia Ferreira Gandra
- 10 - Maria Carolina
- 12 - Candida Carolina
- 13 - José Ferreira da Rocha
- 14 - Maria Eugenia
- 15 - Francisco Marques Viana
- 16 - Firmina Carolina
- 17 - Manuel
- 19 - Sabino
- 21 - Antonio José Teixeira
- 22 - Maria das Dores Carneiro Terra
- 23 - João Evangelista Terra
- 24 - Maria das Dores Teixeira Terra
- 26 - Elisa Malvina Teixeira
- 27 - Mateus José dos Reis
- 28 - Maria Silveira Gomes
- 29 - Bernardo Dias do Nascimento
- 30 - Maria Anselma dos Reis

10 O Dr. Rodolfo Diniz Junqueira sugere, na carta mencionada acima, que essas terras teriam sido transferidas a Luiz Antonio de Souza Diniz; mas esta informação não pode ser confirmada. Poderia ser especulado que as terras foram ocupadas pelos irmãos de João Pedro, Francisco Antonio Diniz Junqueira e José Antonio Diniz Junqueira, já que sabe-se que estes formaram fazendas no território de Franca, não havendo maiores informações, e sabendo-se que Batatais, onde situava-se a sesmaria, estava na época sob jurisdição de Franca.

11 Apesar do sugestivo sobrenome, não há referência alguma de que tivesse qualquer parentesco com Gabriel de Souza Diniz, pai de Francisco Antonio Diniz Junqueira.

12 V. Chiachiri, J., op. cit. Franco M. Almanak da Franca, 1902, pag. 40/41

13 Tambellini, J.M., A Freguesia de Batataes, SP, 1930; Enciclopédia dos Municípios Brasileiros, Vol. XXVIII.; Santos, Uma Vez... Casa Branca; Enciclopédia dos Municípios, Massaro, Paulo Ferrari, A Epopeia de um Povo; Enciclopédia dos Municípios Brasileiros, Vol. XXX; Rocha Osorio; Barretos de Outrora,

14 V. Chiachiri, J. op. cit. pags. 31/32

15 V. Tambellini, J.M., op. cit.

16 Brotero, op. cit., faz várias referências à correspondência conservada e transcreve algumas cartas às pags. 754/765. Prado, A. A., op.cit., também parece reportar-se a essa correspondência.

17 V. Brotero, op. cit., pags. 754/757

18 V. idem

19 Ideológico já que 'fazendas dos Junqueiras' parece esquecer o princípio da propriedade privada; como se todas as fazendas dos Junqueiras fossem de todos os Junqueiras.

20 Não foram encontradas informações detalhadas sobre as datas das mortes de Gabriel de Souza Diniz, e Maria Francisca da Encarnação Junqueira. Sabe-se apenas que o inventario desta foi realizado em 1822 em São João d'El Rei em Minas Gerais, quando foi partilhada a Fazenda Santo Inácio.

21 V. Emboaba., op. cit. pag. 59/60. '... pelo mesmo Antonio Teixeira Jr., foi dito que se louvava na pessoa de Silvino Pereira da Costa, e Joaquim Inácio Pereira Menso; e mais se louvava na pessoa do Capitão Gabriel de Souza Diniz Junqueira para servir de louvado divisor no caso de que algum dos primeiros tenha impedimento na ocasião da divisão...' Autos de Divisão da Fazenda Barra do Retiro, pag. 2. Os louvados divisores acompanhavam todo o processo de demarcação e divisão das terras.

- 22 idem, pag.
- 23 Lauriano, João (Monsenhor), Subsídios para a História Religiosa de Ribeirão Preto, Cúria Metropolitana, Ribeirão Preto, -- 1973.
- 24 Costa, O. Emboaba, op. cit., pags. 69/73.
- 25 idem, pag.
- 26 idem, pag.
- 27 'Os Municípios de São Simão e Ribeirão Preto', publicado originalmente no jornal 'A Província de São Paulo' Dez./1877. - Transcrito no In Memoriam Martinho Prado.
- 28 V. Camargo, J.B.S.; Aspectos Históricos da Câmara Municipal de Ribeirão Preto, pags. 10 e 12.
- 29 Santos, P.T., 'Nomenclatura das ruas, praças, bairros e vilas de Ribeirão Preto' em Revista do Arquivo Municipal, vol. 105. pag.110; Walker, T., From Coronelism to Populism, pags. 89 e 90.
- 30 Quando da morte desse e personagem, o jornal 'A Cidade' de Ribeirão Preto publicou (16.09.1932) um artigo do Dr. Acácio - Guião denominado 'Espelho de Civismo' no qual se fazia elogios ao falecido. É curioso que o artigo faz uma espécie de retrospectiva da vida do morto, apontando a analogia mencionada. Assim o artigo começa com um 'Ninguém o esperava', depois ....' .... o mar da vida se lhe abriu em 'ouropéis' e ao final 'a morte veio delicadamente cerrar-lhe a cortina doce e suave da ilusão...'
- 31 No começo do levantamento de dados de Ribeirão Preto foram realizadas várias entrevistas. As informações assim obtidas foram tratadas como pistas, muitas vezes falsas, do levantamento de dados. Numa das entrevistas, há talvez uma pista para ainda uma outra relação. Assim, dizia-me um velho morador da cidade: '... naquela época tinha os Junqueiras. Acabou com o PRP, acabou com eles!...' Não há dúvida de que esse período revolucionário do início da década - de 30 tenha sido um marco importante na vida do município. As décadas - seguintes foram marcadas pela formação de uma nova classe dominante - local, de origem migrante principalmente. O sobrenome Junqueira perdeu o sentido que tinha, deixando de ser no presente o símbolo identificador de poder local.
- 32 'Da lista geral dos fazendeiros do Município destacam-se pela importância da cultura de café os seguintes: ...' in Guião, J.R., O Município e a Cidade de Ribeirão Preto, pag. 46. São arrolados 75 proprietários. Não há nenhuma outra concentração de parentes análoga na relação. D. Iria, 20 na linha E, era viúva na época.

## CAPÍTULO TERCEIRO

### FAMÍLIA EXTENSA E PROCESSO HISTÓRICO LOCAL

Os capítulos primeiro e segundo explicitaram o processo histórico que levou à subdivisão de uma região, a do caminho de Goiás, em várias unidades territoriais, vilas e municípios, inseridas na divisão política da então Província de São Paulo, assim como o processo pelo qual um grupo de migrantes aparentados através da família Junqueira deu origem a várias famílias extensas localizadas em vários pontos da região contemporaneamente à formação daquelas unidades territoriais mencionadas. A analogia entre êsses dois processos de esferas tão distintas não é gratuita e um dos objectivos dêste capítulo é dar conta disso.

Nos mesmos capítulos, acompanhou-se uma dessas unidades territoriais, - Ribeirão Preto durante algumas décadas e a família extensa, Junqueira, resultante da migração mencionada, ligada a Ribeirão Preto, ao longo de algumas gerações, equivalentes no tempo a essas décadas. O outro objectivo, o fundamental, dêste capítulo é propor um entendimento do sentido histórico da família extensa a partir do conjunto de dados apresentados (1).

Foi visto que o processo histórico que levou à formação dessas vilas e municípios esteve ligado inicialmente ao carácter dessa região de São Paulo de via de penetração e passagem ligando a capital de São Paulo a Goiás e, num segundo momento, a um movimento migratório envolvendo populações de origem mineira. Da primeira fase resultaram as vilas de Mogi-Mirim e Franca, que serviram de polos dispersores do povoamento e

de cujos territórios foram se desmembrando as vilas surgidas na segunda fase. A configuração de núcleos de povoamento foi, nessa segunda fase, resultado de medidas propositais tomadas por proprietários de terras que utilizaram o recurso da formação de patrimônio. Esses núcleos de povoação surgiram, pois, como expressão de interesses localizados, interesses relacionados com a propriedade da terra, como foi visto.

A família Junqueira foi acompanhada desde a migração de conjunto de seus membros para a região, até as reformulações que deram origem a várias famílias extensas do mesmo modo chamadas. Também aqui no caso, o surgimento dessas várias famílias extensas teve como etapa necessária a instalação dos migrantes na área de destino e a fixação de interesses, no caso na forma propriedades territoriais, por parte dos diferentes casais de migrantes; de tal maneira que as várias famílias extensas Junqueiras surgiram como forma de expressão desses interesses localizados.

Que a analogia não é gratuita fica claro do fato de que os dois processos se fazem contemporaneamente; o núcleo de expressão local surge como expressão local da camada dominante; da qual os imigrantes em questão fazem parte. Não é pois gratuita enquanto processo. Mas nem o é enquanto casos específicos, já que a relação entre a família extensa Junqueira e Ribeirão Preto foi o ponto de partida desta investigação, - ainda que na exposição do trabalho possa caracterizar-se como ponto de chegada (2).

No surgimento dos núcleos de povoação, tal como colocado acima, devem ser distinguidos dois planos: o do interesse imediato dos promotores do patrimônio e o do sentido estrutural do processo.

Como foi visto, três interesses principais agiam na promoção do patrimônio. A criação de um patrimônio de santo pode ser encarada como um investimento feito por proprietários e de terras visando a valorização de suas propriedades. Já que era uma via conhecida para a constituição de um núcleo de povoação, com expressão política e jurídica - facilitando assim o reconhecimento das mesmas propriedades territoriais. Finalmente, uma pequena concentração populacional facilitava o fornecimento de determinados serviços. Pode-se até evocar o motivo - explicitamente manifesto no processo de constituição desses patrimônios, ou seja, o religioso. Apenas não parece que tenha uma importância acentuada ainda que existam indicações de sua operação, como por exemplo, na doação de terras ao patrimônio após a sua consolidação .

(3).

O resultado tangível da criação do patrimônio de santo de Ribeirão Preto foi o surgimento, em poucas décadas, de um Município organizado. Assim, a criação do patrimônio adquiriu um sentido que ultrapassou os interesses imediatos dos promotores dessa criação. Há pois um sentido estrutural subjacente: do patrimônio de santo emergiu - uma instância de expressão política.

No plano do atendimento dos interesses imediatos, a criação do patrimônio de santo atendeu a agentes sociais concretos com interesses investidos.

Mas no plano do sentido estrutural, não é o atendimento a grupos ou - agentes sociais concretos que importa. Tanto é assim que no caso de Ribeirão Preto os que se beneficiaram, fazendo uso da expressão política que resultou da criação do patrimônio, não foram aqueles que de-

ram origem à sua formação.

Assim, se é levado a pensar no sentido que tem esse processo para a classe dominante, na medida em que se lhe garante através do processo a manipulação da instância local em vista de seus interesses. Dêsse ponto de vista, o processo é eminentemente político e sua culminância, então, se dá com a constituição da primeira câmara municipal.

Nem toda tentativa de criação de um patrimônio deu resultado, e nem todo patrimônio constituído resultou em vila ou município (4). Do mesmo modo, nem todo conjunto de proprietários de terras aparentados resultou na formação de uma família extensa identificável e que como tal tenha tido continuidade ao longo de algumas gerações. (5):

Ainda do mesmo modo, esta última questão também deve ser pensada em dois planos. Vale dizer, no que concerne ao surgimento de uma família extensa particular nessas condições, que os Junqueira de Ribeirão Preto por exemplo, deve-se por um lado, dar conta do entendimento do caso particular, de suas fases, de suas relações específicas com instâncias mais abrangentes. Deve-se por outro lado caminhar no sentido de entender o fenômeno num plano mais abrangente, extraindo do caso particular os princípios que informam o processo que conduziu à existência desses caso e compreender tais princípios e o próprio processo nesse plano mais abrangente que no caso é o histórico. Claro está que estas duas instâncias em que a questão deve ser refletida estão inter-relacionadas, no sentido de que a compreensão de uma implica na compreensão de outra. Não é possível desvendar tais princípios e tal processo sem que se faça referência a casos particulares estudados. Tampouco o estudo de casos particulares se justifica pelo projeto de per-

der-se em suas minúcias, senão pela possibilidade de isolar mecanismos sociais e, portanto, não específicos dos casos estudados.

O centro de localização de interesses que levou à formação de várias famílias extensas Junqueira a partir de um conjunto de migrantes aparentados foi a propriedade territorial. A formação de fazendas ou a sua compra agiu como geradora de interesses localizados, em torno dos quais se congregou a primeira geração descendente do migrante formador ou comprador. Foi visto como no caso de Ribeirão Preto, um dos membros da primeira geração descendente do casal proprietário do Solar Lageado ocupou-se da demarcação das terras que a êle e seus irmãos tinha cabido por herança. No caso dos Junqueiras de Ribeirão Preto, os membros da primeira geração descendente do casal que originalmente migrara para lá, não só estavam envolvidos com as terras que haviam herdado, como também verificou-se com esta primeira geração o esgotamento dos laços que os uniam, por relações de consanguinidade e por interesses comuns aos Junqueiras do sul de Minas Gerais e de outras instalações de migrantes na região do caminho de Goiás. Os interesses em comum que ligavam os migrantes originais eram os direitos sobre propriedades advindas através de herança. Esgotados êsses interêsses, as relações de consanguinidade deixaram de ser ativadas. Deve-se introduzir neste ponto uma reflexão simples: a de que a geração migrante desaparece fisicamente. A herança dos migrantes faz investir o intêresse de seus descendentes na região para a qual haviam se destinado. Desde que êsses imigrantes não transmitam a seus descendentes interesses comuns com parentes situados em outras partes, não há motivo para que os laços originais de família extensa tenham continuidade.

Pensando nessa primeira geração de descendentes de Luiz Antonio de Souza Diniz e Ana Claudina Diniz Junqueira, e que viriam a formar a família extensa Junqueira de Ribeirão Preto, parece que há a união dos interesses materiais imediatos ligados à propriedade da terra: a herança das vastas extensões acumuladas por seus pais e a demarcação judicial dessas extensões.

Embora opere aí o princípio da propriedade privada, vale dizer, cada descendente é proprietário da parcela a que teve direito por herança, não se pode perder de vista que mesmo assim há interesses comuns. Numa época e região em que a divisão das propriedades territoriais encontrava-se em processo de efetivação e em que haviam disputas sobre direitos de propriedades e questões sobre demarcação de terras como se viu, a defesa da propriedade herdada, que tem uma origem jurídica comum, deve ser entendida como uma das razões da existência e operação de famílias extensas.

Essas reflexões dão pois conta da existência de famílias extensas como a Junqueira de Ribeirão Preto em meados do século XIX. Mas não parecem dar conta da relativa permanência dessa família, isto é, da continuidade de dessa família extensa por algumas gerações.

Pois o mais surpreendente não é que existam famílias extensas, nem tampouco que elas sejam ativadas. A existência de famílias extensas tem uma possibilidade constantemente simbolizada pela existência de sobrenomes comuns que são portados por numerosas famílias conjugais. De fato, o surpreendente é que possa ocorrer que uma família extensa, enfrentando o princípio do parentesco bilateral que até prova em con—

trário opera em nossa sociedade, possa ultrapassar várias gerações, — permanecendo identificável, como ocorreu no caso dos Junqueira de Hibeirão Preto, ou dos Feitosa dos Sertões dos Inhamuns, ou dos Villas Boas, os Tourinhos, os Junqueira Ayres, e Calmons da Bahia, os Prados e Penteados de São Paulo, os Oliveira Castros, Alberto de Farias, e Pereira Passos do Rio de Janeiro, os Wanderleys e Cavalcantis de Pernambuco... (6)

Ainda uma vez, é necessário fazer uma reflexão em dois planos para caminhar no sentido do entendimento desta questão. Por outro lado, é preciso entender como isso se faz, isto é, quais os mecanismos que dão conta da continuidade apontada. Por outro lado, deve-se propor a questão do próprio sentido dessa continuidade.

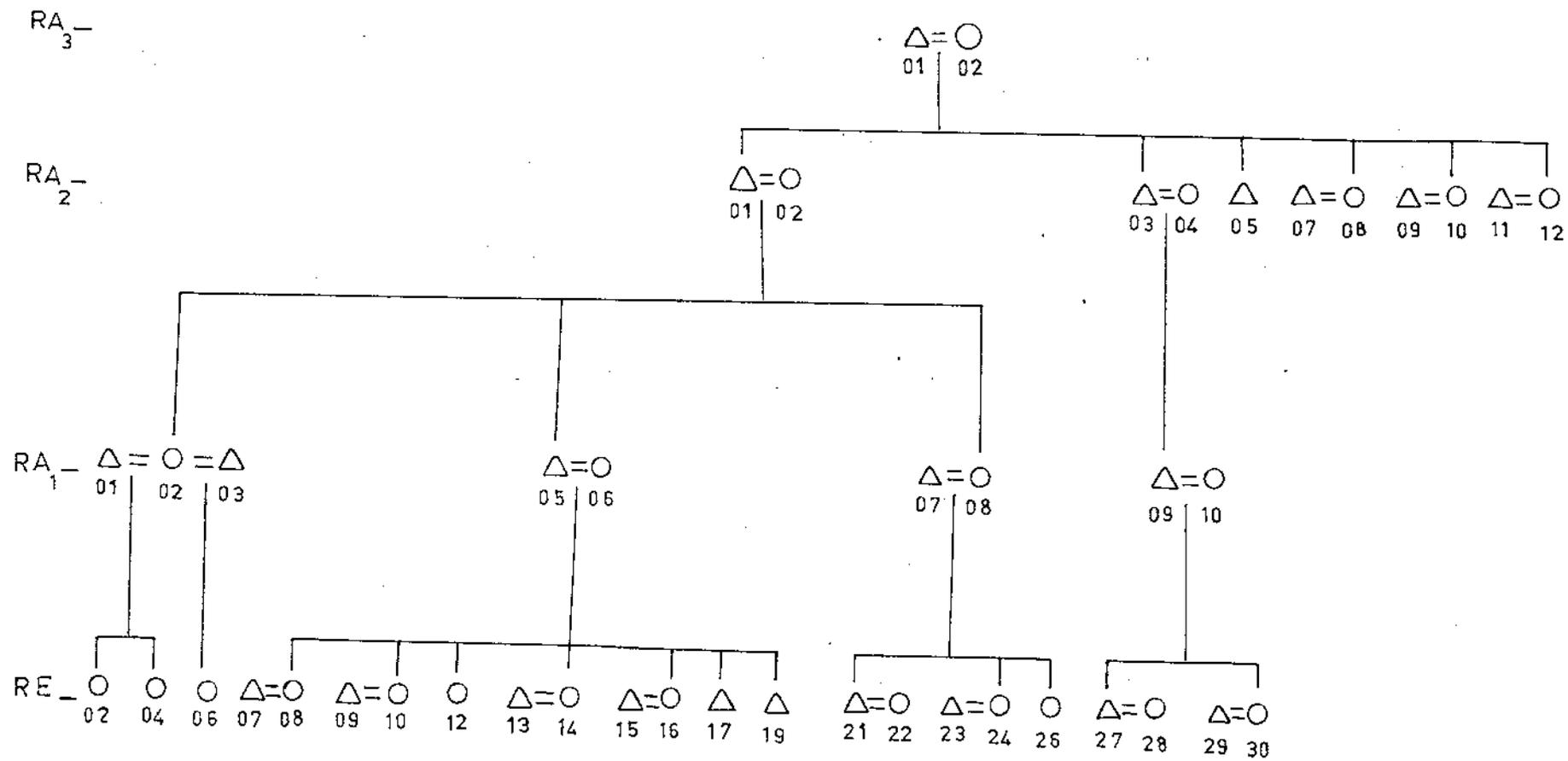
Não são raras as famílias extensas de classe dominante na história brasileira que manifestaram essa forma de continuidade, e nem são raros os estudos que a elas fazem referência (7) Na verdade bom número de estudos sobre a família no Brasil está se referindo a elas, como procurará mostrar o capítulo de conclusão. A constante mais comum dessas famílias extensas contínuas é o recurso ao casamento entre parentes, como mostram os estudiosos do assunto com repetidos exemplos.

Também a família extensa Junqueira não foge a essa constante. Tal característica adquire tanto mais interesse quando, comparando-se a família extensa Junqueira com outra família contemporânea e de proprietários de terras, os Reis, percebe-se a não-realização de casamentos entre parentes por parte desta e a não-formação de uma família extensa com continuidade.

Os membros da família extensa Reis estão apresentados no gráfico 10. Sobre o casal formado por Maria Madalena de Jesus Reis e seu esposo (RA3 - 1-2) há poucas informações. Sabe-se que Maria Madalena de Jesus Reis fez doações de terras que lhe pertenciam (a Fazenda Figueira) a seus filhos, mencionados na linha A2 do gráfico. Dêstes, as informações existentes apenas dão conta dos irmãos Vicente José dos Reis (RA2-1) e Mateus José dos Reis (RA 2-3), que foram proprietários de terras, provavelmente originadas de posse, em várias fazendas em meados do século XIX, como mostra o estudo de inventários feitos por Emboaba. (8) Foi aliás, como se viu em terras outrora pertencentes a Vicente José dos Reis que se constituiu o patrimônio de São Sebastião do Ribeirão Preto, sendo que o perímetro urbano atual do Ribeirão Preto compreendia, em meados do século XIX, fazendas que pertenciam a ele e ao filho de seu irmão: fazendas Palmeiras, cujos maiores proprietários eram José Mateus dos Reis e sua mulher Honorina Maria Joana e as do Retiro, Barra do Retiro, Laureano e Ribeirão Preto, cujos maiores proprietários eram Vicente José dos Reis e sua mulher Maria Silveira da Anunciação.

Como pode ser percebido do gráfico, não se verifica, em três gerações nenhum casamento entre parentes. Mais do que isso, na primeira geração descendente, dos apossadores de terras na área; o sobrenome deixa de ser comum. Assim, enquanto os descendentes, em primeira e segunda geração de Mateus José dos Reis, conservam o sobrenome Reis, os filhos de Vicente José dos Reis tinham por sobrenome dos Reis Araujo.

Após a consolidação do núcleo de povoamento de Ribeirão Preto, raras são as referências a pessoas com sobrenome Reis que se verificam em documentos; de qualquer modo, é impossível identificar uma família



PRIMITIVOS APOSSADORES E DESCENDENCIA  
GRAFICO 10

extensa com esse nome, além da geração apresentada na linha A2 do gráfico, e que aparece, esta, nos documentos contemporaneamente aos filhos de Luiz Antonio e Ana Claudina.

Esse exemplo, que não foi escolhido a dedo mas que chama a atenção ao se estudar o surgimento de Ribeirão Preto, parece convidar a uma reflexão sobre relação que pode existir entre a continuidade de famílias extensas e o casamento entre parentes.

O passo seguinte é pois, indagar sobre o significado do casamento entre parentes para que se possa tentar traçar uma relação com a continuidade de famílias extensas.

Um argumento frequentemente encontrado como explicação para o casamento entre parentes é que êsses mecanismo está ligado à preservação da propriedade partilhada pela herança (9).

Embora tenha sido chamada a atenção páginas atrás para o interesse na defesa comum de propriedade que pode ter um grupo de parentes em determinadas circunstâncias, isso foi feito após lembrar o caráter privado da propriedade que resulta de uma divisão de herança. A propriedade não é corporada, e nem se sabe que tenha sido, em algum momento da história brasileira, atribuída a clans, linhagens, famílias extensas ou instituições análogas. Não há pois como entender de que modo o casamento entre parentes pode preservar propriedade partilhada por herança. Não só não é possível entender isso, como é possível mostrar a impossibilidade de que isso ocorra.

Tome-se o gráfico 11 que reproduz uma parte do gráfico 1. Nesse gráfico percebe-se que Luiz Antonio de Souza Diniz (EGO) casou com uma das filhas de seu irmão Gabriel de Souza Diniz. Qual pode ser o interesse, nesse caso, de preservar propriedade partilhada pela herança? a herança de Gabriel de Souza Diniz seria partilhada pelos seus, como foi visto, diversos filhos. O casamento de seu irmão com uma de suas filhas não é capaz, como não foi, de recompor propriedade alguma.

Mas pode ser argumentado que a situação apresentada no gráfico 11 é uma situação bastante particular visto que aborda um grupo de parentes em processo de dissolução através da migração.

O gráfico 11 apresenta ainda uma outra especificidade, que será analisada posteriormente e que é o fato de que tanto Gabriel quanto seu irmão Luiz Antonio transmitiram o último sobrenome de suas mulheres - como último sobrenome de seus filhos. O gráfico 12 apresenta um casamento entre parentes onde tal especificidade não ocorre, e reproduz - uma parte do gráfico 4.

O casal assinalado na linha A1 é formado por Francisco Maximiano Junqueira e sua prima em 2º grau Maria Constança Diniz Junqueira. Francisco Maximiano era filho de Luiz Antonio de Souza Diniz e Ana Claudina Diniz Junqueira. Mariana Constança era filha de uma prima de seu marido, Maria Zenaide de Andrade Junqueira, casada com Francisco Antonio da — Costa, residente no sul de Minas Gerais. Vale constatar que Maria Zenaide era filha de um daqueles casais migrantes a que se fez constante referência, Francisco Antonio Diniz Junqueira e Mariana Constança de Andrade, proprietários de terras em Franca. Também aqui parece impossível imaginar que o casamento 25/26 possa ser explicado em termos de preservação

GRÁFICO 11  
CASAMENTO ENTRE PARENTES

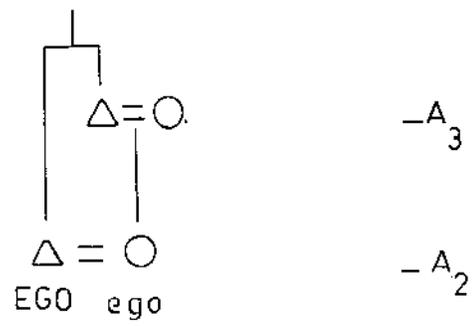
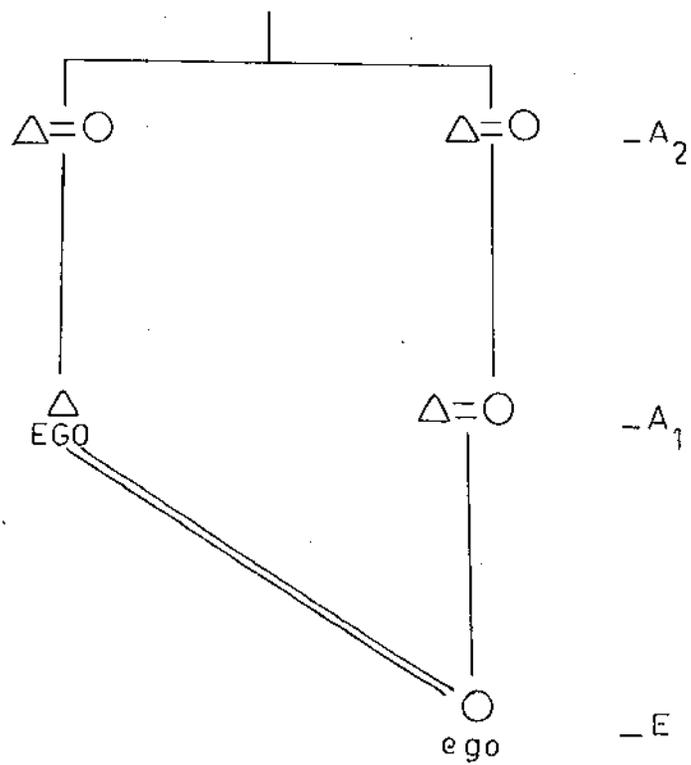


GRÁFICO 12  
CASAMENTO ENTRE PARENTES



de propriedade partilhada por herança visto que o casal de parentes estava separado por várias gerações, várias instâncias de transmissão de herança, e até várias localidades.

Pode ser ainda argumentado que os dois exemplos de casamento apresentados envolvem, cada qual, gerações genealógicas diferentes. O critério de geração genealógica seria importante na medida em que a transmissão de herança, de pais para filhos, se faz entre gerações genealógicas. É então o caso de se fazer uma reflexão de ainda outro exemplo.

No gráfico 13, construído a partir do gráfico 8, é apresentado um casamento entre primos da mesma geração genealógica, ambos de sobrenome Junqueira, ambos naturais de Ribeirão Preto: Joaquim da Cunha Diniz Junqueira e Maria Emerenciana Junqueira. Como foi visto, no gráfico 8, EGO tinha 2 irmãos e 2 irmãs do primeiro casamento de sua mãe e 1 irmão do segundo. Maria Emerenciana Junqueira tinha 4 irmãos e 1 irmã. (10). A mãe de EGO e o pai de ego eram, como se vê, irmãos. No gráfico 4 pode ser visto que estes faziam parte de um conjunto de 5 filhos e 2 filhas de Luiz Antonio de Souza Diniz e Ana Claudina Diniz Junqueira. Este casal é o elemento comum ao qual EGO e ego podem ser remetidos do ponto de vista de direitos de propriedade transmitada por herança. Um simples cálculo pode mostrar a falácia de dizer que o casamento entre EGO e ego pode ter a ver com a manutenção da integridade da propriedade familiar, já que esta propriedade a que se pode remeter em comum foi sucessivamente partilhada pela operação de transmissão de herança. (11).

GRÁFICO 13  
CASAMENTO ENTRE PARENTES

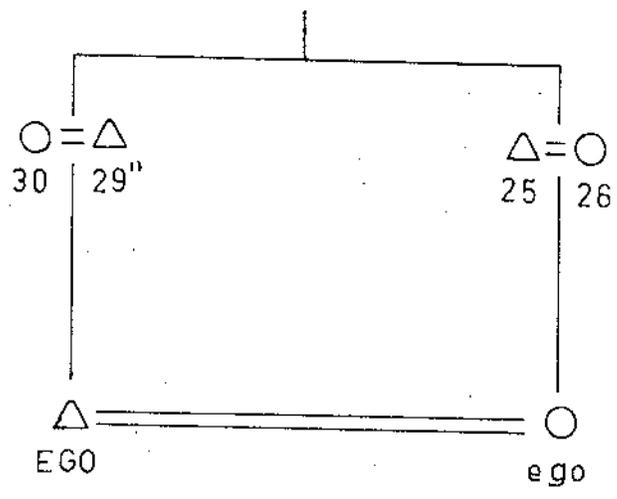
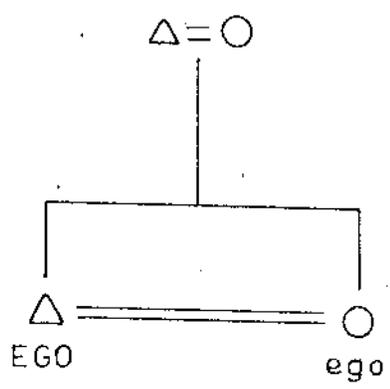


GRÁFICO 14  
NAO-DIVISÃO  
DA HERANÇA  
ATRAVÉS DO  
CASAMENTO



Seria possível continuar dando exemplos extraídos dos gráficos já apresentados ou a partir deles. Apenas para dar cabo desta questão, o gráfico 13 apresenta um caso em que o casamento entre parentes poderia implicar na preservação de propriedade, e todas as outras possibilidades são variações dessa. É claramente um caso imaginário, já que o casamento entre irmãos tem constituído incesto na história do Brasil. Assim, num casal de proprietários que tivesse um casal de filhos, a propriedade seria mantida intata pelo casamento dos filhos. Mesmo nesse caso imaginário, há uma forte restrição a que o casamento entre parentes - cumpra o fim de preservar propriedade; que o casal de proprietários - tivesse exatamente dois filhos, um, de cada sexo.

Assim não é possível entender Nestor Duarte quando diz que '... a família tudo faz para manter a agravar, guardando por exemplo, indivisa a propriedade, ou quando muito, dividindo-a na própria família, para que se resguarde o regime comunitário, não só antes como depois da extinção do morgadio..' (12).

Ao que se saiba, as classes dominantes brasileiras não praticaram vez alguma qualquer forma de propriedade comunitária, e que não o fizeram no período colonial, registra-o flagrantemente a prática do morgadio - que o autor menciona (13) e que vigorou até as primeiras décadas do século XIX. O morgadio sim era um mecanismo que permitia a preservação e transmissão intata de uma propriedade territorial e prescindia-se de matrimônios endogâmicos como mecanismo de preservação. A proibição legal do morgadio, não extinguiu o caráter privado da propriedade, apenas decretou o fracionamento inevitável de uma herança em tantas par-

tes quantos fossem os herdeiros e, como foi visto através dos exemplos, o casamento entre parentes não consegue se apresentar como mecanismo eficaz para recompor a propriedade assim fracionada.

Oliveria Vianna também rechaça o argumento da "não dispersão da fortuna comum" e propõe ao invés que o casamento entre parentes era simplesmente consequência fatal do método de instalação em contiguidade das novas gerações. Esse argumento, credibilidade à parte, não pode ser aplicado à situação que vimos estudando, já que não só não ocorre a instalação em contiguidade, como também o argumento implícito de escassez e de parceiros alternativos não se aplica visto que os Junqueiras migrantes provinham de região povoada e migraram do bojo de um movimento que envolveu milhares de pessoas.

Não é por certo nas práticas ligadas à herança que vai se encontrar o sentido dos casamentos entre parentes e a alternativa apresentada acima não convence.

Voltando-se à família extensa Junqueira, seu caso sugere que esse sentido deva ser buscado na própria natureza da família extensa, como um mecanismo estrutural de cuja existência depende a continuidade desta.

Foi isso que a comparação com os descendentes de Mateus José dos Reis já havia sugerido.

O estudo dos Feitosas do Sertão dos Inhamuns, uma família extensa que tem continuidade por várias gerações, também constata a prática de casamentos entre parentes mostrando que eram comuns ...' casamentos não apenas entre primos de primeiro grau mas também entre pessoas mais aproximadamente aparentadas, como tios e sobrinhas...'. O autor atribui isso

a '...razões de conveniência, preferência, falta de contatos, ou outras razões ...' (15).

Assim, as explicações encontradas na bibliografia para os casamentos entre parentes não parecem dar conta do fenômeno.

Qual pode ser a consequência do casamento entre parentes? A reflexão que este trabalho propõe é que o casamento entre parentes provoca uma superposição de laços de parentesco. Assim, constitui núcleos em torno dos quais é possível reagrupar relações que tenderiam a se dispersar com o passar das gerações, devido a bilateralidade do parentesco no Brasil. Se essa explicação for adequada, é claro que o casamento entre parentes é então um mecanismo estrutural importante para dar condições para a continuidade de uma família extensa. É como se o casamento entre parentes reciclasse uma família extensa nela mesma, garantindo a possibilidade de uma continuidade simbólica, a continuidade do sobrenome e de seu significado.

Para perceber a superposição de relações de parentesco, provocadas por casamentos entre parentes, basta olhar qualquer dos gráficos até agora apresentados, com exceção do gráfico 10.

Essa proposta de explicação deve porém ser melhor examinada. Em primeiro lugar, o caráter simbólico da continuidade. A continuidade só pode ser simbólica, na medida em que não há interesses materiais imediatos ao longo das gerações em que a continuidade se processa. Que interesses materiais imediatos poderiam ligar os Junqueiras que haviam migrado nas primeiras décadas do século XIX para Ribeirão Preto e as segundas e terceiras gerações de seus descendentes nas primeiras dé

cadav do século XX? (15) Deve ser lembrada aqui a distinção feita, páginas atrás, entre a existência e a permanência de uma família extensa de classe dominante.

Para a existência de uma família extensa Junqueira no início do século XX em Ribeirão Preto poderiam ser usados argumentos análogos aos então utilizados. Nesse sentido restringir-se-ia a família extensa - ao conjunto de pessoas que tivessem em comum interesses imediatos em direitos de herança e partilha de propriedades herdadas. A continuidade da família extensa ao longo de gerações extrapola êsses níveis - de interesses, de tal modo que uma família nessas condições possui - uma especificidade que deve ser buscada.

Se a continuidade é simbólica e se expressa através do sobrenome, a questão da atribuição de sobrenome deve ser analisada. Aqui surge - uma primeira restrição ao argumento apresentado acima e que está - sendo discutido. A restrição é a de que, se o sobrenome apenas fosse considerado, seria necessário ampliar o conceito de família para dar conta de toda população portadora de um mesmo sobrenome. Faz-se - pois necessário acrescentar outro critério ao do sobrenome comum . Êsse critério, já de certo modo introduzido em outras passagens dêste trabalho, é o critério da identificabilidade. Essa identificabilidade costuma ser feita por região: os Junqueiras de Ribeirão Preto, os Feitosa de Icó etc.. Parece inevitável que se acrescente esse tipo de referencial no estudo de famílias extensas pela razão já exposta. No caso das famílias de proprietários de terras, a referência à área onde as propriedades de seus membros se concentram é bastante adequada.

O sobrenome que identifica a família extensa é, no caso dos Junqueiras de Ribeirão Preto, sempre o último, ou melhor, é sempre transmitido em último lugar na sequência de nomes. Parece ser um ponto geralmente reconhecido que as famílias da classe dominante brasileira tem atribuído uma importância maior ao último sobrenome de uma pessoa, no caso da existência de vários.

Em vários trabalhos, é tido por ponto pacífico que o último sobrenome se transmite do pai para os filhos. Falando sobre a família de classe dominante do período colonial, por exemplo, Nestor Duarte afirma que '...a linha de parentesco só poderia ser efetiva quando provinha do homem ...' e que a mulher perdia '... a consaguinidade do laço de sua família, para adotar a do esposo, sem ter como transmitir o seu nome....'

No caso que tem sido acompanhado é certo que tal afirmação não pode ser aplicada, e é mesmo questionável que pudesse ser aplicada no que se refere ao período colonial. (16).

Como já foi visto quando se tratou do gráfico 8, o Coronel Joaquim da Cunha Diniz Junqueira, recebera o sobrenome Junqueira através de tres gerações de mulheres: era filho de Emerenciano Alves da Cunha e Ana Osório Diniz Junqueira, essa era filha de Luiz Antonio de Souza Diniz e Ana Claudina Diniz Junqueira, a qual por sua vez era filha de Gabriel de Souza Diniz e Maria Francisca da Encarnação Junqueira. É importante enfatizar que todos os irmãos de Ana Claudina receberam o sobrenome Junqueira, assim como todos os irmãos do coronel. Inúmeros exemplos desse tipo poderiam ser encontrados no livro de genealogia dessa e de outras famílias.

A questão de transmissão de sobrenome poderia, porém, ser tornada mais complexa, pela observação de que, além de Junqueira, outros sobrenomes foram transmitidos. Assim, tanto Ana Osório como Ana Claudina recebem os sobrenomes da mãe e do pai, ainda que este venha em penúltimo lugar: Diniz Junqueira. Esses procedimentos verificou-se também em relação a seus irmãos. Já o Coronel recebeu os dois sobrenomes da mãe, Diniz Junqueira, antecedido do último sobrenome do pai, da Cunha. Entretanto essa prática não foi geral para todos os seus irmãos. Assim, do casamento de sua mãe com Francisco Alves da Cunha, nasceram: Manuel da Cunha Diniz Junqueira que recebeu o mesmo conjunto de sobrenomes acima citados; Luiz Antonio da Cunha Junqueira, sem o sobrenome Diniz; Inocência Junqueira e Ana Teodora Junqueira, sem os sobrenomes Diniz e Cunha. Do casamento de Ana Osória, nasceu, além do personagem já citado, José Augusto Alves Junqueira, primeiro filho desse casal, e que manteve o sobrenome da mãe e recebeu também o penúltimo nome do pai. E o quadro poderia ser mais problematizado na medida em que os exemplos fossem sendo ampliados.

Aparentemente esses dados adicionais servem para tornar mais complexa a questão da transmissão de sobrenome, mas indicam ao mesmo tempo que houve de fato uma grande persistência do sobrenome Junqueira ao longo das três gerações. O aparentemente vai por conta de que talvez essa complexidade tenha relevância secundária. Afinal, ao se tomar o símbolo comum à uma família extensa, o crucial é que esse símbolo tenha continuidade de modo a permitir a identificação dos membros da família extensa. (17)

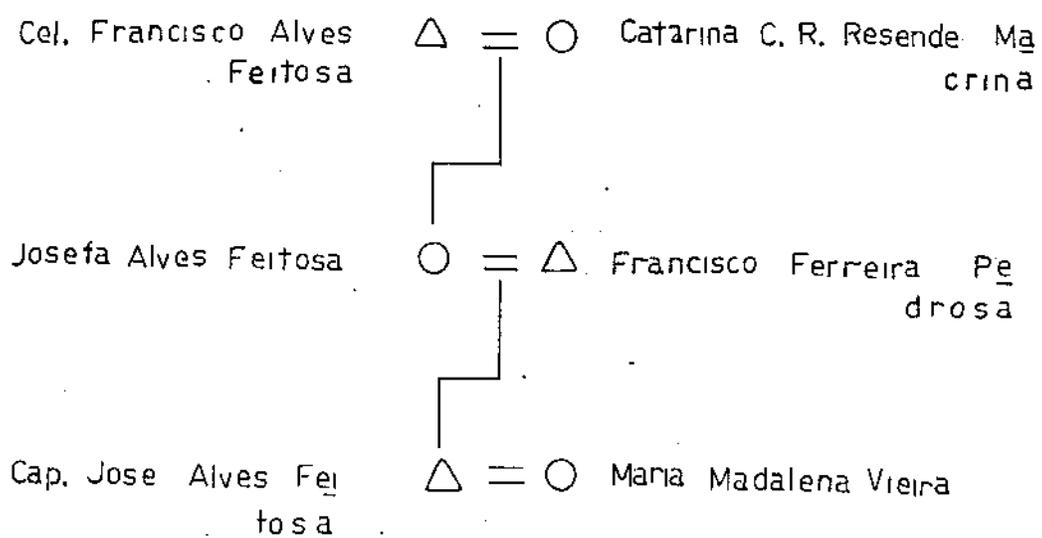
Digno de reflexão porém, é a transmissão de sobrenome por via materna - que a descrição do gráfico 8 ilustra com abundância. Observe-se na li

nha de ascendência do coronel Joaquim da Cunha Diniz Junqueira os três casos, sucessivos, já apontados. Como já foi dito no capítulo segundo Gabriel de Souza Diniz era um emigrante português que veio a casar-se com uma herdeira de terras. Seu irmão e genro Luiz Antonio encontrava-se em situação análoga. Quanto aos dois irmãos que casaram sucessivamente com Ana Osório, estavam também, ao que tudo indica, em situação análoga, senão como imigrante de outro país, como pessoas situadas em posição socialmente inferior (18). Nesses vários casos, é como se através da atribuição de sobrenomes aos filhos, todos eles tivessem — marcado sua incorporação à família extensa da esposa.

Considere-se outro exemplo análogo tomado de uma outra região. No livro sobre os Feitosa extraiu-se as informações para o construir o gráfico 15. Percebe-se no gráfico que Josefa Alves Feitosa foi casada com Francisco Ferreira Pedrosa e seu filho, Capitão José Alves Feitosa não levou o sobrenome paterno. O autor do trabalho sobre os Feitosa — informa (19) que Francisco Ferreira Pedrosa era afilhado do seu sogro Coronel Francisco Alves Feitosa, poderoso senhor dos Inhamuns.

Esses exemplos de casos servem mais do que para sugerir cautela ao se afirmar a inevitabilidade da transmissão, como último sobrenome, do sobrenome paterno. Serve para sugerir que a incorporação de afins é um mecanismo adicional na continuidade da família extensa; através da incorporação de afins uma família extensa pode transmitir seu sobrenome tanto através de membros masculinos como através dos membros femininos. — No caso dos descendentes de Luiz Antonio de Souza Diniz e Maria Francisca da Encarnação Junqueira foi o que ocorreu. Foi visto no gráfico 4, que dos 7 filhos desse casal, 5 homens e duas mulheres, permaneceram na área de Ribeirão Preto todos os homens e uma das mulheres, justamente

GRÁFICO 15  
TRANSMISSÃO DE  
SOBRENOME VIA MATERNA



Ana Osório citada anteriormente. A outra das filhas casou-se com um parente no sul de Minas para lá se dirigindo.

Com a transmissão do sobrenome Junqueira aos filhos de Ana Osório, esse sobrenome foi transmitido por todos os filhos de Luiz Antonio e Maria Francisca. O entendimento pleno desse mecanismo reforça o argumento da importância do casamento entre parentes na continuidade da família extensa: de fato, se não houvesse um núcleo de relações garantindo a continuidade, essa incorporação não teria o mesmo significado.

Páginas atrás foram colocadas duas questões. A primeira era sobre os mecanismos que davam conta de garantir a continuidade da família extensa. Procurou-se mostrar como mecanismo principal o do casamento entre parentes; como outro mecanismo a incorporação de afins, e como ainda outro mecanismo, o da utilização de um sobrenome como símbolo de identificação. A segunda questão apresentada era a do próprio sentido dessa continuidade.

Para dar conta dessa segunda questão vai se fazer novamente e recurso ao caso da família Junqueira de Ribeirão Preto.

Qual é então o sentido dessa continuidade nesse caso particular?

A família extensa Junqueira permaneceu identificável ao longo de mais de um século da história de Ribeirão Preto. No começo do século XX, os membros dessa família poderiam traçar sua ascendência por todas as fases da história local, desde a formação de fazendas, até a instalação efetiva de uma economia cafeeicultora, passando pela fundação e con

solidação da cidade, etc... Não só poderiam traçar, como mostrar que em cada uma dessas fases existira uma família extensa como êsse nome.

Essa persistência que se manifesta na continuidade de um sobrenome — identificável, através da operação de mecanismos que já foram apresentados, foi um capital obviamente manipulado quando um dos descendentes dos migrantes originais, o Coronel Joaquim da Cunha Diniz Junqueira, atingiu uma posição relevante no poder político local.

Os proprietários de terras Junqueira, residentes no município, dispondo de família extensa e laços antigos, podiam avocar a si a construção do passado para justificar a dominação do presente. De outro modo não se pode entender o erro da monografia de Guião. Essa monografia foi escrita em 1922 para comemorar o centenário da independência do Brasil, numa época em que a posição de mando do coronel Joaquim — da Cunha Diniz Junqueira no plano local era indisputada. Essa monografia atribui aos Junqueiras a ocupação original das terras de Ribeirão Preto, erro que se perpetua até hoje, na base de um documento que indica claramente pontos de referência de Babatais sem semelhança com pontos de referência de Ribeirão Preto. Além disso, atribuiu a propriedade de quase todo o município na época de seu surgimento o — que é um evidente exagero — Martinho Prado, em cujas afirmações — Guião parece se basear, afirma, falando dos Junqueira que Luiz Antonio de Souza Diniz chegara a possuir 68.000 alqueires de terras. No mesmo artigo Martinho Prado calculara a área de Ribeirão Preto em 270.000.

Isso não quer dizer que a família extensa foi re-inventada para trás — pela geração do início do século XX de seus membros. Além de já terem sido dadas informações para contrapor a essa suposição, deve ser consi

derado que tal suposição implicaria em pensar que os mecanismos estruturais operando ao longo dessas gerações foram gratuitos. A afirmação do parágrafo anterior apenas aponta um uso possível, e de fato realizado, da família extensa.

Sugere ainda uma relação próxima entre família extensa contínua e poder, relação essa que merece uma reflexão.

Através dessa reflexão pode-se buscar a resposta à questão colocada - poucos parágrafos atrás, e que diz respeito ao próprio sentido dessa - continuidade.

A citada resposta pode ser iniciada recordando-se que o sobrenome foi mostrado como um símbolo da família extensa contínua. E o que quer dizer esse símbolo - que em Ribeirão Preto foi Junqueira e em outras partes do Brasil foram outros tantos sobrenomes - senão expressar uma relação de poder? De fato, o sobrenome que identifica em comum diversos proprietários individuais de terras e que se origina em quanto sobrenome identificável localmente da propriedade da terra não pode senão expressar a relação de poder que a propriedade tem subjacente (20).

Assim, o sentido da família contínua só pode ser encontrada na dimensão política. Nas condições históricas em que o percurso de Ribeirão Preto se fez, desde seu início, até o apogeu da cafeicultura, a família extensa contínua foi uma linguagem do poder. (21)

Essa é a resposta de entendimento histórico da família extensa, já agora precisada como família extensa contínua, que o capítulo havia prometido.

## CAPÍTULO TERCEIRO

### NOTAS

1 Família extensa está sendo usada como uma expressão descritiva, referindo-se a um conjunto de parentes por relações de parentesco (consanguinidade e afinidade). O teor analítico do conceito será construído a partir das reflexões que se seguem, e na conclusão será discutido o valor teórico do mesmo.

2 O processo de levantamento de dados seguiu de fato um caminho inverso ao modo como foram apresentados. Em outras palavras, e talvez melhores, o método de exposição não é o mesmo do método de descoberta, e nem parece que pudesse ter sido. Primeiramente foi levantada a genealogia do coronel (gráfico 8), a partir da constatação de sua importância na política local da República Velha e da continuidade do sobrenome que portava por várias gerações. Na sua genealogia, dois aspectos chamavam a atenção: a recorrência de casamento entre parentes e a transmissão de sobrenome por via materna. Procurou-se levantar dados sobre seus ascendentes e sobre a história local para que aqueles dados pudessem ser situados. Daí surgiu o gráfico 4. Nesse ponto pôde-se traçar relações entre a origem do sobrenome em Ribeirão Preto e outras localidades da região com o próprio processo de povoamento da região e formação de vilas. Daí os gráficos 1, 2, 3, 5, 6, 7. Isso transparece nos próprios gráficos, já que as letras E e A das Linhas que indicam geração genealógica foram tiradas de 'ego' e 'ascendente'.

3 Em 1887, Antonio Beraldo da Costa e sua mulher - D. Ana Maria de Jesus doaram ao Patrimônio de São Sebastião 4 hectares e 8 ares de terras '... para o especial fim ... de nele ser feito o cemitério..'.  
Livro do Tombo da Catedral de Ribeirão Preto, pg. 21 verso transcrito em Costa, O.E., História da Fundação de Ribeirão Preto pg. 79/80. Outra doação foi feita por Ana Zeferina Nogueira que doou em data incerta um alqueire para '...o mártir São Sebastião ...' Livro do Tombo pg 79, transcrito em, idem, pg 80/81

4 Como foi visto, na própria área do município de Ribeirão Preto, uma tentativa de criar um patrimônio de santo na Fazenda das Palmeiras não foi bem sucedida.

5 Claro está que tanto em um como em outro caso, - isso depende de oportunidades históricas e não de qualquer destino - estrutural que pudesse ser captado.

6 Wagley, C. ; An Introduction to Brazil, pg 186. Es-  
capa ao alcance deste trabalho a análise minuciosa de cada um desses -  
casos. Apenas se pretende chamar a atenção para o fato de que a persis-  
tência de sobrenomes identificando conjuntos de parentes por várias ge-  
rações é recorrente em exemplos brasileiros relativos à classe dominan-  
te. As propostas deste trabalho poderão sugerir uma pista para a com-  
preensão disso.

7 Freire, Casa Grande e Senzala; Freire, G. Sobrados  
e Mocambos; Pinto, L.C., Lutas de Famílias no Brasil; Wagley, C. Op. -  
Cit. ; Guimarães, N.D., A Ordem Privada e a Organização Política Nacio-  
nal ; Candido, A. " The Brazilian Family"; Vianna, O. Instituições Poli-  
ticas Brasileiras; Smith, T.L. Brasil, Povo e Instituições

8 Costa, C. Emboaba; Op. Cit., pags 19-36

9 É importante que êsses argumento seja derrubado, na  
medida em que parece desconhecer a relevância da família conjugal na -  
transmissão da herança. Garantir a especificidade da família conjugal é  
crucial para as reflexões que aqui são desenvolvidas.

10 Brotero, F.B. Memórias e Tradições da Família Jun-  
queira, cap. 12

11 Todos os inventários examinados no Forum de Hibeir-  
rão Preto mostraram a herança sendo partilhada pela universalidade dos  
filhos de um falecido, tanto em casos do século XIX (a partir da década  
de 1880), quanto aos a casos do século XX (até década de 1950). Arquivos  
do 1º e 2º Cartório de Ofício do Forum de Hibeirão Preto.

12 Guimarães, N.H. - A Ordem Privada e a Organização -  
Política Nacional, pg. 133. O morgado era uma propriedade que não podia  
ser alienada ou dividida e que, pela morte do seu dono, passava geral-  
mente ao filho mais velho.

13 Outros autores são mais cautelosos do que Nelson -  
Duarte a respeito da existência do morgadio. :V. Freire, G. Casa Grande  
e Senzala, Vol. I , pg. 171-172.

14 Vianna, O. - Instituições Políticas Brasileiras, -  
Vol. I , pag. 259

15 Chandler, J. - The Feitosas and the Sertão dos Inha-  
muns, pg. 11

16 V. a conclusão onde se procura questionar teórica-  
mente o argumento.

17 Nesse sentido, a complexidade acima apontada teria  
sentido em outro nível. Por exemplo pode ser sugerido que a ocorrência -  
de discriminação nos sobrenomes do conjunto de filhos de um casal esteja  
indicando a operação de um princípio de discriminação dentro da mesma ge-  
ração: nem todos os filhos são tratados da mesma forma, apesar da heran-  
ça partilhada por todos.

18 Escrevendo sobre o Vale do Paraíba em meados do século XIX diz um autor que '... o velho Leitão fez casar muitas de suas filhas, com empregados portugueses de seu próprio negócio: Silveira Peixoto, Salles Oliveira, Alves Guimarães, seguindo norma da época. Motta Sobrinho, Alves: A Civilização do Café, pg. 85

19 Chandler, J; Op. Cit., pag. 62

20 V. Engels, F. - As Origens da Família, da Propriedade Privada e do Estado. Pretende-se que esta elaboração possa ser entendida como extensão de colocações apresentadas nessa obra, conforme se mostra na conclusão.

21 Martinez-Alier, V., Marriage, Class and Colour in Nineteenth Century Cuba, pag. 134, sugere que o casamento entre parentes, no caso de brancos da classe dominante, está relacionado à preservação de status sócio-econômico. Na medida em que o casamento entre parentes é um mecanismo crucial da família extensa contínua, como foi visto, a proposta de compreensão desta apresentada neste capítulo permite incorporar a sugestão de Martinez-Alier.

## CONCLUSÃO

Os capítulos anteriores propuseram uma explicação para o sentido histórico da família extensa contínua, a partir da discussão do percurso de uma família extensa contínua ao longo da história de uma localidade específica.

O desenvolvimento dessa proposta foi feito com a utilização de determinados conceitos especiais. Compete neste capítulo, discutir esses conceitos, a proposta de explicação e os procedimentos analíticos - que foram aplicados.

A partir dessa discussão pretende-se indagar a medida em que as reflexões desenvolvidas ao longo do trabalho podem contribuir para o entendimento da questão teórica da família no Brasil.

O segundo objetivo exige necessariamente a consideração da bibliografia específica sobre a família no Brasil. O primeiro objetivo pelo qual se começará, exige que o trabalho até aqui apresentado seja repassado em suas linhas principais.

Nos capítulos anteriores, foi utilizado o conceito de família extensa. No capítulo terceiro foi introduzida uma distinção entre família extensa e família extensa contínua.

O conceito de família extensa foi utilizado de modo descritivo, ainda que coerente. Família extensa disse sempre respeito a um conjunto de

parentes, conjunto que extrapola a família conjugal, e construído na base de relações de consanguinidade e afinidade. Não foi feita uma definição prévia do conceito, pois parecia que sua justificacão era indissociável da proposta de explicacão da família extensa que este trabalho só propos no capítulo anterior.

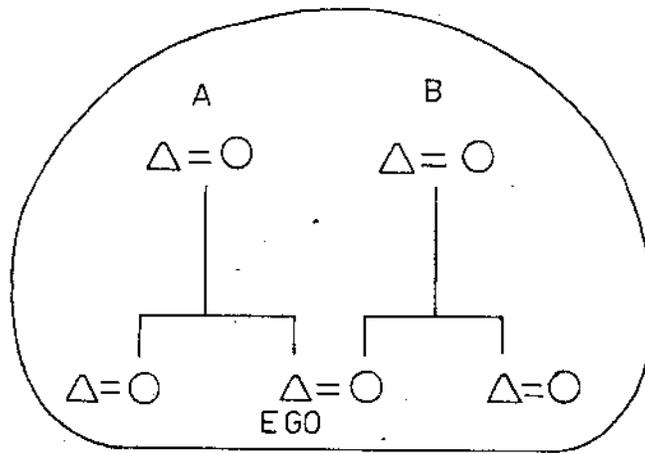
Procurou-se utilizar o conceito de modo coerente e inteligível, mesmo estando-se ciente de que família extensa é um conceito que costuma ser empregado na literatura antropológica para fazer referênciã aos parentes de um Ego. (1) Não foi assim que se o utilizou aqui.

Tome-se o gráfico 4, por exemplo. Foi dito ao longo do capítulo segundo, que os filhos de Luiz Antonio Diniz Junqueira e Maria Francisca da Encarnacão Junqueira constituíam uma família extensa em Ribeirão Preto juntamente com seus cônjugues; trata-se pois da linha A2 do gráfico. Está claro que se se pensar em laços de consanguinidade e afinidade de cada personagem representado nessa linha, não se poderá visualizar sequer uma família extensa. O que o gráfico apresenta são todos os laços e de parentesco comuns a todos os que aparecem na linha A2. Esses laços de parentesco em comum são simbolizados pelo sobrenome comum com que todos os envolvidos estão relacionados.

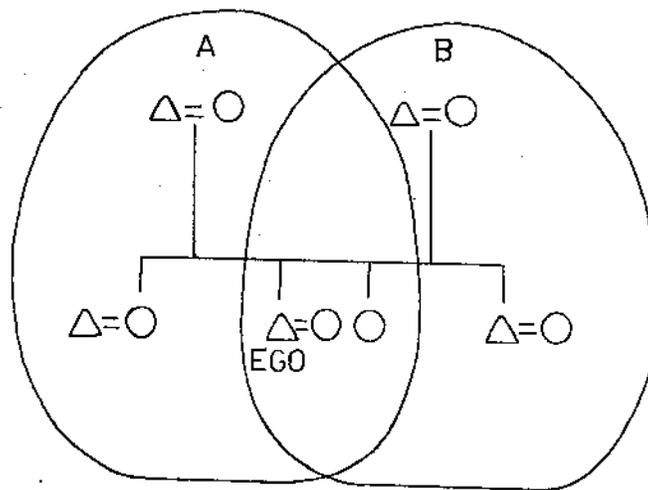
Assim, o conceito de família extensa foi utilizado tendo por referênciã princípios de identidade que podem ser estruturalmente localizados e que são expressos por um símbolo. Outro critério foi ainda utilizado na aplicacão do conceito: procurou-se fazer sua delimitacão com recurso a informacões que não estão contidas no gráfico; levou-se em consideracão, por exemplo, a condicão desses personagens representados na linha

GRÁFICO 16  
A FAMILIA EXTENSA DE EGO

Primeiro  
Caso



Segundo  
Caso



A2 do gráfico 4, como descendentes em primeira geração de migrantes, - sua condição de proprietários de terras, a situação jurídica das terras na época, etc..

O trabalho não problematiza a existência da família extensa assim considerada, aumentando-se que é esperável o seu desenvolvimento, no caso da existência de propriedade a ser partilhada através de herança. Aliás aí está a razão pela qual não se fez uso do conceito convencional de família extensa.

Considere-se o gráfico 16. Da perspectiva da definição convencional, a família extensa de Ego é constituída por A e B. Da utilização da definição aqui proposta, o gráfico apresenta duas famílias extensas, A e B, das quais Ego participa. Se for aceitável considerar os direitos em herança como o substrato material das relações de parentesco que ultrapassam o plano da família conjugal, então faz-se mister concordar que a segunda interpretação é mais aceitável. (2).

A partir do capítulo segundo procurou-se argumentar que o exemplo dos Junqueiras de Ribeirão Preto permitia dar um passo a mais na reflexão, já que se podia constatar a continuidade dessa família extensa, com o passar das gerações e dos interesses imediatos que ligavam cada geração. Passou-se a utilizar um novo conceito, derivado desse que se vem discutindo, o conceito de família extensa contínua.

O elemento principal desse novo conceito é a identificabilidade de seu símbolo ao longo de várias gerações. Também para a construção da família extensa contínua recorreu-se a informações prestadas pela história local.

A proposta de Leach de pensar em termos de grupos de descendência locais (3) não pode ser aplicada aqui devido à diferença entre a formação social dos Kachin, no contexto de cuja análise esse conceito é proposto, e aquela à qual este trabalho se refere.

Aparentemente esse conceito seria aplicável, pois '...o núcleo de tal grupo é composto de pessoas de sexo masculino adultas pertencentes a um grupo de parentes, os quais residem todos em um mesmo lugar'. Assim, '... um grupo de descendência local é constituído..' por um grupo de pessoas do sexo masculino e que representam como regra tres gerações genealógicas, a saber: os velhos ou avós, os adultos ou pais, e os jovens adultos ou filhos'. E, diz o autor, '... na prática a pertinência a tais grupos é e definida pela descendência assim como pela residência'. (4) A análise de Leach a respeito dos Kachin mostra ainda os mecanismos estruturais cuja operação garante a continuidade desses grupos. Nessa análise fica claro que esses grupos possuem direitos, comuns a todos os seus membros, sobre terras em suas localidades e que exploram como grupo. Em vista disto, esses grupos agem como unidades corporadas para fins de casamento.

Deve ser lembrado que o autor propõe essa conceituação como alternativa para os conceitos relacionados a linhagem.

A aparência de aplicabilidade do conceito é pois desfeita na medida em que se considera o contexto de sua elaboração, pois não se está discutindo sobre uma sociedade onde o parentesco guarde a menor proximidade do sistema de linhagens, e nem se está falando de uma sociedade onde a propriedade seja corporada, e onde tampouco faz sentido a existência de grupos corporados de parentes para tratar de assuntos matrimoniais.

Na falta de um conceito consagrado que pudesse ser aplicado, houve a necessidade de desenvolver um novo conceito, o de família extensa contínua. Deve ser notado que a operação do princípio de bilateralidade do parentesco impede a formação de conjuntos de parentes contínuos e identificáveis ao longo das gerações (5). Foi necessário pois apontar os mecanismos estruturais de contrabalançar o princípio da bilateralidade. Ainda, a partir do caso dos Junqueira de Ribeirão Preto - foi possível propor o casamento entre parentes como mecanismo principal e a incorporação de afins como um mecanismo auxiliar e dependente.

Deve-se fazer uma pausa para que seja explicado o uso da expressão 'casamento entre parentes' ao invés da expressão consagrada 'casamento endogâmico'. A razão disso é apenas enfatizar a importância crucial desse mecanismo de continuidade da família extensa. Observe-se que 'casamento endogâmico' remete à idéia de casamento 'dentro', quer dizer pressupõe a existência de alguma unidade onde o casamento ocorra e que seja, pois, anterior a este. Ao se falar 'casamento entre parentes', a única relação anterior suposta é a de parentesco. Isso é importante reter, na medida em que o casamento entre parentes insere-se no próprio processo de formação de um grupo de referência - tal como a chamada família extensa contínua.

Finalmente, as reflexões caminharam no sentido de entender a família extensa contínua como um fenômeno situado ao nível político já que representava, através do seu símbolo, a relação de poder subjacente à propriedade territorial, e ao controle da produção.

Foi dito atrás que o conceito de família extensa contínua era deriva-

do do conceito de família extensa, e que esta envolve relações de parentesco que ultrapassam a família conjugal. Se a família monogâmica histórica é fruto do desenvolvimento da propriedade privada, a família extensa é na sociedade de classes, fruto da herança universal entre os descendentes de um casal. Família extensa contínua é um conceito derivado deste último na medida em que diz respeito a uma sucessão de famílias extensas conectadas e identificáveis por um símbolo. Mas é derivado também na medida em que este símbolo extrai seu sentido da história particular de cada família extensa contínua. (6).

Wagley propõe que seja utilizada a expressão "parentela" para dar conta de famílias que, tal como os Junqueiras em Ribeirão Preto'... dominaram a vida econômica, política e mesmo religiosa de várias regiões e da nação'. A não aceitação da sugestão de Wagley deve-se ao fato de que "parentela" não tem contido o sentido de continuidade ao longo das gerações, além do que família extensa contínua pode ser derivada de relações de propriedade, o que parece ser uma vantagem ao se tratar de famílias de classe dominante numa sociedade de classes. (7).

Essas reflexões resultam da extração, de um caso isolado de uma família extensa contínua, de generalizações e hipóteses generalizadoras a respeito da questão da família no Brasil. Isto equivale a dizer que se procurou princípios estruturais gerais na sua manifestação num caso particular.

Este é o limite analítico deste trabalho. Pois seria possível ainda - levantar pelo menos uma questão importante. Análogamente ao que se fez em relação à família, poder-se-ia tentar extrair do caso isolado do -

processo histórico local, generalizações sobre o processo histórico - mais abrangente do qual essa história local é uma expressão particularizada. E poderia ser perguntado por exemplo por quais razões a relação de poder subjacente à propriedade territorial eo controle da produção haveriam de ser então expressos através desse símbolo mencionado e não de outra forma.

Essa questão ultrapassa, porém, a competência deste trabalho , e a indagação permanece. Se as conclusões tiradas a respeito do sentido da família extensa contínua estiverem corretas, então, claramente, a resposta para uma pergunta como essa deveria ser buscada na Ciência Política.

Voltando as propostas do capítulo, foi dito em seu início que uma delas exigia a consideração da literatura específica sobre a família no Brasil.

Os estudos que elaboram sobre a questão da família no Brasil numa perspectiva histórica dizem respeito à chamada família patriarcal (8), família senhorial (9), grande família aristocrática e patriarcal (10) , e outras expressões assemelhadas.

Como conceitos, têm em comum o fato de dizerem respeito a conjuntos amplos de parentes e outros dependentes de uma autoridade masculina, o - patriarca, sendo que os limites desses conjuntos em termos de categorias de parentes e outros envolvidos nem sempre é fácil de precisar (11).

Outra coisa difícil de precisar é o período a que essa família patriarcal se refere. As colocações de Gilberto Freyre e Oliveira Vianna, — que portam os elementos principais da discussão sobre a família a patriarcal, parecem reduzi-la claramente ao período colonial (12). O uso que fazem do conceito outros autores parecem que a família patriarcal existiu além do período colonial, ou mesmo entender que ela guarda alguma forma de permanência contemporânea (13).

Ainda outra dificuldade deriva da atribuição à família de uma clara importância no plano político. Como notou Wagley (14) nem sempre é fácil saber de que família se está tratando ao fazer tal afirmação: da '... família nuclear, da família conjunta encabeçada por um patriarca ou — mesmo por algum grupo maior de parentes...' O autor sugere que esta dificuldade talvez se deva ao sentido pouco preciso do termo 'família' — no português falado no Brasil. Esta última proposição talvez pudesse ser invertida, para que se entendesse a ambiguidade do termo como sendo de natureza ideológica.

A produção acadêmica mais contemporânea sobre a história do Brasil — não tem garantido à análise da questão teórica da família uma posição de relevo.

Os estudos mencionados sobre a família admitem, às vezes vagamente, que a família patriarcal desapareceu ou perdeu sua força a partir de algum período histórico, e pelo menos uma fonte sugere a Revolução de 30 como o marco da decadência das 'grandes famílias' (15). Considerações e deste tipo, porém, não encontram respaldo na produção mais recente.

A questão que se persegue neste momento é a de que a relação entre família patriarcal e período colonial pode ser traçada na bibliografia. Mas não é possível traçar uma relação clara entre família patriarcal e Império e entre família patriarcal e Primeira República.

Não é assim possível encontrar bibliografia sobre a família no Brasil - com a qual os resultados desse trabalho possam ser debatidos. Essa questão de periodicidade deve ser levada em conta sob risco de comparações - inúteis entre fenômenos aparentemente os mesmos, mas que podem ter significados particulares devido ao período histórico em que se inserem.

Pelo menos um trabalho, entre os recentes, traça uma relação entre família e história, acompanhando os Feitosas do Ceará do século XVIII ao século XX. O autor contenta-se porém em descrever acontecimentos e apontar relações sem que se note no trabalho a preocupação de uma elaboração teórica a respeito do assunto, que vem sendo discutido (16).

Este trabalho não tem condições de criticar a concepção da família patriarcal em sua totalidade, a partir das reflexões aqui desenvolvidas.

O que pode ser criticado são aspectos particulares dessa concepção e determinadas relações por ela apontadas no plano teórico. Tal crítica justifica-se pelo fato de que a concepção de família patriarcal é frequentemente extrapolada para referir-se ao período histórico ao qual este trabalho fez referência.

Uma crítica que pode ser sugerida é a de que a maioria desses autores, e Gilberto Freyre é uma exceção no caso, tendem a confundir a família conjugal, monogâmica, (17) com a família extensa, a família extensa contínua, tal como aqui denominadas.

Oliveira Vianna nem sequer menciona explicitamente a família conjugal, - definindo a família senhorial, construída em torno de um patriarca e - de um domínio territorial. Entretanto, ao longo de todos os seus exem- plos fica clara a operação do princípio da propriedade privada e da trans- missão de herança dos pais para os filhos (18). O reconhecimento da ope- ração desses princípios demonstra que a família conjugal tem uma posição estrutural importante, merecendo, pois, uma elaboração. Tanto mais que - da leitura do texto citado, surge a impressão, ainda que contraditória com seus exemplos, de que a unidade transmissora de herança era a família se- nhorial, a qual se ampliava e expandia linearmente,

Nestor Duarte afirma explicitamente a inexistência da família conjugal no período colonial ao se pedir que a família patriarcal, característica desse período, seja comparada com '...a família moderna, a família conju gal...' (19).

Ainda que tendo uma compreensão pouco adequada (20) da família conjugal, o autor a entende pelo menos como sendo constituída por um casal e seus fi- lhos. Mas toda a sua tentativa de mostrar a operação dos princípios de - solidariedade dessa família, entendida como fazendo parte de um sistema feudal, acaba por indicar aqueles princípios mencionados acima, o da propriedade privada e o da herança; por exemplo, nesta passagem '... ela (a família) se defende contra a divisão e o fracionamento da propriedade imóvel, como pode, hostilizando francamente o sistema jurídico oposto ao morgadio, que quisera perdurasse indefinidamente.' (21)

Gilberto Freyre, por seu turno, propõe (22) uma análise da família conju gal urbana, do século XIX brasileiro. Nessa análise o autor refere-se às

transformações sofridas pela família de classe dominante no Brasil do período colonial para o Brasil independente. As transformações que ocorrem são vistas em termos de mudança nas relações entre os membros da família (o marido, a mulher e os filhos). O autor situa a discussão da relação entre os cônjuges no plano das relações gerais entre homem e mulher em toda a sociedade e ao analisar as relações entre pais e filhos, faz o caminho inverso, pois extrapola sua análise para dar conta das relações entre as gerações em toda a sociedade. Dissolvendo a relação entre os cônjuges dessa forma, o autor deixa ver a especificidade da relação entre o homem e a mulher na família conjugal. Extrapolando as relações pais e filhos para a sociedade como um todo o autor perde de vista a possibilidade de compreensão das relações principais que regiam a sociedade da época. Assim, embora Gilberto Freire não seja ingênuo quanto à existência da família conjugal, ele o é no que diz respeito a seu significado.

Pode parecer estranho que se esteja insistindo tanto na necessidade de resguardar a especificidade analítica da família conjugal, após se ter falado tanto em família extensa contínua. A justificativa disso é que os dois conceitos situam-se em instâncias bastante distintas como se procurou mostrar. O uso da expressão família costuma ser pouco preciso, e a referência a unidades familiares maiores do que a conjugal pode encobrir a importância estrutural desta, como se viu. E este trabalho pretende mostrar a relevância das reflexões em torno da família extensa contínua, sem pretender que este conceito encubra a especificidade daquele (23). Do ponto de vista do estudo de família não pode deixar de ser retido que a família conjugal é a unidade em cujo interior ocorre a transmissão da propriedade. E não é esse o sentido da

família extensa ou da família extensa contínua.

É necessário pois discordar de Antonio Cândido quando diz que 'a ênfase na família patriarcal de séculos passados justifica-se pelo fato de que foi a base sobre a qual desenvolveu-se a família conjugal moderna, cujos traços podem ser entendidos apenas se examinarmos sua origem..'

(24) O próprio autor em outros trechos do mesmo trabalho (25) deixa claro que a família patriarcal era constituída de casais, a monogâmia só tinha sentido para a mulher sendo a concubinação praticada largamente - pela população masculina, e o autor não questiona que a propriedade fosse transmitida dentro da família conjugal, o que, da perspectiva das reflexões aqui desenvolvidas seria fundamental para negar a existência da família conjugal. Todas essas características são as da chamada 'família conjugal moderna'.

Ao contrário, as reflexões que vem sendo desenvolvidas aqui permitem - pensar que todas as instâncias de família que ultrapassam a família conjugal, devem ser derivadas analiticamente desta, já que é esta - que caracteriza, como família, a sociedade de classes.

Pode ser argumentado que Antonio Cândido está propondo uma derivação histórica de formas de famílias concretas, enquanto se está aqui propondo uma derivação analítica de conceitos. Entretanto este procedimento aqui proposto justifica-se na medida em que, em seus argumentos, Antonio Cândido deixa clara a existência da família conjugal na própria explicitação do que entende por família patriarcal: assim a derivação histórica proposta não é convincente, já que é contraditória com a elaboração conceitual feita pelo autor.

Há outro elemento que aparece na conceituação de família patriarcal, para a crítica do qual este trabalho pode fazer algumas sugestões.

Trata-se da questão da transmissão de sobrenome por linha paterna e da incorporação das mulheres nos grupos parentais dos homens. Essa questão já foi ventilada aqui e, perante exemplos que mostravam a incorporação de homens no grupo parental de mulheres, sugeriu-se que isso deveria ser atribuído à relação de status envolvendo os cônjuges, a mulher sendo de status superior ao marido.

Admitindo o caráter especulativo das reflexões que se seguem, tentar-se-á levar um pouco além a questão apresentada no parágrafo anterior, terminando-se com uma proposta que implica em considerar a análise dos autores que vimos discutindo como ideológica. Isso se faz com o propósito de não encerrar este trabalho com uma conclusão fechada, mas antes com sugestões para novos estudos.

A incorporação de parentes afins num grupo parental do tipo família extensa continua apontou, na sua tentativa de explicação, para a relação de status envolvendo os cônjuges. Foi sugerido que a incorporação de afins do sexo masculino era um mecanismo pelo qual a família extensa continua se reforçava. No caso estudado, apenas alguns afins do sexo masculino foram incorporados, mas essa incorporação ocorreu em todos os casos de afins do sexo feminino. Enquanto isso, a maioria das mulheres Junqueiras do grupo consanguíneo (as que não casaram com parentes Junqueiras, nem aquelas cujos cônjuges se incorporaram), incorporou-se em outros grupos.

Isto sugere que a incorporação de homens e de mulheres através do casamento são fenômenos qualitativamente diferentes.

Assim, se a incorporação dos afins homens foi considerada um mecanismo de reforço da família extensa contínua, qual pode ser o sentido da incorporação dos afins mulheres?

O fato de que esses fenômenos sejam qualitativamente diferentes, além de poder ser constatado no caso específico que foi estudado, encontra apoio teórico na reconhecida desigualdade social entre os sexos na sociedade de classes: enquanto na relação estrutural entre os sexos a mulher é socialmente inferior ao homem, uma mulher específica, enquanto membro de uma classe social ou de uma família extensa contínua particular, pode ser socialmente superior ao homem.

Assim, a incorporação da mulher no grupo parental do homem com quem se casa é manifestação da primeira dessas formas de desigualdades. A incorporação do homem no grupo parental da mulher com quem se casa só pode ser entendida como manifestação da segunda dessas formas.

Aqui é necessário ir com cautela. O casamento como já foi dito não é assunto, na sociedade de classes, de grupos corporados, mas sim da família conjugal. Entretanto pode ser argumentado que a pertinência a uma família extensa contínua representa um capital social que a família conjugal manipula e que todos os envolvidos na família contínua estejam de algum modo dispostos a defender. A relação analítica entre o casamento e a família extensa contínua deve portanto ser estabelecido indiretamente.

Na mesma linha de raciocínio, é necessário distinguir entre pelo menos duas situações de incorporação da mulher. Se a incorporação do homem - implica necessariamente em alguma forma de inferioridade social relativa deste, a incorporação da mulher pode implicar tanto em inferioridade social relativa ao cônjuge quanto em equivalência de status social com ele.

A incorporação da mulher no primeiro caso implica numa dupla inferioridade: a inferioridade social estruturalmente atribuída à mulher e inferioridade de status social enquanto membro de uma classe social, camada social ou, no caso, família extensa contínua. No segundo caso implica em que a inferioridade social é apenas aquela, estruturalmente dada.

Essas colocações sugerem que, afirmar a rigorosidade da transmissão de sobrenome por linha masculina apenas implica em reconhecer somente uma das formas de desigualdade mencionada, isto é, a desigualdade social - entre os sexos. Essa desigualdade é um elemento crucial da ideologia familiar (26) e desconhecer a existência da outra forma de desigualdade - a desigualdade derivada de pertinência a classes sociais, camadas sociais ou outras formas de agrupamentos socialmente significativos - implica em tomar a ideologia da família como sua explicação.

## CONCLUSÃO

### NOTAS

1 V. Fox, R. Kinship and Marriage, cap. VI. Em certas definições, a referência a Ego pode ser substituída por outra, como no caso da família extensa compacta definida pelo Guia Prático de Antropologia, pag. 100 como '... o grupo em que um ou mais parentes, linearmente relacionados, seus conjugues e seus descendentes ocupam a mesma habitação e estão todos sujeitos à mesma autoridade do cabeça da família.

2 Desse modo família extensa fica definida de maneira mais limitada do que a proposta por Berlinck, M.T., The Structure of the Brazilian Family in the city of São Paulo, pag. 28/29: 'Uma unidade de parentesco composta de mais de uma família nuclear será chamada família extensa. Uma família extensa pode portanto ser composta de duas ou mais famílias nucleares e/ou uma família nuclear e uma ou mais pessoas que são proximamente aparentadas e que partilham direitos, deveres e proibições relativas a ... problemas tais como atividade sexual, reprodução, cooperação econômica e socialização.

3 Leach, E.R., Repensando a Antropologia, Cap. III

4 idem, pag. 92

5 O princípio da bilateralidade provoca a dispersão dos descendentes de um conjunto de irmãos, na medida em que dificulta a existência de pontos de referência comuns entre todos eles. Ver Fox, R., op. cit., capítulo VI.

6 A partir de Engels, F., As Origens da Família, Da Propriedade Privada e do Estado.

7 Wagley, C., An Introduction to Brazil, pag. 186

8 Freire, G., Casa Grande e Senzala; Cândido, A., — 'The Brazilian Family'; Guimarães, N. Duarte., A Ordem Privada e a Organização Política Nacional

9 Vianna, O., Instituições Políticas Brasileiras

10 Smith, T. L., Brasil - Povo e Instituições

11 Wagley, C., op. cit. pag. 116 define a família patriarcal como '...o grupo mais amplo consistindo do patriarca, sua esposa, filhos e filhas e frequentemente as espôsas e filhos dos últimos, algumas vezes seus irmãos mais jovens, e mesmo, nos tempos da plantation, seus escravos.' Cândido, A., op. cit., pags. 299/300 diz que '...a família patriarcal era composta não apenas dos casais subordinados ao chefe mas incluía o grupo doméstico. Ou seja, os empregados, os escravos, e os filhos de todos eles, dos quais eram recrutadas as amantes e concubinas ocasionais dos brancos, e entre os quais viviam as crianças nascidas de tais uniões.

12 Vianna, O., op. cit., e Freire, G., op. cit., referem-se explicitamente ao período colonial. Cândido, A., op. cit. - pag. 291 refere-se aos '...séculos passados...'

13 V. Azevedo, T., Cultura e Situação Racial no Brasil, capítulo VII

14 Wagley, C., op. cit. pag. 105

15 Azevedo, F., A Cultura Brasileira, pag. 192/4

16 Chandler, J., The Feitorias and the Sertão dos Inhamuns

17 Engels, F., op. cit. Compreende-se 'Família Conjugal' tal como vem sido utilizada com o mesmo sentido da família monogâmica histórica definida por Engels.

18 Vianna, O., op. cit. capítulo X

19 Guimarães, N. Duarte., op. cit., pag. 134

20 idem, pag. 134/5. '...tipo de família mais biológica que social ...'

21 idem, pag. 33

22 Freire, G., Sobrados e Mocambos, capítulos III e IV

23 É a família monogâmica que caracteriza enquanto forma de família, a sociedade de classes. V. Engels, F., op. cit.

24 Cândido, A., op. cit., pag. 291

25 Por exemplo, no trecho transcrito na nota 11

26 É um elemento necessário da ideologia da família monogâmica na sociedade de classes. V. Engels, F., op. cit.

BIBLIOGRAFIA CITADA

Arquivo Público do Estado - Latas 200 e 395

Atas da Câmara Municipal de Ribeirão Preto 1874/1930. Partes transcritas por Santos, P.T., Ribeirão Preto: Histórico para a História, e Camargo, J.B.S. Aspectos Históricos da Câmara Municipal.

Azevedo, F., A Cultura Brasileira, Melhoramentos, S.P., 1971, 5a. edição

Azevedo, T., Cultura e Situação Racial no Brasil, Civilização Brasileira, R.J., 1955

Berlinck, M.T., The Structure of the Brazilian Family in the City of São Paulo, Tese de doutorado, Cornell University, 1970, mimeo

Bianco, M.Z., 'Il Distretto del R.V. Consolato D'Italia in Ribeirão Preto' in Bolletino del Ministero degli Affari Esteri, 1916

Boherer, G.C.A., Da Monarquia à República, MEC, R.J., s.d.p.

Brazil Magazine, Edição Ribeirão Preto: - 'Le Pays du Café', Cussac et Champonet, Paris, 1911

Brandão Sobrinho, J., Relatório sobre a Situação Agrícola, Comercial e Industrial do 3º Distrito Agrônomo do Estado de São Paulo, com sede em Ribeirão Preto, São Paulo, 1903.

Brotero, F.G., Memórias e Tradições da Família Junqueira, Canton, S.P. - 1957

Bruno, H.S., 'Introdução' in Riedel, D. (org.) O Planalto e os Cafezais - São Paulo, Cultrix, São Paulo, s.d.p.

Camargo, J.B.S., Aspectos Históricos da Câmara Municipal de Ribeirão Preto, Ribeirão Preto, s.c.p., 1974.

Camargo, J.F., Crescimento da População do Estado de São Paulo e seus Aspectos Econômicos, U.S.P., São Paulo, 1951.

Candido, A., 'The Brazilian Family' in Smith & Marchant (eds) Brazil: Portrait of Half a Continent

Chandler, J., The Feitosas and the Sertão dos Inhamuns, University of Florida Press, Gainesville, 1972.

Chiachiri, J. Vila Franca do Imperador; Editora 'O Aviso de Franca', -- Franca 1967.

Le Condizioni dell'Immigrazione Agricola' in Bolletino dell'Emigrazione, 1903, nº 14

- Costa, O. Emboaba, História da Fundação de Ribeirão Preto, Coleção da 'Revista de História'. S.P., 1953
- Dumont, Villares, H., Quem Deu Asas ao Homem
- Emboaba, da Costa, O., Ver Costa, O. Emboaba.
- Enciclopédia dos Municípios Brasileiros, Vols. XXVIII/XXX, IBGE, R.J. 1957/1958
- Engels, F., As Origens da Família, da Propriedade Privada e do Estado, Editorial Presença, Lisboa, s.d.p.
- Ferreira, T.L., História de São Paulo, Ed. Gráfica Biblos, S.P., s.d.p.
- Folha do Povo, 6.II.1892
- Fox, R., Kinship and Marriage, Penguin Books, Harmondsworth, 1971
- Franco, M. Almanak da França 1902, Typ. Duprat, S.P., 1902.
- França, A., A Marcha do Café e as Frentes Pioneiras
- Freire, G., Casa Grande & Senzala, Edit. José Olympio, R.J., 1961, 10a. edição
- Freire, G., Sobrados e Mocambos, Edit. José Olympio, R.J., 1961, 3a. edição.
- Furlan Jr., A., Documentário Histórico de Sertãozinho 1896-1956, Gráfica Polítipo, S.P., 1956.
- Gifun, F., Ribeirão Preto, 1880-1914: The rise of a Coffee county. Tese de Doutorado, The University of Florida, 1972 (University Microfilms - Xerox).
- Guia Prático de Antropologia, R.J., 1972
- Guião, A., 'Espelho de Civismo', in A Cidade, 16.9.1932
- Guião, J.R., O Município e a Cidade de Ribeirão Preto na Comemoração do Centenário da Independência, Casa Selles, Ribeirão Preto, 1923.
- Guião, J.R., Flor do Café, o Romance de Ribeirão Preto, Emp. Gráfica 'Revista dos Tribunais', S.P., 1944
- Guimarães, N. Duarte, A Ordem Privada e a Organização Política Nacional, Comp. Edit. Nacional, S.P., 1939
- Lauriano, J., Subsídios para a História Religiosa de Ribeirão Preto, Curia Metropolitana de Ribeirão Preto, 1973
- Lauriano, J., Paróquias da Arquidiocese de Ribeirão Preto desde 1908 até 1971, Curia Metropolitana de Ribeirão Preto, 1971
- Leach, E.R., Repensando a Antropologia, Edit. Perspectiva, S.P., 1974

- Leite, M., Paulistas e Mineiros Plantadores de Cidades, EDANT, S.P., 1951 Livro d' Tombo da Matriz de Ribeirão Preto, partes transcritas em Costa, U.E., Historia da Fundação de Ribeirão Preto e Lauriano, J., Subsídios para a História Religiosa de Ribeirão Preto
- Lloyd, H. (ed.), Impressões do Brasil no Século XX, 1913
- Matos, O.N., O Café e as Ferrovias, S.P., 1974
- Martinez-Alier, V., Marriage, Class and Colour in Nineteenth Century Cuba, Tese de Doutorado, Oxford, 1970, mimeo.
- Massaro, P.H., Epopeia de um Povo, Saraiva, S.P., 1963
- Milliet, S., O Hoteiro do Café e Outros Ensaio - SIPA-Editora, São Paulo, 1946
- Miranda, J.P., Ribeirão Preto de Ontem e de Hoje, Livraria El Dorado, Ribeirão Preto, 1971.
- Miranda, J.P.V., Redenção, Editora Monteiro Lobato, SP, 1916
- Miranda, J.P.V., Os Tres Irmãos Siamezes, 'O Estado de São Paulo', S.P. 1926
- Monbeig, P., Novos Estudos de Geografia Humana
- Monbeig, P., Pionniers et Planteurs de São Paulo
- Motte Sobrinho, A Civilização do Café, Brasiliense, S.P., 1965.
- Muller, D.P., Ensaio de um Quadro Estatístico da Província de São Paulo 1836, 'O Estado de São Paulo', S.P., 1923
- Oliveira, G.J.S., Uma Vez....Casa Branca, São Paulo, Edit., S.P., 1973
- Pinto, L.C., Lutas de Famílias no Brasil
- Prado, A.A., Crônica de Outrora
- Prado Jr., M., 'Os Municípios de São Simão e Ribeirão Preto' in In - Memórias Martinho Prado 1943/1943, s.c.p., S.P., 1943
- Prado Jr., M., 'Estrada do Guassú', in idem
- Ribeirão Preto - São Paulo - Coleção de Monografias nº 501, IBGE, RJ, 1971, 4a. edição
- Rocha, O., Barretos de Outrora, s.c.p., S.P., 1954
- Santos, P.T., Ribeirão Preto Histórico para a História, original dat. Ribeirão Preto, 1933

- Santos, P.T., 'Nomenclatura das ruas, praças, bairros e vilas de Ribeirão Preto' in Revista do Arquivo Municipal, Vol, 105, - 1945
- Smith, T.L., Brasil, Povo e Instituições, USAID-BLOCH, R.J., 1967
- Thomson, C. (Org) Completo Almanak Administrativo, Commercial e Profissional do Estado de Sao Paulo para 1995
- A Voz Pública, 05.12.1901
- Vianna, D., Instituições Políticas Brasileiras, Edit. José Olympio, S.P., 1949
- Wagley, C., An Introduction to Brasil, Columbia University Press., N.Y., 1963
- Walker, T., From Coronelism to Populism: The Evolution of Politics in a Brazilian Municipality, Ribeirão Preto 1910-1960, Tese - de Doutorado, The University of New Mexico, 1974 (University Microfilms - Xerox)